



Diário Oficial do

# MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO • BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔCOS

## IMPRENSA ELETRÔNICA

### Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

| Atendimento ao Cidadão                |                |  |
|---------------------------------------|----------------|--|
| Presencial                            | Telefone       | Horário  |
|                                       |                |  |
| Rua Presidente Juscelino, 115, Centro | (77) 3489-1041 | Segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00h e das 14:00 às 17:00h |

### Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



## RESUMO

### LDO

---

- LEI Nº. 735 DE 30 DE JUNHO DE 2020 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

### DECRETOS

---

- DECRETO Nº 028A 04/05/2020 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE 754.496,98 (SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), PARA FINS QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

### LICITAÇÕES

---

#### PREGÃO PRESENCIAL

---

- AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 019-2020 - OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA ENFRENTAMENTO E COMBATE AO COVID 19 NESTE MUNICÍPIO DE COCOS.
- AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 021-2020 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTUROS FORNECIMENTOS DE CARNE BOVINA, FRANGO E PEIXE DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DESTES MUNICÍPIO

#### EDITAIS DE LICITAÇÕES

---

- EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020 - OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA ENFRENTAMENTO E COMBATE AO COVID 19 NESTE MUNICÍPIO DE COCOS.
- EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTUROS FORNECIMENTOS DE CARNE BOVINA, FRANGO E PEIXE DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DESTES MUNICÍPIO

#### ADJUDICAÇÃO

---

- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106-2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 003-2020 - ADJUDICAÇÃO - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS DA RUA GEROLINA NEVES DOS SANTOS E COMPLEMENTO DAS RUAS JOAQUIM MOREIRA BARROS E HERMES TRIMIGESTUS, BAIRRO VILA SORRISO, NESTE MUNICÍPIO, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 885929/2019 - OPERAÇÃO 1064419-16, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E ANEXOS.

#### HOMOLOGAÇÃO

---

- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106-2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003-2020 - HOMOLOGAÇÃO - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS DA RUA GEROLINA NEVES DOS SANTOS E COMPLEMENTO DAS RUAS JOAQUIM MOREIRA BARROS E HERMES TRIMIGESTUS, BAIRRO VILA SORRISO, NESTE MUNICÍPIO, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 885929/2019 - OPERAÇÃO 1064419-16, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E ANEXOS.



## ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

---

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026-2020 - JOSELINO LOPES BOMFIM-ME
- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027-2020 - JOSÉ FRANCISCO VASCONCELOS-ME
- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028-2020 - WIRES CARLOS NERIS NOGUEIRA DE COCOS-ME

## DISPENSA DE LICITAÇÃO E INEXIGIBILIDADE

---

### ADJUDICAÇÃO

---

- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092-2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023-2020 - ADJUDICAÇÃO
- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093-2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024-1-2020 - ADJUDICAÇÃO - QUALIMED MEDICINA INTEGRADA LTDA

### HOMOLOGAÇÃO

---

- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092-2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023-2020 - HOMOLOGAÇÃO
- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093-2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024-1-2020 - HOMOLOGAÇÃO - QUALIMED MEDICINA INTEGRADA LTDA

## CONTRATOS

---

### EXTRATOS

---

- EXTRATO DE CONTRATO 054-1-2020 - MINAS INTERAÇÃO EIRELI - REPUBLICAÇÃO COM CORREÇÃO
- EXTRATO DE CONTRATO Nº 075-1-2020 - MINAS INTERAÇÃO EIRELI
- EXTRATO DE CONTRATO Nº 090-1-2020 - QUALIMED MEDICINA INTEGRADA LTDA
- EXTRATO DE CONTRATO Nº 126-2020 - CONSTREL - CONSTRUÇÃO, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

### ADITIVO DE CONTRATO

---

- 1º TERMO ADITIVO Nº 130-2020, VINCULADO AO CONTRATO Nº 282-2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184-2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 047-2019 - STERLANE OLIVEIRA DOS ANJOS-ME

### APOSTILAMENTOS

---

- 1º TERMO DE APOSTILAMENTO - APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO CONTRATO Nº 241- 2017 -ISMÊNIA LOPES VIANA-ME - REPUBLICAÇÃO COM CORREÇÃO



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔCOS***

*Administração:*

***MARCELO DE SOUZA EMERECIANO***

***LDO 2021***

Responsabilidade Técnica

**ORPAM LTDA**





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

Lei N.º. 735 de 30 de junho de 2020.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÔCOS, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, com base na legislação pertinente, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - O Orçamento do Município de CÔCOS, relativo ao exercício de 2021, será elaborado e executado segundo as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º. da Constituição Federal e art. 4º. da Lei Complementar No.101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II – As metas e os riscos fiscais;
- III- As diretrizes e estrutura organizacional para a elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - As disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária do Município;
- VI – As disposições relativas à dívida pública municipal;
- VII - As disposições gerais.

**Parágrafo Único** – Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo de Prioridades e Metas;
- II – Anexo de Metas Fiscais composto de:
  - a – Demonstrativo de Metas anuais.
  - b – avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75                      Telefone: (77) 3489.104





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



- c – demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- d – evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
- e – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f – receitas e despesas previdenciárias do regime próprio de Previdência Social – RPPS
- g – Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – Anexo de Riscos Fiscais contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

## CAPÍTULO I

### PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 2º.** – Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º. da Constituição, as metas para o exercício financeiro de 2021 são as constantes no Anexo de Metas que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2021 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas;

**§ 1º.-** Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN No. 389 de 14.06.2018.

**§ 2º.-** o Município define como meta fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

**§ 3º.-** Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

**§ 4º.-** Acompanha esta Lei, relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado de ordem legal ou constitucional, nos termos do art. 9º. § 2º. da Lei Complementar No. 101 de 2000, sendo facultado a inclusão de novas ações.

**§ 5º.** - As prioridades e metas de que trata o caput poderão ser alteradas, se durante o período de elaboração e apreciação do projeto de Lei Orçamentária para 2021 surgirem





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, e que contribuam para o atendimento dos objetivos pretendidos pelos programas governamentais.

**Art. 3º.** – As prioridades para o exercício financeiro de 2021 serão as seguintes:

- I – desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, e para redução das desigualdades e disparidades sociais;
- II – a ampliação e modernização da infraestrutura econômica, reestruturação e modernização da base produtiva do Município;
- III – a promoção do desenvolvimento voltado à consolidação e ampliação da capacidade produtiva e à conciliação entre a eficiência econômica e a conservação;
- IV – o desenvolvimento de uma política ambiental centrada na utilização dos recursos naturais regionais;
- V – o desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos;
- VI – desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da receita, com ênfase no cadastramento dos imóveis, e a administração e execução da Dívida Ativa, investindo também, no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração na ação educativa sobre o papel do contribuinte-cidadão;
- VII – consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;
- VIII – ampliação da capacidade de investimento do Município, através das parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas do governo, de negociação e ampliação do perfil da dívida municipal, e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;
- IX – ampliação e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população;

## CAPÍTULO II

### AS METAS E RISCOS FISCAIS

**Art. 4º** - As metas fiscais para o exercício de 2021 são as constantes do Anexo I da presente Lei.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**Parágrafo único** – As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2021, se verificado, quando da sua elaboração, alterações dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da respectiva execução e modificações na legislação e do desempenho da economia, que venham a afetar esses parâmetros.

**Art. 5º** - Serão definidos os Riscos Fiscais da Administração Municipal constantes do Anexo II desta Lei, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.

**Art. 6º** - A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, a aprovação e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social integrantes da respectiva lei serão direcionados para:

**I** – atingir as metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública, conforme previsto nos § 1º, 2º e 3º, do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00;

**II** – evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, mediante uma ação planejada e transparente, possibilitando o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos e através da realização de audiências ou consultas públicas;

**III** – impulsionar a eficiência e economicidade na utilização dos recursos públicos disponíveis e aumentar a eficácia e efetividade dos programas por eles financiados;

**IV** – possibilitar o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas;

**V** – observância aos limites de pessoal, dívida, aplicação dos recursos de impostos destinados a educação e saúde, e outras determinações legais.

## CAPÍTULO III

### AS DIRETRIZES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

#### SEÇÃO I

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75                      Telefone: (77) 3489.104





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## Das Diretrizes Básicas

**Art. 7º.** - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – **Função** – o maior nível de agregação das diversas áreas que competem ao setor público municipal;

II – **Subfunção** – representa uma partição ou detalhamento da função, visando agregar determinado subconjunto do setor público;

III – **Programa** - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – **Atividade** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – **Projeto** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – **Operação especial** – as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII – **Categoria de programação** – a identificação da despesa compreendendo a sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII – **Órgão** – Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX – **Transposição** – realocação dos recursos orçamentários no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão;

X – **Remanejamento** – realocação das atividades, inclusive dos respectivos programas de trabalho, recursos físicos e orçamentários para outros órgãos;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



XI – **Transferência** – o deslocamento das categorias econômicas de despesa dentro de um mesmo órgão e mesmo programa de trabalho;

XII – **Reserva de contingência** – a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

XIII – **Passivos contingentes** – questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV – **Créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV – **Crédito adicional suplementar** – as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI – **Crédito adicional especial** – as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contempladas na Lei Orçamentária;

XVII – **Crédito adicional extraordinário** – as autorizações de despesas mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII – **Unidade orçamentária** – consiste em cada um dos órgãos, Secretarias, Entidades, unidades ou Fundos da Administração pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX – **Unidade gestora** – Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



XX – **Fonte de Recursos** – representa um agrupamento de natureza de receitas ou recursos indicados para realizar despesas;

XXI – **Quadro de detalhamento da despesa (QDD)** – instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual,

especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa e o elemento de Despesa constituindo-se em instrumento de execução orçamentária e gerência;

XXII – **Alteração do detalhamento da despesa** – a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica e grupo de despesa, que não caracterizam como créditos suplementares;

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e na respectiva Lei por programas, projetos, atividades ou operações especiais.

§ 2º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º. As atividades e projetos serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades.

§ 4º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

**Art. 8º.** – Os Orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação da despesa dos órgãos do município, suas autarquias, fundos, órgãos da administração direta e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 1º.- O Município aplicará, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos e transferências oriundas de impostos incluídos dos recursos proveniente do FUNDEB na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe a Constituição Federal no seu artigo 212.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**§ 2º.** – a aplicação e a prestação de contas do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, observarão as normas contidas na Lei 11.494/2007.

**Art. 9º.** – Para efeito desta lei, entendem-se como despesas de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica pública aqueles recursos empregados na remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, na aquisição de material didático e no transporte escolar, bem como os utilizados em ações relacionadas à aquisição, manutenção e ao funcionamento das instalações e dos equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens e serviços, dentre outras despesas.

**Art. 10** – A Prefeitura manterá junto a uma instituição financeira oficial conta bancária, única e específica, denominada de Manutenção e Desenvolvimento do ensino – MDE.

**Art. 11** – Os recursos do MDE inclusive aqueles oriundos dos rendimentos de aplicações financeiras, deverão ser aplicados pelo município no exercício financeiro em que lhes forem creditados, exclusivamente no âmbito de sua atuação prioritária, conforme estabelecido no art. 211, § 2º. da CRB, ficando vedada a sua utilização:

I – No financiamento de despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, de acordo com o art. 71 da Lei no. 9394/96.

II – como garantia ou contrapartida de operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelo município, que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

**Parágrafo único** – Não será admitida a movimentação na conta única e específica do MDE de recursos estranhos aqueles previstos na legislação pertinente.

**Art. 12** – Os recursos do FUNDEB, inclusive aqueles originários de complementação da união, serão utilizados pelo município no exercício financeiro em que lhe forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei No. 9.394/96.

**Parágrafo único** – Até 5% (cinco por cento) dos recursos mencionados no *caput* deste artigo poderão ser aplicados no primeiro trimestre do exercício subsequente aquele em que se deu o crédito, mediante abertura de crédito adicional, vedado pagamento de despesa de exercício anterior – DEA.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**Art. 13** – É obrigatória a aplicação de, no mínimo 60% (sessenta por cento) das receitas provenientes do Fundo, incluído a complementação da união, quando for o caso, na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica em efetivo exercício na rede pública, incluindo-se os encargos sociais decorrentes dessa remuneração.

**Art. 14** – Os recursos da conta única e específica do FUNDEB somente poderão ser utilizados nas finalidades previstas em lei.

**Parágrafo único** – a contabilização dos recursos do FUNDEB obedecerá às normas expedidas em portarias específicas da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art. 15** – Para efeito da apuração do valor aplicado na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública serão consideradas as despesas pagas e liquidadas até 31 de dezembro de cada exercício, inscritas em restos a pagar, desde que respaldadas em correspondente saldo financeiro.

**Parágrafo único** – As despesas liquidadas a que se refere o caput deste artigo deverão ser pagas com recursos provenientes:

- I – da conta única e específica do MDE;
- II – da conta bancária, única e específica do FUNDEB.

**Art. 16** – O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações destinadas aos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do município, inclusive seus fundos e fundações, para atender às ações de saúde, previdência e assistência social.

**§ 1º.** – O Município aplicará, no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o artigo 158 e alínea b do Inciso I e § 3º., ambos do art.

159 da Constituição Federal, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III do art. 7º. da Emenda Constitucional No. 29 de 13 de setembro de 2000.

**§ 2º.** – A base de cálculo para a apuração do valor mínimo definido no § 1º. a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde conforme estabelecido nos incisos do Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da constituição Federal, é o somatório:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



I – do total das receitas de impostos municipais, dívida ativa tributária de impostos, multas e juros de mora e correção monetária sobre a dívida ativa de impostos.

II – do total das receitas de transferências recebidas da União (FPM, ITR, ICMS exportação);

III – das receitas de transferências do Estado (ICMS, IPI, IPVA);

**Art. 17** - Consideram despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas de custeio e capital, financiadas pelo Município, relacionadas a programas finalísticos e de apoio que atendam simultaneamente, aos princípios do art. 7º. da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990.

**Parágrafo Único** – Além de atender aos critérios estabelecidos neste artigo, as despesas com ações e serviços de saúde, realizados pelo Município deverão ser financiadas com recursos alocados por meio dos respectivos Fundos de Saúde, nos termos do art. 77 §3º. do ADCT.

**Art. 18** – A aplicação em ações e serviços públicos de saúde será apurada pelo Tribunal de Contas dos Municípios mediante exame dos processos de pagamento encaminhados mensalmente pelo Gestor, devendo os mesmos encontrar-se necessariamente, cadastrados no sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, os dados e informações da gestão pública municipal.

**Parágrafo único** – os processos dos restos a pagar liquidados no exercício em análise, deverão ser encaminhadas ao eTCM, juntamente com a documentação de dezembro.

**Art. 19** – Para efeito da apuração do valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde, serão consideradas pelo TCM as despesas efetivamente pagas e liquidadas até 31 de dezembro de cada exercício, inscritas em restos a pagar, desde que respaldadas em correspondente saldo financeiro.

**Art. 20** – Os recursos aplicados através do Fundo municipal de Saúde serão acompanhados e fiscalizados pelo conselho municipal de Saúde que emitirá parecer a ser enviado ao eTCM juntamente com apresentação de contas anual.

**Art. 21** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



- I - pessoal e encargos sociais
- II - juros e encargos da dívida
- III - outras despesas correntes
- IV - sentenças judiciais
- V - investimentos
- VI - inversões financeiras
- VII - amortização da dívida
- VIII - outras despesas de capital

**Parágrafo único** - As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos orçamentários, entendidos como sendo o de maior nível da classificação institucional.

**Art. 22** - As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão do demonstrativo desta Lei.

**Art. 23** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

## SEÇÃO II

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 24** - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo e a respectiva lei serão constituídos de:

- I - Mensagem,
- II - texto da lei;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 01 da lei No. 4.320/64.
- V - anexos da receita, despesa e quadro demonstrativos previstos nos artigos 20 a 22, III e IV da Lei 4.320/64.
- VI - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- VII - programação, no orçamento Fiscal, destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino conforme Lei federal 9.424/96
- VIII - programação do orçamento fiscal dos recursos destinados as ações de saúde.







Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



fundações instituídos, mantidos pelo município, de modo a evidenciar as ações e diretrizes do governo, obedecidos na sua elaboração os princípios de anualidade, universalidade e unidade.

**Art. 29** - O Orçamento será elaborado de forma que haja equilíbrio entre a Receita prevista e a Despesa fixada.

**Art. 30** - O Poder Executivo, até 30 dias antes da apresentação da proposta orçamentária, colocará à disposição dos outros poderes e Ministério Público, a previsão da receita, após revisão da metodologia de cálculo para o exercício financeiro de 2021.

**Art. 31** - O Total da despesa do Poder Legislativo Municipal obedecerá o limite de 7% (sete por cento) da Receita Tributária e das transferências previstas no parágrafo 5º. no artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da CF e artigo 2º. da Emenda Constitucional N.º 58 de 23 de setembro de 2009.

**Art. 32** - Na Lei do orçamento anual constarão as seguintes autorizações:

- I - abertura de créditos suplementares até o limite nela definido;
- II- realização de operação de crédito até o limite legalmente permitido.
- III - destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios, empréstimos, pagamento de sinal, amortização, juros outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação.
- IV – custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, em conformidade com o Art. 62 Incisos I e II da LC 101/00.

**Art. 33** - Na proposta orçamentária anual figurará dotação global destinada a constituir a Reserva de Contingência para o ano de 2021 até o limite de 10% da receita corrente líquida, podendo ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

**Art. 34** - As despesas serão fixadas segundo as prioridades dos compromissos de caráter social, financeiro, econômico e as aquisições de bens, serviços e execução de obras do município:

**§ 1º.** - Na fixação das despesas serão observados prioritariamente os gastos com:

- I - pessoal e encargos sociais,
- II - manutenção dos serviços públicos municipais,
- III - serviços da dívida pública municipal,
- IV - contrapartida de convênios financiamentos





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**§ 2º.** - As atividades de manutenção básica terão precedência sobre as atividades que visem a sua expansão.

**Art. 35** – A concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuições a entidades de direito público ou privado sem finalidade lucrativa, com capacidade jurídica e regularidade fiscal, visando o custeio de serviços essenciais de assistência social, saúde, cultura, esporte e educação, depende de lei específica e fica vinculada ao estrito cumprimento das normativas de cada política, e observância as legislações que tratam a matéria.

**§1º.** O pagamento dessas despesas fica condicionado ao cumprimento de exigências legais, inclusive e principalmente, a constante dos artigos 25 e 26 da Lei Complementar 101/2000, e observância da Resolução do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia de nº 1.121/05, alterada pela de nº 1.257/07.

**§ 2º.** Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

**§ 3º.** Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 4º.** A transferência de recursos a instituições privadas somente será permitida a título de subvenções sociais e contribuições, desde que atenda às exigências constitucionais e legais, inclusive de prévia autorização por lei específica de que trata o art. 26 da LC 101 de 2000.

**Art. 36** - Para as entregas de recursos a consórcio públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou descentralização, da forma estabelecida nos manuais de contabilidade aplicada ao setor público, em vigor e publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**Parágrafo único** - A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades, classificação orçamentária nacionalmente unificada e as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

**Art. 37** - As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas e sociedade de economia mista, e demais empresas que o município detenha a maioria do

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.104





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



capital, com direito a voto, somente poderão ser programadas para atender despesas com investimentos e inversões financeiras, depois de atenderem integralmente suas necessidades relativas ao custeio administrativa e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como pagamento de créditos fiduciários reconhecidos pelo município.

**Art. 38** – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

**Art. 39** - As receitas do orçamento da seguridade social, serão as provenientes das transferências do Orçamento Fiscal, as diretamente arrecadadas e as oriundas de convênios.

**Art. 40** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2021 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Parágrafo único** - Serão divulgados na Internet, ao menos:

I - pelo Poder Executivo:

- a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12. § 3º. da Lei Complementar No. 101 de 2000;
- b) a lei orçamentária anual;

**Art. 41** - O projeto de lei orçamentária poderá incluir novos investimentos, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2018-2021, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

**Art. 42** - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica específica, a votação da parte cuja alteração é proposta.

## CAPÍTULO IV

### AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**Art. 43** – Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

**§ 1º.** - Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

**§ 2º.** - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

**Art. 44** – As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2021, com base na despesa média mensal executada até junho de 2020, prevendo-se eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos, observados, além da legislação pertinente em vigor, o limite de que trata a Lei Complementar N.º. 101, de 04 de maio de 2000, para as despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes do Município.

**Parágrafo único** – O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária de 2021, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites do art. 20, Inciso III, e do Art. 21 da Lei Complementar N.º.101/2000.

**Art. 45** – Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida estabelecidos no art. 19, Inciso III, da Lei Complementar N.º. 101/2000.

**§ 1º.** – Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I – de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II- relativas a incentivos à demissão voluntária;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



- III- derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º. do art. 57 da Constituição Federal;
- IV- decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

**§ 2º.** – Para fins deste artigo entende-se receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

**Art. 46** – A repartição dos limites globais do art. 44, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

**Art. 47** – A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos Arts. 45 e 46 desta Lei será realizada ao final de cada quadrimestre, na forma definida na Lei Complementar Nº. 101/2000 nos Art. 19 e 20.

**§ 1º.** – Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder referido no Art. 44 que houver incorrido no excesso:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II – criação de cargo, emprego ou função;
- III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V – contratação de hora extra, salvo no caso das situações previstas nesta Lei.

**§ 2º.** – Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.

**Art. 48** – As dotações para atendimento das despesas com a admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do Inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, serão alocados em atividades específicas, inclusive na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para essa finalidade.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**Art. 49** – Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, desde que observado o disposto no art. 50 desta Lei.

**Art. 50** – Todo e qualquer ato que provoque um aumento de despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

- I – houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º., Inciso I, da Constituição Federal;
- II – houver autorização específica em Lei.

**Parágrafo único** – O disposto no caput compreende entre outras:

- I – a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;
- II – a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;
- III – a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

## CAPÍTULO V

### AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

**Art. 51** – O município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

**Parágrafo único** – A Administração Municipal deverá dispender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

**Art. 52** - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Nº. 101 de 2000.

**§ 1º.** - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**§ 2º.** - O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de quinze dias, a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la.

**Art. 53.** – O chefe do Poder Executivo, em caso de necessidade, encaminhará à Câmara de Vereadores projeto de lei, sobre alterações na Legislação Tributária Municipal e incremento de receita, incluindo:

- I - consolidação da legislação vigente que regula cada tributo de competência do Município;
- II - revisão de isenção e incentivos fiscais;
- III - revisão, simplificação, ajustamento e modernização da legislação tributária municipal;
- IV - revisão das taxas pelo poder de polícia e prestação de serviços;
- V - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;
- VI - aperfeiçoamento no sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos.

**§ 1º.** – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício anual, observada a legislação vigente.

**§ 2º.** – A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício subsequente, em obediência ao princípio da anterioridade.

**Art. 54** – O incremento da receita tributária deverá ser buscado, mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, a constante atualização do cadastro de contribuintes, utilização de tecnologias modernas da informação como instrumento fiscal e a execução permanente de programa de fiscalização.

**Art. 55** – O Poder Executivo, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, poderá desenvolver projetos de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no anexo de metas fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

## CAPÍTULO VI

### AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75                      Telefone: (77) 3489.104





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**Art. 56** – O Poder Executivo deverá enquadrar a dívida do Município dentro do planejamento de longo prazo, de modo que ele comprometa o mínimo possível a arrecadação tributária do município, que deve ser destinada a investimentos sociais.

**Art. 57** – Para manter a dívida pública em nível aceitável e prudente, evitar-se-á que os gastos excedam as disponibilidades.

**Parágrafo Único** – Se a dívida ultrapassar os níveis de aceitabilidade e prudência, e enquanto não for reduzida, o montante de gastos realizados deve ser inferior ao das receitas arrecadadas.

**Art. 58** – As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria de Finanças.

**Art. 59** – Os precatórios, inclusive aqueles resultantes de decisões da justiça, constarão do orçamento da administração, desde que remetidos até 30 de junho de 2021, à Secretaria de Administração e Planejamento através da procuradoria geral do Município.

**Art. 60** – A fixação de despesas nos orçamentos em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 61** – A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

**Art. 62** – A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

- I – ao endividamento público;
- II – ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III – aos gastos com pessoal e encargos sociais;
- IV – à administração e gestão financeira.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**Art. 63** – São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no Art. 62 desta Lei:

- I – o equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;
- II – a limitação da dívida pública em níveis aceitáveis e prudentes, assim entendidos os que sejam compatíveis com a capacidade de arrecadação do Município e que propiciem margem de segurança para a absorção e reconhecimento de obrigações imprevistas;
- III – a adoção de política tributária estável e previsível coerente com a finalidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;
- IV – a limitação e contenção dos gastos públicos;
- V – a administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas;
- VI – a transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos;

**Art. 64** – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 65** – O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

**Parágrafo Único** – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

**Art. 66** - Se verificado o comprometimento dos resultados orçamentários pretendido quando da evolução da receita, deverá o Poder Executivo contingenciar dotações na seguinte ordem: investimentos, ações desportivas e culturais e adiantamento para viagem.

**Art. 67** - Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no momento em que ocorrer o respectivo ingresso.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**Art. 68** - Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para entidade privada, registrados, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo orçamento no detalhamento existente na lei orçamentária.

**Art. 69** - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas previstas, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder, sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º. e parágrafos da Lei Complementar Nº. 101 de 2000.

**§ 1º** – Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos;
- II – serviços da dívida;
- III – decorrentes de financiamentos;
- IV– decorrentes de convênios;
- V– as sujeitas a limites constitucionais como educação, saúde e assistência social;

**§ 2º** - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo informará ao Poder Legislativo, até o vigésimo terceiro dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

**§ 3º** – Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo as despesas de convênios e financiamentos, que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

**Art. 70** - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021, através de Decreto, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º. da Lei Complementar Nº. 101 de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

**§ 1º** - O Poder Executivo publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, os anexos do Relatório Resumido da Execução orçamentária.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**§ 2º.** - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Legislativo Municipal, e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público.

**§ 3º.** - Até o final dos meses de maio e setembro de 2021 e de fevereiro de 2022, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública no espaço do Legislativo.

**Art. 71** - O desembolso dos recursos financeiros ao Poder Legislativo será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimo, em consonância às determinações legais.

**Art. 72** - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 73** - Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

**Art. 74** - Para fins do disposto no art. 4º. parágrafo 3º. da Lei complementar N.º. 101/2000 e desta Lei, são riscos fiscais os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, constituídos de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, restos a pagar com prescrição interrompida, débitos não quitados com concessionárias de serviços públicos, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei 4.320/64 e outros passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 75** - Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, estarão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas, enquanto perdurar a situação, para recondução da dívida e das despesas com pessoal ao limite exigido.

**Art. 76** - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênios com Ministérios, Secretarias Nacionais ou Estaduais, Fundações, Fundos, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Entidades de Personalidade Jurídica de Direito Privado no âmbito Federal, Estadual e Municipal que venham proporcionar no Município, desenvolvimento econômico, social, urbano ou de planejamento.

**Art. 77** - Caso o Projeto de Lei Orçamentária anual não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2020, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



- I - pessoal e encargos sociais;
- II- serviços da dívida;
- III- despesas decorrente da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas a sociedade;
- IV- investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V- contrapartida de convênios.

**Parágrafo único** – Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

**Art. 78** – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observadas as demais diretrizes desta Lei e, visando o controle de custos, o acompanhamento e a avaliação dos resultados da ação de governo, será feita por programa e ação orçamentária, com a identificação da classificação orçamentária da despesa pública.

**Art. 79** – Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira com base em índices oficiais.

**Art. 80** – Em caso de criação de Secretarias Extraordinárias, conforme legislação municipal pertinente, os projetos e atividades a serem desenvolvidos pela nova Secretaria serão transferidos da Unidade onde estavam sendo desenvolvidos os referidos projetos e atividades, passando esta a se constituir em uma Unidade Orçamentária.

**Art. 81** - Esta Lei vigorará de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal**, em 30 de junho de 2020.

Marcelo de Souza Emerenciano  
Prefeito Municipal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO**

| Código                  | Descrição   | 2018          | 2019          | 2020          | 2021          | 2022          | 2023          |
|-------------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receitas Correntes  | 58.908.586,77 | 65.791.513,40 | 75.900.411,00 | 79.839.642,00 | 84.781.715,84 | 90.877.521,21 |
| 1.1.0.0.00.0.0.00.00.00 | Imp.s, Taxas e Contribuições de Melhoria                        | 3.936.379,13  | 2.751.317,72  | 4.763.796,00  | 5.011.041,00  | 5.321.224,44  | 5.703.820,48  |
| 1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 | Impostos  | 3.760.647,11  | 2.641.222,12  | 4.416.639,00  | 4.645.863,00  | 4.933.441,92  | 5.288.156,39  |
| 1.1.1.3.00.0.0.00.00.00 | Imp.s S/ a Renda e Proventos de Qualquer Natureza               | 594.350,88    | 493.176,88    | 595.610,00    | 626.522,00    | 665.303,71    | 713.139,05    |
| 1.1.1.3.03.0.0.00.00.00 | Imp. S/ a Renda - Retido na Fonte                               | 594.350,88    | 493.176,88    | 595.610,00    | 626.522,00    | 665.303,71    | 713.139,05    |
| 1.1.1.3.03.1.0.00.00.00 | Imp. S/ a Renda - Retido na Fonte - Trabalho                    | 289.570,92    | 346.325,58    | 288.550,00    | 303.526,00    | 322.314,26    | 345.488,65    |
| 1.1.1.3.03.1.1.00.00.00 | Imp. S/ a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal        | 289.570,92    | 346.325,58    | 288.550,00    | 303.526,00    | 322.314,26    | 345.488,65    |
| 1.1.1.3.03.4.0.00.00.00 | Imp. S/ a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos          | 304.779,96    | 146.851,30    | 307.060,00    | 322.996,00    | 342.989,45    | 367.650,39    |
| 1.1.1.3.03.4.1.00.00.00 | Imp. S/ a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos -        | 304.779,96    | 146.851,30    | 307.060,00    | 322.996,00    | 342.989,45    | 367.650,39    |
| 1.1.1.8.00.0.0.00.00.00 | Imp.s Específicos de Est.s/DF Munic.                            | 3.166.296,23  | 2.148.045,24  | 3.821.029,00  | 4.019.341,00  | 4.268.138,21  | 4.575.017,35  |
| 1.1.1.8.01.0.0.00.00.00 | Imp.s S/ o Patrimônio para Est.s/DF/Munic.                      | 767.784,41    | 669.550,52    | 1.541.034,00  | 1.621.015,00  | 1.721.355,83  | 1.845.121,31  |
| 1.1.1.8.01.1.0.00.00.00 | Imp. S/ a Prop. Predial e Territ. Urb.-IPTU                     | 118.671,91    | 123.857,12    | 362.680,00    | 381.504,00    | 405.119,10    | 434.247,16    |
| 1.1.1.8.01.1.1.00.00.00 | Imp. S/ a Prop. Predial e Territ. Urb.-IPTU - Principal         | 70.403,69     | 70.739,48     | 234.110,00    | 246.260,00    | 261.503,49    | 280.305,60    |
| 1.1.1.8.01.1.3.00.00.00 | Imp. S/ a Prop. Predial e Territ. Urb.-IPTU - Dívida Ativa      | 48.268,22     | 47.031,35     | 119.770,00    | 125.986,00    | 133.784,53    | 143.403,64    |
| 1.1.1.8.01.1.5.00.00.00 | Imp. S/ a Prop. Predial e Territ. Urb.-IPTU - Multas            | 0,00          | 254,45        | 1.130,00      | 1.189,00      | 1.262,60      | 1.353,38      |
| 1.1.1.8.01.1.6.00.00.00 | Imp. S/ a Prop. Predial e Territ. Urb.-IPTU - Juros             | 0,00          | 818,83        | 1.050,00      | 1.105,00      | 1.173,40      | 1.257,77      |
| 1.1.1.8.01.1.7.00.00.00 | Imp. S/ a Prop. Predial e Territ. Urb.-IPTU - Dívida Ativa - M  | 0,00          | 384,26        | 1.130,00      | 1.189,00      | 1.262,60      | 1.353,38      |
| 1.1.1.8.01.1.8.00.00.00 | Imp. S/ a Prop. Predial e Territ. Urb.-IPTU - Dívida Ativa - Jt | 0,00          | 4.628,75      | 5.490,00      | 5.775,00      | 6.132,47      | 6.573,40      |
| 1.1.1.8.01.4.0.00.00.00 | Imp. S/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóv. e de Dir. Reais S/    | 649.112,50    | 545.693,40    | 1.178.354,00  | 1.239.511,00  | 1.316.236,73  | 1.410.874,15  |
| 1.1.1.8.01.4.1.00.00.00 | ITBI - Principal  | 649.112,50    | 545.681,40    | 1.172.120,00  | 1.232.953,00  | 1.309.272,79  | 1.403.409,50  |
| 1.1.1.8.01.4.3.00.00.00 | ITBI - Dívida Ativa   | 0,00          | 0,00          | 3.270,00      | 3.440,00      | 3.652,94      | 3.915,58      |
| 1.1.1.8.01.4.5.00.00.00 | ITBI - Multas   | 0,00          | 6,00          | 1.090,00      | 1.147,00      | 1.218,00      | 1.305,57      |
| 1.1.1.8.01.4.6.00.00.00 | ITBI - Juros  | 0,00          | 6,00          | 786,00        | 827,00        | 878,19        | 941,33        |
| 1.1.1.8.01.4.7.00.00.00 | ITBI - Dívida Ativa - Multas                                    | 0,00          | 0,00          | 733,00        | 771,00        | 818,72        | 877,59        |
| 1.1.1.8.01.4.8.00.00.00 | ITBI - Dívida Ativa - Juros                                     | 0,00          | 0,00          | 355,00        | 373,00        | 396,09        | 424,57        |
| 1.1.1.8.02.0.0.00.00.00 | Imp.s S/ a Produção, circulação de Mercadorias e Serv.s         | 2.398.511,82  | 1.478.494,72  | 2.279.995,00  | 2.398.326,00  | 2.546.782,38  | 2.729.896,03  |
| 1.1.1.8.02.3.0.00.00.00 | Imp. S/ Serv.s de Qualquer Natureza                             | 2.398.511,82  | 1.478.494,72  | 2.279.995,00  | 2.398.326,00  | 2.546.782,38  | 2.729.896,03  |
| 1.1.1.8.02.3.1.00.00.00 | Imp. S/ Serv.s de Qualquer Natureza - Principal                 | 2.398.511,82  | 1.472.713,84  | 2.269.092,00  | 2.386.858,00  | 2.534.604,51  | 2.716.842,57  |
| 1.1.1.8.02.3.1.01.00.00 | Imp S/ Serv Qualquer Nat - Principal-ISS                        | 2.332.546,07  | 1.404.496,95  | 2.190.850,00  | 2.304.555,00  | 2.447.206,95  | 2.623.161,13  |
| 1.1.1.8.02.3.1.02.00.00 | Imp S/ Serv Qualquer Nat - Principal-ISS Simples Nac.           | 65.965,75     | 68.216,89     | 78.242,00     | 82.303,00     | 87.397,56     | 93.681,44     |
| 1.1.1.8.02.3.3.00.00.00 | Imp. S/ Serv.s de Qualquer Natureza - Dívida Ativa              | 0,00          | 5.418,10      | 7.155,00      | 7.526,00      | 7.991,86      | 8.566,47      |
| 1.1.1.8.02.3.5.00.00.00 | Imp. S/ Serv.s de Qualquer Natureza - Multas                    | 0,00          | 214,78        | 1.088,00      | 1.144,00      | 1.214,81      | 1.302,16      |
| 1.1.1.8.02.3.6.00.00.00 | Imp. S/ Serv.s de Qualquer Natureza - Juros                     | 0,00          | 148,00        | 786,00        | 827,00        | 878,19        | 941,33        |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

| Código                    | Descrição  | 2018       | 2019       | 2020       | 2021       | 2022       | 2023       |
|---------------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 1.1.1.8.02.3.7.00.00.00   | Imp. S/ Serv.s de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multa   | 0,00       | 0,00       | 1.088,00   | 1.144,00   | 1.214,81   | 1.302,16   |
| 1.1.1.8.02.3.8.00.00.00   | Imp. S/ Serv.s de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Juros   | 0,00       | 0,00       | 786,00     | 827,00     | 878,19     | 941,33     |
| 1.1.2.0.00.0.0.00.00.00   | Taxas  | 175.732,02 | 110.095,60 | 345.524,00 | 363.460,00 | 385.958,17 | 413.708,57 |
| 1.1.2.1.00.0.0.00.00.00   | Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia                     | 141.307,02 | 109.210,70 | 292.789,00 | 307.986,00 | 327.050,33 | 350.565,25 |
| 1.1.2.1.01.0.0.00.00.00   | Taxas de Insp., Controle e Fiscaliz.                         | 125.434,70 | 76.467,50  | 238.345,00 | 250.716,00 | 266.235,32 | 285.377,64 |
| 1.1.2.1.01.1.0.00.00.00   | Taxas de Insp., Controle e Fiscaliz.                         | 125.434,70 | 76.467,50  | 238.345,00 | 250.716,00 | 266.235,32 | 285.377,64 |
| 1.1.2.1.01.1.1.00.00.00   | Taxas de Insp., Controle e Fiscaliz. - Principal             | 117.289,16 | 68.705,43  | 222.264,00 | 233.800,00 | 248.272,22 | 266.122,99 |
| 1.1.2.1.01.1.1.1.00.00.00 | Taxa de Fiscaliz. de Vigilância Sanitária                    | 10.372,37  | 8.931,66   | 24.761,00  | 26.046,00  | 27.658,25  | 29.646,88  |
| 1.1.2.1.01.1.1.25.00.00   | Taxa de Licença p/ Func. Estab. com Ind. Prest. Serv.        | 35.347,86  | 31.661,90  | 85.168,00  | 89.588,00  | 95.133,50  | 101.973,60 |
| 1.1.2.1.01.1.1.25.01.00   | Taxa de Fiscaliz. e Funcionamento -TFF                       | 34.943,86  | 31.661,90  | 76.457,00  | 80.425,00  | 85.403,31  | 91.543,81  |
| 1.1.2.1.01.1.1.25.02.00   | Taxa de Licença p/ Localização - TLL                         | 404,00     | 0,00       | 8.711,00   | 9.163,00   | 9.730,19   | 10.429,79  |
| 1.1.2.1.01.1.1.29.00.00   | Taxa de Licença para Execução de Obras - Alvará              | 0,00       | 367,00     | 5.444,00   | 5.727,00   | 6.081,50   | 6.518,76   |
| 1.1.2.1.01.1.1.31.00.00   | Taxa de Utilização de Área de Domínio Público - Preço Pt     | 32.867,38  | 24.408,00  | 33.755,00  | 35.507,00  | 37.704,88  | 40.415,86  |
| 1.1.2.1.01.1.1.32.00.00   | Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil, Habii      | 38.701,55  | 3.255,46   | 67.692,00  | 71.205,00  | 75.612,59  | 81.049,13  |
| 1.1.2.1.01.1.1.99.00.00   | Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia              | 0,00       | 81,41      | 5.444,00   | 5.727,00   | 6.081,50   | 6.518,76   |
| 1.1.2.1.01.1.3.00.00.00   | Taxas de Insp., Controle e Fiscaliz. - Dívida Ativa          | 8.145,54   | 6.227,57   | 12.937,00  | 13.608,00  | 14.450,34  | 15.489,31  |
| 1.1.2.1.01.1.5.00.00.00   | Taxas de Insp., Controle e Fiscaliz. - Multas                | 0,00       | 131,62     | 786,00     | 827,00     | 878,19     | 941,33     |
| 1.1.2.1.01.1.6.00.00.00   | Taxas de Insp., Controle e Fiscaliz. - Juros                 | 0,00       | 156,93     | 786,00     | 827,00     | 878,19     | 941,33     |
| 1.1.2.1.01.1.7.00.00.00   | Taxas de Insp., Controle e Fiscaliz. - Dívida Ativa - Multas | 0,00       | 59,17      | 786,00     | 827,00     | 878,19     | 941,33     |
| 1.1.2.1.01.1.8.00.00.00   | Taxas de Insp., Controle e Fiscaliz. - Dívida Ativa - Juros  | 0,00       | 1.186,78   | 786,00     | 827,00     | 878,19     | 941,33     |
| 1.1.2.1.04.0.0.00.00.00   | Taxa de Controle e Fiscaliz. Ambiental                       | 15.872,32  | 32.743,20  | 54.444,00  | 57.270,00  | 60.815,01  | 65.187,61  |
| 1.1.2.1.04.1.0.00.00.00   | Taxa de Controle e Fiscaliz. Ambiental                       | 15.872,32  | 32.743,20  | 54.444,00  | 57.270,00  | 60.815,01  | 65.187,61  |
| 1.1.2.1.04.1.1.00.00.00   | Taxa de Controle e Fiscaliz. Ambiental - Principal           | 15.872,32  | 32.743,20  | 54.444,00  | 57.270,00  | 60.815,01  | 65.187,61  |
| 1.1.2.2.00.0.0.00.00.00   | Taxas pela Prestação de Serv.s                               | 34.425,00  | 884,90     | 52.735,00  | 55.474,00  | 58.907,84  | 63.143,31  |
| 1.1.2.2.01.0.0.00.00.00   | Taxas pela Prestação de Serv.s                               | 34.425,00  | 884,90     | 52.735,00  | 55.474,00  | 58.907,84  | 63.143,31  |
| 1.1.2.2.01.1.0.00.00.00   | Taxas pela Prestação de Serv.s                               | 34.425,00  | 884,90     | 52.735,00  | 55.474,00  | 58.907,84  | 63.143,31  |
| 1.1.2.2.01.1.1.00.00.00   | Taxas pela Prestação de Serv.s - Principal                   | 34.425,00  | 600,00     | 48.020,00  | 50.513,00  | 53.639,75  | 57.496,45  |
| 1.1.2.2.01.1.1.28.00.00   | Taxa de Cemitério  | 0,00       | 0,00       | 5.444,00   | 5.727,00   | 6.081,50   | 6.518,76   |
| 1.1.2.2.01.1.1.90.00.00   | Taxa de Limpeza Pública                                      | 0,00       | 0,00       | 4.356,00   | 4.582,00   | 4.865,63   | 5.215,46   |
| 1.1.2.2.01.1.1.99.00.00   | Outras Taxas pela Prestação de Serv.s                        | 34.425,00  | 600,00     | 38.220,00  | 40.204,00  | 42.692,63  | 45.762,23  |
| 1.1.2.2.01.1.3.00.00.00   | Taxas pela Prestação de Serv.s - Dívida Ativa                | 0,00       | 284,90     | 1.571,00   | 1.653,00   | 1.755,32   | 1.881,53   |
| 1.1.2.2.01.1.5.00.00.00   | Taxas pela Prestação de Serv.s - Multas                      | 0,00       | 0,00       | 786,00     | 827,00     | 878,19     | 941,33     |
| 1.1.2.2.01.1.6.00.00.00   | Taxas pela Prestação de Serv.s - Juros                       | 0,00       | 0,00       | 786,00     | 827,00     | 878,19     | 941,33     |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO**

| Código                  | Descrição   | 2018      | 2019      | 2020       | 2021       | 2022       | 2023       |
|-------------------------|---|-----------|-----------|------------|------------|------------|------------|
| 1.1.2.2.01.1.7.00.00.00 | Taxas pela Prestação de Serv.s - Dívida Ativa - Multas        | 0,00      | 0,00      | 786,00     | 827,00     | 878,19     | 941,33     |
| 1.1.2.2.01.1.8.00.00.00 | Taxas pela Prestação de Serv.s - Dívida Ativa - Juros         | 0,00      | 0,00      | 786,00     | 827,00     | 878,19     | 941,33     |
| 1.1.3.0.00.0.0.00.00.00 | Contrib. de Melhoria  | 0,00      | 0,00      | 1.633,00   | 1.718,00   | 1.824,34   | 1.955,51   |
| 1.1.3.8.00.0.0.00.00.00 | Contrib. de Melhoria - Específica E/M                         | 0,00      | 0,00      | 1.633,00   | 1.718,00   | 1.824,34   | 1.955,51   |
| 1.1.3.8.99.0.0.00.00.00 | Outras Contribuições de Melhoria                              | 0,00      | 0,00      | 1.633,00   | 1.718,00   | 1.824,34   | 1.955,51   |
| 1.1.3.8.99.1.0.00.00.00 | Outras Contribuições de Melhoria                              | 0,00      | 0,00      | 1.633,00   | 1.718,00   | 1.824,34   | 1.955,51   |
| 1.1.3.8.99.1.1.00.00.00 | Outras Contribuições de Melhoria - Principal                  | 0,00      | 0,00      | 1.633,00   | 1.718,00   | 1.824,34   | 1.955,51   |
| 1.2.0.0.00.0.0.00.00.00 | Contribuições   | 0,00      | 0,00      | 4.409,00   | 4.638,00   | 4.925,09   | 5.279,21   |
| 1.2.1.0.00.0.0.00.00.00 | Contribuições Sociais   | 0,00      | 0,00      | 1.524,00   | 1.603,00   | 1.702,23   | 1.824,62   |
| 1.2.1.9.99.1.1.00.00.00 | Outras Contribuições Sociais - Principal                      | 0,00      | 0,00      | 1.524,00   | 1.603,00   | 1.702,23   | 1.824,62   |
| 1.2.2.0.00.0.0.00.00.00 | Contribuições Econômicas                                      | 0,00      | 0,00      | 1.361,00   | 1.432,00   | 1.520,64   | 1.629,97   |
| 1.2.2.0.99.0.0.00.00.00 | Outras Contribuições Econômicas                               | 0,00      | 0,00      | 1.361,00   | 1.432,00   | 1.520,64   | 1.629,97   |
| 1.2.2.0.99.1.0.00.00.00 | Outras Contribuições Econômicas                               | 0,00      | 0,00      | 1.361,00   | 1.432,00   | 1.520,64   | 1.629,97   |
| 1.2.2.0.99.1.1.00.00.00 | Outras Contribuições Econômicas - Principal                   | 0,00      | 0,00      | 1.361,00   | 1.432,00   | 1.520,64   | 1.629,97   |
| 1.2.4.0.00.0.0.00.00.00 | Contrib. para o Custeio do Serv. de Ilumin. Pública           | 0,00      | 0,00      | 1.524,00   | 1.603,00   | 1.702,23   | 1.824,62   |
| 1.2.4.0.00.1.0.00.00.00 | Contrib. para o Custeio do Serv. de Ilumin. Pública           | 0,00      | 0,00      | 1.524,00   | 1.603,00   | 1.702,23   | 1.824,62   |
| 1.2.4.0.00.1.1.00.00.00 | Contrib. para o Custeio do Serv. de Ilumin. Pública - Princip | 0,00      | 0,00      | 1.524,00   | 1.603,00   | 1.702,23   | 1.824,62   |
| 1.3.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receita Patrimonial   | 53.184,38 | 64.336,98 | 291.716,00 | 306.854,00 | 325.848,26 | 349.276,75 |
| 1.3.1.0.00.0.0.00.00.00 | Expl. do Patrimônio Imobiliário do Est.                       | 0,00      | 6.223,86  | 8.711,00   | 9.163,00   | 9.730,19   | 10.429,79  |
| 1.3.1.0.01.0.0.00.00.00 | Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocu      | 0,00      | 6.223,86  | 8.711,00   | 9.163,00   | 9.730,19   | 10.429,79  |
| 1.3.1.0.01.1.0.00.00.00 | Aluguéis e Arrendamentos                                      | 0,00      | 6.223,86  | 8.711,00   | 9.163,00   | 9.730,19   | 10.429,79  |
| 1.3.1.0.01.1.1.00.00.00 | Aluguéis e Arrendamentos - Principal                          | 0,00      | 6.223,86  | 8.711,00   | 9.163,00   | 9.730,19   | 10.429,79  |
| 1.3.2.0.00.0.0.00.00.00 | Valores Mobiliários   | 53.184,38 | 58.113,12 | 272.116,00 | 286.237,00 | 303.955,07 | 325.809,44 |
| 1.3.2.1.00.0.0.00.00.00 | Juros e Correções Monetárias                                  | 53.184,38 | 58.113,12 | 255.783,00 | 269.056,00 | 285.710,57 | 306.253,16 |
| 1.3.2.1.00.1.0.00.00.00 | Remuneração de Dep. Bancários                                 | 53.184,38 | 58.113,12 | 241.818,00 | 254.366,00 | 270.111,26 | 289.532,25 |
| 1.3.2.1.00.1.1.00.00.00 | Remuneração de Dep. Bancários - Principal                     | 53.184,38 | 58.113,12 | 241.818,00 | 254.366,00 | 270.111,26 | 289.532,25 |
| 1.3.2.1.00.1.1.52.00.00 | Remun de Dep. Banc-Rec. Vinc.à Educ.                          | 17.005,50 | 34.045,00 | 83.647,00  | 87.988,00  | 93.434,46  | 100.152,39 |
| 1.3.2.1.00.1.1.52.01.00 | Remun de Dep. Banc -Rec Vinc à Educ -FUNDEB                   | 4.817,30  | 24.664,41 | 45.723,00  | 48.096,00  | 51.073,14  | 54.745,30  |
| 1.3.2.1.00.1.1.52.02.00 | Remun de Dep. Banc-Rec. Vinc.à Educ-25% MDE                   | 187,43    | 68,94     | 10.889,00  | 11.454,00  | 12.163,00  | 13.037,52  |
| 1.3.2.1.00.1.1.52.03.00 | Remun de Dep. Banc -Rec Vinc à Educ -QSE                      | 837,99    | 2.008,82  | 7.787,00   | 8.191,00   | 8.698,02   | 9.323,41   |
| 1.3.2.1.00.1.1.52.04.00 | Remun de Dep. Banc -Rec Vinc à Educ -CONV                     | 414,28    | 498,02    | 2.343,00   | 2.465,00   | 2.617,58   | 2.805,79   |
| 1.3.2.1.00.1.1.52.99.00 | Remun de Dep. Banc - Ouros Vinc. à Educ.                      | 10.748,50 | 6.804,81  | 16.905,00  | 17.782,00  | 18.882,71  | 20.240,37  |
| 1.3.2.1.00.1.1.53.00.00 | Remun de Dep. Banc - Rec Vinc à Saúde                         | 7.817,79  | 8.022,79  | 60.432,00  | 63.568,00  | 67.502,86  | 72.356,31  |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

| Código                  | Descrição  | 2018         | 2019         | 2020         | 2021         | 2022         | 2023         |
|-------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1.3.2.1.00.1.1.53.01.00 | Remun de Dep. Banc - Saúde - FMS -Aplic 15%              | 1.476,29     | 1.358,51     | 21.233,00    | 22.335,00    | 23.717,54    | 25.422,83    |
| 1.3.2.1.00.1.1.53.02.00 | Remun de Dep. Banc - Transf SUS                          | 6.341,50     | 6.664,28     | 32.666,00    | 34.361,00    | 36.487,95    | 39.111,43    |
| 1.3.2.1.00.1.1.53.03.00 | Remun de Dep. Banc - Rec Vinc à Saúde -CONV              | 0,00         | 0,00         | 6.533,00     | 6.872,00     | 7.297,38     | 7.822,06     |
| 1.3.2.1.00.1.1.54.00.00 | Remun de Dep. Banc - Rec Vinc à Assist Social            | 8.502,87     | 4.300,18     | 19.598,00    | 20.614,00    | 21.890,01    | 23.463,90    |
| 1.3.2.1.00.1.1.54.01.00 | Remun de Dep. Banc - Transf FNAS                         | 8.116,63     | 3.770,86     | 15.244,00    | 16.035,00    | 17.027,57    | 18.251,85    |
| 1.3.2.1.00.1.1.54.02.00 | Remun de Dep. Banc - Rec Tesouro                         | 40,05        | 35,71        | 1.088,00     | 1.144,00     | 1.214,81     | 1.302,16     |
| 1.3.2.1.00.1.1.54.03.00 | Remun de Dep. Banc - Assist Social - CONV                | 0,00         | 0,00         | 1.088,00     | 1.144,00     | 1.214,81     | 1.302,16     |
| 1.3.2.1.00.1.1.54.99.00 | Remun de Dep. Banc - Ouros Rec. Vinc. à Assist.Socia     | 346,19       | 493,61       | 2.178,00     | 2.291,00     | 2.432,81     | 2.607,73     |
| 1.3.2.1.00.1.1.55.00.00 | Remun de Dep. Banc - CONV Diversos                       | 13.742,19    | 6.670,48     | 42.248,00    | 44.441,00    | 47.191,90    | 50.585,00    |
| 1.3.2.1.00.1.1.56.00.00 | Remun de Dep. Banc - Demais Rec. Vinc                    | 661,29       | 317,47       | 9.978,00     | 10.495,00    | 11.144,64    | 11.945,94    |
| 1.3.2.1.00.1.1.56.00.10 | Remun de Dep. Banc - FCBA                                | 350,39       | 50,20        | 1.088,00     | 1.144,00     | 1.214,81     | 1.302,16     |
| 1.3.2.1.00.1.1.56.00.16 | Remun de Dep. Banc - CIDE                                | 60,33        | 20,97        | 1.416,00     | 1.489,00     | 1.581,17     | 1.694,86     |
| 1.3.2.1.00.1.1.56.00.30 | Remun de Dep. Banc - FIES                                | 0,85         | 0,78         | 545,00       | 573,00       | 608,47       | 652,22       |
| 1.3.2.1.00.1.1.56.00.42 | Remun de Dep. Banc - ROYALTIES                           | 53,41        | 96,61        | 3.811,00     | 4.009,00     | 4.257,16     | 4.563,25     |
| 1.3.2.1.00.1.1.56.00.50 | Remun de Dep. Banc - SAAE                                | 196,31       | 148,91       | 3.118,00     | 3.280,00     | 3.483,03     | 3.733,46     |
| 1.3.2.1.00.1.1.57.00.00 | Remun de Dep. Banc - Rec. Não Vinculadas                 | 5.454,74     | 4.757,20     | 25.915,00    | 27.260,00    | 28.947,39    | 31.028,71    |
| 1.3.2.1.00.5.0.00.00.00 | Juros de Títulos de Renda                                | 0,00         | 0,00         | 13.965,00    | 14.690,00    | 15.599,31    | 16.720,90    |
| 1.3.2.1.00.5.1.00.00.00 | Juros de Títulos de Renda - Principal                    | 0,00         | 0,00         | 13.965,00    | 14.690,00    | 15.599,31    | 16.720,90    |
| 1.3.2.9.00.0.0.00.00.00 | Outros Valores Mobiliários                               | 0,00         | 0,00         | 16.333,00    | 17.181,00    | 18.244,50    | 19.556,28    |
| 1.3.2.9.00.1.0.00.00.00 | Outros Valores Mobiliários                               | 0,00         | 0,00         | 16.333,00    | 17.181,00    | 18.244,50    | 19.556,28    |
| 1.3.2.9.00.1.1.00.00.00 | Outros Valores Mobiliários - Principal                   | 0,00         | 0,00         | 16.333,00    | 17.181,00    | 18.244,50    | 19.556,28    |
| 1.3.9.0.00.0.0.00.00.00 | Demais Receitas Patrimoniais                             | 0,00         | 0,00         | 10.889,00    | 11.454,00    | 12.163,00    | 13.037,52    |
| 1.3.9.0.00.1.0.00.00.00 | Demais Receitas Patrimoniais                             | 0,00         | 0,00         | 10.889,00    | 11.454,00    | 12.163,00    | 13.037,52    |
| 1.3.9.0.00.1.1.00.00.00 | Demais Receitas Patrimoniais - Principal                 | 0,00         | 0,00         | 10.889,00    | 11.454,00    | 12.163,00    | 13.037,52    |
| 1.5.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receita Industrial                                       | 0,00         | 0,00         | 1.960,00     | 2.062,00     | 2.189,64     | 2.347,07     |
| 1.5.0.0.00.1.0.00.00.00 | Receita Industrial                                       | 0,00         | 0,00         | 1.960,00     | 2.062,00     | 2.189,64     | 2.347,07     |
| 1.5.0.0.00.1.1.00.00.00 | Receita Industrial - Principal                           | 0,00         | 0,00         | 1.960,00     | 2.062,00     | 2.189,64     | 2.347,07     |
| 1.6.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receita de Serv.s  | 1.638.775,65 | 1.713.433,89 | 2.152.043,00 | 2.263.734,00 | 2.403.859,13 | 2.576.696,61 |
| 1.6.1.0.00.0.0.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais             | 0,00         | 0,00         | 1.105.684,00 | 1.163.069,00 | 1.235.062,97 | 1.323.864,00 |
| 1.6.1.0.01.0.0.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais             | 0,00         | 0,00         | 1.105.684,00 | 1.163.069,00 | 1.235.062,97 | 1.323.864,00 |
| 1.6.1.0.01.1.0.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais             | 0,00         | 0,00         | 1.105.684,00 | 1.163.069,00 | 1.235.062,97 | 1.323.864,00 |
| 1.6.1.0.01.1.1.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal | 0,00         | 0,00         | 917.951,00   | 965.592,00   | 1.025.362,14 | 1.099.085,68 |
| 1.6.1.0.01.1.1.50.00.00 | Serviços Administrativos SAAE                            | 0,00         | 0,00         | 917.951,00   | 965.592,00   | 1.025.362,14 | 1.099.085,68 |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

| Código                  | Descrição  | 2018          | 2019          | 2020          | 2021          | 2022          | 2023          |
|-------------------------|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1.6.1.0.01.1.1.50.02.00 | Serviço de Fornecimento de Água-SAAE                       | 0,00          | 0,00          | 888.772,00    | 934.899,00    | 992.769,25    | 1.064.149,36  |
| 1.6.1.0.01.1.1.50.03.00 | Serv. de Religamento de Água-SAAE                          | 0,00          | 0,00          | 7.173,00      | 7.545,00      | 8.012,04      | 8.588,10      |
| 1.6.1.0.01.1.1.50.04.00 | Serv. de Ligação de Água-SAAE                              | 0,00          | 0,00          | 10.915,00     | 11.481,00     | 12.191,67     | 13.068,26     |
| 1.6.1.0.01.1.1.50.05.00 | Serv. de Expedição e Alteração de Cadastro-SAAE            | 0,00          | 0,00          | 1.091,00      | 1.148,00      | 1.219,06      | 1.306,71      |
| 1.6.1.0.01.1.1.50.99.00 | Outras Rec. de Serviços-SAAE                               | 0,00          | 0,00          | 10.000,00     | 10.519,00     | 11.170,13     | 11.973,26     |
| 1.6.1.0.01.1.3.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - SAAE       | 0,00          | 0,00          | 176.715,00    | 185.887,00    | 197.393,41    | 211.585,99    |
| 1.6.1.0.01.1.5.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Multas do Principal - SA  | 0,00          | 0,00          | 3.800,00      | 3.997,00      | 4.244,41      | 4.549,59      |
| 1.6.1.0.01.1.6.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Juros do Principal - SA   | 0,00          | 0,00          | 6.075,00      | 6.390,00      | 6.785,54      | 7.273,42      |
| 1.6.1.0.01.1.7.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Multas da Dívida Ativa -  | 0,00          | 0,00          | 572,00        | 602,00        | 639,26        | 685,23        |
| 1.6.1.0.01.1.8.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Juros da Dívida Ativa -   | 0,00          | 0,00          | 571,00        | 601,00        | 638,20        | 684,09        |
| 1.6.3.0.00.0.0.00.00.00 | Serviços e Atividades Ref. à Saúde                         | 961.287,78    | 922.264,05    | 1.046.359,00  | 1.100.665,00  | 1.168.796,16  | 1.252.832,61  |
| 1.6.3.0.01.0.0.00.00.00 | Serviços de Atendimento à Saúde                            | 961.287,78    | 922.264,05    | 1.046.359,00  | 1.100.665,00  | 1.168.796,16  | 1.252.832,61  |
| 1.6.3.0.01.1.0.00.00.00 | Serviços de Atendimento à Saúde                            | 961.287,78    | 922.264,05    | 1.046.359,00  | 1.100.665,00  | 1.168.796,16  | 1.252.832,61  |
| 1.6.3.0.01.1.1.00.00.00 | Serviços de Atendimento à Saúde - Principal                | 961.287,78    | 922.264,05    | 1.046.359,00  | 1.100.665,00  | 1.168.796,16  | 1.252.832,61  |
| 1.6.3.0.01.1.1.01.00.00 | Serviços Hospitalares - AIH/SUS                            | 961.287,78    | 922.264,05    | 1.024.581,00  | 1.077.757,00  | 1.144.470,16  | 1.226.757,56  |
| 1.6.3.0.01.1.1.99.00.00 | Outros Serv.s de Saúde                                     | 0,00          | 0,00          | 21.778,00     | 22.908,00     | 24.326,01     | 26.075,04     |
| 1.6.9.0.00.0.0.00.00.00 | Outros Serv.s  | 677.487,87    | 791.169,84    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.6.9.0.99.0.0.00.00.00 | Outros Serv.s  | 677.487,87    | 791.169,84    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.6.9.0.99.1.0.00.00.00 | Outros Serv.s  | 677.487,87    | 791.169,84    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.6.9.0.99.1.1.00.00.00 | Outros Serv.s - Principal                                  | 677.487,87    | 791.169,84    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.6.9.0.99.1.1.50.00.00 | Serviço de Fornecimento de Água-SAAE                       | 677.487,87    | 791.169,84    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.6.9.0.99.1.1.50.01.00 | Serviço de Fornecimento de Água-SAAE                       | 652.292,83    | 754.543,34    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.6.9.0.99.1.1.50.03.00 | Serv. de Religamento de Água-SAAE                          | 1.620,00      | 3.384,00      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.6.9.0.99.1.1.50.04.00 | Serv. de Ligação de Água-SAAE                              | 19.906,48     | 16.552,00     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.6.9.0.99.1.1.50.08.00 | Serv. de Expedição e Alteração de Cadastro-SAAE            | 860,00        | 432,00        | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.6.9.0.99.1.1.50.99.00 | Outras Rec. de Serviços-SAAE                               | 2.808,56      | 16.258,50     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs Correntes  | 53.090.865,00 | 61.129.404,49 | 68.492.887,00 | 72.047.670,00 | 76.507.420,77 | 82.008.304,33 |
| 1.7.1.0.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs da União e de suas Entidades                       | 26.055.663,55 | 29.829.302,41 | 33.510.696,00 | 39.257.845,00 | 41.687.905,61 | 44.685.266,02 |
| 1.7.1.8.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs da União - Específica E/M                          | 26.055.663,55 | 29.829.302,41 | 33.510.696,00 | 39.257.845,00 | 41.687.905,61 | 44.685.266,02 |
| 1.7.1.8.01.0.0.00.00.00 | Partic. na Receita da União                                | 18.828.156,47 | 20.582.863,76 | 23.440.686,00 | 24.657.258,00 | 26.183.542,27 | 28.066.138,96 |
| 1.7.1.8.01.2.0.00.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Partic. dos Munic. - Cota Mensal    | 16.809.771,34 | 18.319.699,74 | 21.423.350,00 | 22.535.222,00 | 23.930.152,24 | 25.650.730,19 |
| 1.7.1.8.01.2.1.00.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Partic. dos Munic-FPM-Cota Mens     | 16.809.771,34 | 18.319.699,74 | 21.423.350,00 | 22.535.222,00 | 23.930.152,24 | 25.650.730,19 |
| 1.7.1.8.01.3.0.00.00.00 | Cota-Parte do Fundo de Partic. do Munic. - 1%Cta.entreg. e | 746.316,12    | 808.085,50    | 956.145,00    | 1.005.769,00  | 1.068.026,10  | 1.144.817,18  |





**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO**

| Código                     | Descrição   | 2018         | 2019         | 2020         | 2021         | 2022         | 2023         |
|----------------------------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1.7.1.8.01.3.1.00.00.00    | Cota-Parte do Fundo de Partic.do Munic-FPM-1%Cta.entre      | 746.316,12   | 808.085,50   | 956.145,00   | 1.005.769,00 | 1.068.026,10 | 1.144.817,18 |
| 1.7.1.8.01.4.0.00.00.00    | Cota-Parte do Fundo de Partic. dos Munic. - 1%Cta.entreg. r | 728.145,27   | 778.812,59   | 839.004,00   | 882.548,00   | 937.177,72   | 1.004.560,80 |
| 1.7.1.8.01.4.1.00.00.00    | Cota-Parte do Fundo de Partic.do Munic-FPM-1%Cta.entre      | 728.145,27   | 778.812,59   | 839.004,00   | 882.548,00   | 937.177,72   | 1.004.560,80 |
| 1.7.1.8.01.5.0.00.00.00    | Cota-Parte do Imp. S/ a Prop. Territ. Rural                 | 543.923,74   | 676.265,93   | 222.187,00   | 233.719,00   | 248.186,21   | 266.030,79   |
| 1.7.1.8.01.5.1.00.00.00    | Cota-Parte do Imp. S/ a Prop. Territ. Rural - Principal     | 543.923,74   | 676.265,93   | 222.187,00   | 233.719,00   | 248.186,21   | 266.030,79   |
| 1.7.1.8.02.0.0.00.00.00    | TRANSF da Comp. Financ. pela Expl. de Rec. Nat.             | 279.711,83   | 282.340,62   | 354.957,00   | 373.380,00   | 396.492,22   | 425.000,01   |
| 1.7.1.8.02.2.0.00.00.00    | Cota-parte da Comp. Financ. de Rec. Minerais - CFEM         | 0,00         | 0,00         | 22.866,00    | 24.053,00    | 25.541,88    | 27.378,34    |
| 1.7.1.8.02.2.1.00.00.00    | Cota-parte da Comp. Financ. de Rec. Minerais - CFEM - Pri   | 0,00         | 0,00         | 22.866,00    | 24.053,00    | 25.541,88    | 27.378,34    |
| 1.7.1.8.02.6.0.00.00.00    | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP              | 279.711,83   | 282.340,62   | 302.692,00   | 318.402,00   | 338.111,08   | 362.421,27   |
| 1.7.1.8.02.6.1.00.00.00    | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal  | 279.711,83   | 282.340,62   | 302.692,00   | 318.402,00   | 338.111,08   | 362.421,27   |
| 1.7.1.8.02.9.0.00.00.00    | Outras TRANSFs Decorr. de Comp. Financ. pela Expl. de Rt    | 0,00         | 0,00         | 29.399,00    | 30.925,00    | 32.839,26    | 35.200,40    |
| 1.7.1.8.02.9.1.00.00.00    | Outras TRANSFs Decorr. de Comp. Financ. pela Expl. de F     | 0,00         | 0,00         | 29.399,00    | 30.925,00    | 32.839,26    | 35.200,40    |
| 1.7.1.8.03.0.0.00.00.00    | TRANSF de Rec. do Sist. Único de Saúde - SUS - Repasses     | 4.314.478,24 | 4.337.907,82 | 5.682.945,00 | 5.977.890,00 | 6.347.921,39 | 6.804.336,94 |
| 1.7.1.8.03.0.0.00.00.00    | Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SL    | 4.314.478,24 | 4.337.907,82 | 5.682.945,00 | 5.977.890,00 | 6.347.921,39 | 6.804.336,94 |
| 1.7.1.8.03.1.0.00.00.00    | Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica           | 4.314.478,24 | 3.566.692,21 | 3.552.145,00 | 3.736.501,00 | 3.967.790,41 | 4.253.074,54 |
| 1.7.1.8.03.1.0.00.00.00    | TRANSF de Rec. do Sist. Único de Saúde - SUS - Repasse:     | 4.314.478,24 | 3.566.692,21 | 3.552.145,00 | 3.736.501,00 | 3.967.790,41 | 4.253.074,54 |
| 1.7.1.8.03.1.1.00.00.00    | Transf. Rec.do Sist.Único de Saúde-SUS-Repasses Fundc       | 4.314.478,24 | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.01.00.00    | Atenção Bás.  | 3.024.216,12 | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.01.01.00    | Atenção Básica  | 544.572,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.01.01.01    | Piso de Atenção Bás. Fixo (PAB Fixo)                        | 544.572,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.01.01.02    | Piso de Atenção Bás. Variável (PAB Variável)                | 531.336,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.01.01.02.32 | Agente Comunitário de Saúde                                 | 531.336,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.01.01.99.00 | Outros Prog.s de Atenção Bás.                               | 1.948.308,12 | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.01.01.99.99 | Outros/Demaos Prog.s de Atenção Bás.                        | 1.948.308,12 | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.02.00.00    | Limite Financeiro da Média e Alta Complex Ambul e Hosp      | 630.993,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.02.12.00    | SAMU - Serv. de Atendimento Móvel de Urgência               | 263.028,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.02.99.00    | Outros/Demaos Prog.s da Média e Alta Complexidade           | 367.965,00   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.03.00.00    | Vigilância em Saúde   | 147.429,72   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.03.13.20    | Vigilância Sanitária  | 13.000,00    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.03.13.30    | Demais/Outros Prog.s Financ. por Transf. - Vigilância e     | 134.429,72   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.09.99.00    | Outros Prog.s Financiados por Transf - Fundo a Fundo        | 511.839,40   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.1.1.09.99.99    | Demais/Outros Prog.s Financiados por Transf - Fundo         | 511.839,40   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.03.2.0.00.00.00    | Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e A     | 0,00         | 602.998,46   | 780.372,00   | 820.873,00   | 871.685,04   | 934.359,19   |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

| Código                  | Descrição  | 2018         | 2019         | 2020         | 2021         | 2022         | 2023         |
|-------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1.7.1.8.03.3.0.00.00.00 | Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde     | 0,00         | 168.217,15   | 355.000,00   | 373.425,00   | 396.540,01   | 425.051,23   |
| 1.7.1.8.03.4.0.00.00.00 | Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacê     | 0,00         | 0,00         | 104.750,00   | 110.187,00   | 117.007,58   | 125.420,42   |
| 1.7.1.8.03.9.0.00.00.00 | Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Fir    | 0,00         | 0,00         | 890.678,00   | 936.904,00   | 994.898,36   | 1.066.431,55 |
| 1.7.1.8.04.0.0.00.00.00 | TRANSFs de Rec. do Fundo Nac. de Assist. Social - FNAS     | 326.741,52   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.04.1.0.00.00.00 | TRANSFs de Rec. do Fundo Nac. de Assist. Social - FNAS     | 326.741,52   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.04.1.1.00.00.00 | TRANSFs de Rec. do Fundo Nac. de Assist. Social - FNAS     | 326.741,52   | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.04.1.1.01.01.00 | Componente - Prog. primeira Infancia no SUAS               | 34.500,00    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.04.1.1.01.99.00 | Demais/Outras Rec Prog do FNAS                             | 72.095,76    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.04.1.1.04.01.00 | Componente - Serv. de Convivência e Fortalecimento d       | 77.500,00    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.04.1.1.04.02.00 | Componente - Piso Básico Variável III - Equipe Volante     | 18.000,00    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.04.1.1.04.03.00 | Componente - Piso Básico Fixo                              | 30.000,00    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.04.1.1.05.01.00 | Componente - Índice de Gestão Descentralizada do SU.       | 12.863,10    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.04.1.1.06.01.00 | Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF                   | 81.782,66    | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 0,00         |
| 1.7.1.8.05.0.0.00.00.00 | TRANSFs de Rec. do Fundo Nac. do Desenv. da Educ. - FND    | 1.563.486,81 | 1.744.578,84 | 2.655.057,00 | 2.792.854,00 | 2.965.731,66 | 3.178.967,77 |
| 1.7.1.8.05.1.0.00.00.00 | TRANSFs do Salário-Educ.                                   | 525.643,63   | 548.653,15   | 650.675,00   | 684.445,00   | 726.812,15   | 779.069,94   |
| 1.7.1.8.05.1.1.00.00.00 | TRANSFs do Salário-Educ. - Principal                       | 525.643,63   | 548.653,15   | 650.675,00   | 684.445,00   | 726.812,15   | 779.069,94   |
| 1.7.1.8.05.2.0.00.00.00 | TRANSFs Diretas do FNDE Ref. ao Prog. Dinheiro Direto na I | 14.360,00    | 14.460,00    | 14.569,00    | 15.325,00    | 16.273,62    | 17.443,69    |
| 1.7.1.8.05.2.1.00.00.00 | TRANSFs Diret do FNDE Ref.ao Prog.Dinh.Direto na Escola    | 14.360,00    | 14.460,00    | 14.569,00    | 15.325,00    | 16.273,62    | 17.443,69    |
| 1.7.1.8.05.3.0.00.00.00 | TRANSFs Diretas do FNDE Ref. ao Prog. Nac. de Aliment. E   | 305.180,00   | 316.552,00   | 363.241,00   | 382.093,00   | 405.744,56   | 434.917,59   |
| 1.7.1.8.05.3.1.00.00.00 | TRANSFs Diret do FNDE Ref.ao Prog.Nac.de Aliment.Esco      | 305.180,00   | 316.552,00   | 363.241,00   | 382.093,00   | 405.744,56   | 434.917,59   |
| 1.7.1.8.05.4.0.00.00.00 | Transf Diret.do FNDE Ref.Prog.Nac.de Apoio ao Transp.do I  | 248.256,95   | 254.061,91   | 583.072,00   | 613.333,00   | 651.298,31   | 698.126,66   |
| 1.7.1.8.05.4.1.00.00.00 | Transf Diret.FNDE Ref.Prog.Nac.de Apoio Transp.Escolar-I   | 248.256,95   | 254.061,91   | 583.072,00   | 613.333,00   | 651.298,31   | 698.126,66   |
| 1.7.1.8.05.5.0.00.00.00 | Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbar   | 0,00         | 0,00         | 1.000,00     | 1.052,00     | 1.117,12     | 1.197,44     |
| 1.7.1.8.05.5.1.00.00.00 | Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbæ    | 0,00         | 0,00         | 1.000,00     | 1.052,00     | 1.117,12     | 1.197,44     |
| 1.7.1.8.05.6.0.00.00.00 | Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Camp    | 0,00         | 0,00         | 1.000,00     | 1.052,00     | 1.117,12     | 1.197,44     |
| 1.7.1.8.05.6.1.00.00.00 | Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Cam     | 0,00         | 0,00         | 1.000,00     | 1.052,00     | 1.117,12     | 1.197,44     |
| 1.7.1.8.05.7.0.00.00.00 | Programa Brasil Alfabetizado - PBA                         | 0,00         | 0,00         | 1.000,00     | 1.052,00     | 1.117,12     | 1.197,44     |
| 1.7.1.8.05.7.1.00.00.00 | Programa Brasil Alfabetizado - PBA - Principal             | 0,00         | 0,00         | 1.000,00     | 1.052,00     | 1.117,12     | 1.197,44     |
| 1.7.1.8.05.8.0.00.00.00 | Progr.Apoio Sist.Ensino p/Atend,Educação de Jovens e Adi   | 0,00         | 0,00         | 1.000,00     | 1.052,00     | 1.117,12     | 1.197,44     |
| 1.7.1.8.05.8.1.00.00.00 | Progr.Apoio Sist.Ensino p/Atend,Educação de Jovens e Ac    | 0,00         | 0,00         | 1.000,00     | 1.052,00     | 1.117,12     | 1.197,44     |
| 1.7.1.8.05.9.0.00.00.00 | Outras TRANSFs Diretas do Fundo Nac. do Desenv. da Edu     | 470.046,23   | 610.851,78   | 1.039.500,00 | 1.093.450,00 | 1.161.134,55 | 1.244.620,13 |
| 1.7.1.8.05.9.1.00.00.00 | Out.TRANSF.Diret do Fundo Nac.do Desenv.da Educ.-FND       | 470.046,23   | 610.851,78   | 1.039.500,00 | 1.093.450,00 | 1.161.134,55 | 1.244.620,13 |
| 1.7.1.8.06.0.0.00.00.00 | TRANSF Financ. do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96       | 39.197,28    | 0,00         | 56.295,00    | 59.217,00    | 62.882,53    | 67.403,79    |





**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO**

| Código                  | Descrição   | 2018          | 2019          | 2020          | 2021          | 2022          | 2023          |
|-------------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1.7.1.8.06.1.0.00.00.00 | TRANSF Financ. do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96        | 39.197,28     | 0,00          | 56.295,00     | 59.217,00     | 62.882,53     | 67.403,79     |
| 1.7.1.8.06.1.1.00.00.00 | TRANSF Financ. do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 -      | 39.197,28     | 0,00          | 56.295,00     | 59.217,00     | 62.882,53     | 67.403,79     |
| 1.7.1.8.09.0.0.00.00.00 | Transf de recursos da Complementação da União ao FUNDE      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 4.007.942,00  | 4.256.033,61  | 4.562.042,43  |
| 1.7.1.8.09.0.1.00.00.00 | Transf de recursos da Complementação da União ao FUNI       | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 4.007.942,00  | 4.256.033,61  | 4.562.042,43  |
| 1.7.1.8.10.0.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s da União e de Suas Entidades              | 698.507,10    | 1.314.621,89  | 450.000,00    | 473.355,00    | 502.655,67    | 538.796,62    |
| 1.7.1.8.10.1.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s da União para o Sist. Único de Saúde      | 0,00          | 0,00          | 100.000,00    | 105.190,00    | 111.701,26    | 119.732,58    |
| 1.7.1.8.10.1.1.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s da União para o Sist. Único de Saúde      | 0,00          | 0,00          | 100.000,00    | 105.190,00    | 111.701,26    | 119.732,58    |
| 1.7.1.8.10.2.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s da União Dest. a Prog.s de Educ.          | 0,00          | 0,00          | 100.000,00    | 105.190,00    | 111.701,26    | 119.732,58    |
| 1.7.1.8.10.2.1.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s da União Dest. a Prog.s de Educ. - Pi     | 0,00          | 0,00          | 100.000,00    | 105.190,00    | 111.701,26    | 119.732,58    |
| 1.7.1.8.10.3.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s da União Dest. a Prog.s de Assist. Sor    | 0,00          | 0,00          | 100.000,00    | 105.190,00    | 111.701,26    | 119.732,58    |
| 1.7.1.8.10.3.1.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s da União Dest. a Prog.s de Assist. St     | 0,00          | 0,00          | 100.000,00    | 105.190,00    | 111.701,26    | 119.732,58    |
| 1.7.1.8.10.9.0.00.00.00 | Outras TRANSFs de Conv.s da União                           | 698.507,10    | 1.314.621,89  | 150.000,00    | 157.785,00    | 167.551,89    | 179.598,87    |
| 1.7.1.8.10.9.1.00.00.00 | Outras TRANSFs de Conv.s da União - Principal               | 698.507,10    | 1.314.621,89  | 150.000,00    | 157.785,00    | 167.551,89    | 179.598,87    |
| 1.7.1.8.12.0.0.00.00.00 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên    | 0,00          | 604.071,13    | 735.146,00    | 773.301,00    | 821.168,33    | 880.210,33    |
| 1.7.1.8.12.1.0.00.00.00 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê     | 0,00          | 604.071,13    | 735.146,00    | 773.301,00    | 821.168,33    | 880.210,33    |
| 1.7.1.8.12.1.0.01.00.00 | Transf de Recursos-FNAS - Programas                         | 0,00          | 0,00          | 279.211,00    | 293.703,00    | 311.883,22    | 334.307,62    |
| 1.7.1.8.12.1.0.01.01.00 | COMPONENTE - PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO S                | 0,00          | 0,00          | 103.702,50    | 109.085,00    | 115.837,36    | 124.166,07    |
| 1.7.1.8.12.1.0.01.02.00 | BPC NA ESCOLA - QUESTIONARIO A SER APLICADO-E               | 0,00          | 0,00          | 2.252,00      | 2.369,00      | 2.515,64      | 2.696,52      |
| 1.7.1.8.12.1.0.01.99.00 | Demais/Outras Rec Prog do FNAS                              | 0,00          | 0,00          | 173.256,50    | 182.249,00    | 193.530,21    | 207.445,04    |
| 1.7.1.8.12.1.0.04.00.00 | Transf. de Recursos-FNAS-Bloco da Proteção Social Bá        | 0,00          | 496.700,00    | 315.335,00    | 331.701,00    | 352.233,29    | 377.558,87    |
| 1.7.1.8.12.1.0.04.99.00 | Outras Rec de Proteção Social Bás.                          | 0,00          | 496.700,00    | 315.335,00    | 331.701,00    | 352.233,29    | 377.558,87    |
| 1.7.1.8.12.1.0.05.00.00 | Transf. de Recursos-FNAS-Bloco da Gestão do SUAS            | 0,00          | 15.984,54     | 28.300,00     | 29.769,00     | 31.611,70     | 33.884,58     |
| 1.7.1.8.12.1.0.05.01.00 | Componente - Índice de Gestão Descentralizada do SU,        | 0,00          | 15.984,54     | 28.300,00     | 29.769,00     | 31.611,70     | 33.884,58     |
| 1.7.1.8.12.1.0.06.00.00 | Transf. de Recursos-FNAS-Bloco da Gestão do Prog Bol        | 0,00          | 91.386,59     | 112.300,00    | 118.128,00    | 125.440,12    | 134.459,27    |
| 1.7.1.8.12.1.0.06.01.00 | Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF                    | 0,00          | 91.386,59     | 112.300,00    | 118.128,00    | 125.440,12    | 134.459,27    |
| 1.7.1.8.99.0.0.00.00.00 | Outras TRANSFs da União                                     | 5.384,30      | 962.918,35    | 135.610,00    | 142.648,00    | 151.477,91    | 162.369,17    |
| 1.7.1.8.99.1.0.00.00.00 | Outras TRANSFs da União                                     | 5.384,30      | 962.918,35    | 135.610,00    | 142.648,00    | 151.477,91    | 162.369,17    |
| 1.7.1.8.99.1.1.00.00.00 | Outras TRANSFs da União - Principal                         | 5.384,30      | 962.918,35    | 135.610,00    | 142.648,00    | 151.477,91    | 162.369,17    |
| 1.7.1.8.99.1.1.01.00.00 | Transf. Aux. Financ. p/ Fomento Export. FEX                 | 0,00          | 0,00          | 5.237,00      | 5.509,00      | 5.850,01      | 6.270,62      |
| 1.7.1.8.99.1.1.02.00.00 | Outras Transferências da União - Cessão Onerosa             | 0,00          | 957.442,37    | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.7.1.8.99.1.1.99.00.00 | Demais TRANSFs da União                                     | 5.384,30      | 5.475,98      | 130.373,00    | 137.139,00    | 145.627,90    | 156.098,55    |
| 1.7.2.0.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs dos Est.s e do Distrito Federal e de suas Entidades | 14.032.013,66 | 16.920.586,93 | 17.907.757,00 | 18.837.170,00 | 20.003.190,82 | 21.441.420,24 |
| 1.7.2.8.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs dos Est.s - Específica E/M                          | 14.032.013,66 | 16.920.586,93 | 17.907.757,00 | 18.837.170,00 | 20.003.190,82 | 21.441.420,24 |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

| Código                  | Descrição  | 2018          | 2019          | 2020          | 2021          | 2022          | 2023          |
|-------------------------|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1.7.2.8.01.0.0.00.00.00 | Partic. na Receita dos Est.s                               | 13.112.543,27 | 15.956.141,10 | 16.355.437,00 | 17.204.284,00 | 18.269.229,18 | 19.582.786,76 |
| 1.7.2.8.01.1.0.00.00.00 | Cota-Parte do ICMS   | 12.616.063,70 | 15.447.278,14 | 15.655.347,00 | 16.467.860,00 | 17.487.220,53 | 18.744.551,69 |
| 1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 | Cota-Parte do ICMS - Principal                             | 12.616.063,70 | 15.447.278,14 | 15.655.347,00 | 16.467.860,00 | 17.487.220,53 | 18.744.551,69 |
| 1.7.2.8.01.2.0.00.00.00 | Cota-Parte do IPVA   | 356.493,24    | 366.641,86    | 495.056,00    | 520.749,00    | 552.983,36    | 592.742,87    |
| 1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 | Cota-Parte do IPVA - Principal                             | 356.493,24    | 366.641,86    | 495.056,00    | 520.749,00    | 552.983,36    | 592.742,87    |
| 1.7.2.8.01.3.0.00.00.00 | Cota-Parte do IPI - Munic.                                 | 104.630,52    | 121.065,87    | 134.258,00    | 141.226,00    | 149.967,89    | 160.750,58    |
| 1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 | Cota-Parte do IPI - Munic. - Principal                     | 104.630,52    | 121.065,87    | 134.258,00    | 141.226,00    | 149.967,89    | 160.750,58    |
| 1.7.2.8.01.4.0.00.00.00 | Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Domínio Econômico | 35.355,81     | 21.155,23     | 70.776,00     | 74.449,00     | 79.057,39     | 84.741,62     |
| 1.7.2.8.01.4.1.00.00.00 | Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Domínio Econômico | 35.355,81     | 21.155,23     | 70.776,00     | 74.449,00     | 79.057,39     | 84.741,62     |
| 1.7.2.8.03.0.0.00.00.00 | TRANSF de Rec. do Est. para Prog.s de Saúde - Repasse F    | 212.176,00    | 352.811,50    | 665.138,00    | 699.659,00    | 742.967,89    | 796.387,28    |
| 1.7.2.8.03.1.0.00.00.00 | TRANSF de Rec. do Est. para Prog.s de Saúde - Repasse F    | 212.176,00    | 352.811,50    | 665.138,00    | 699.659,00    | 742.967,89    | 796.387,28    |
| 1.7.2.8.03.1.1.00.00.00 | Transf.Rec.do Est. p/ Prog.s de Saúde-Rep Fundo a Fundr    | 212.176,00    | 352.811,50    | 665.138,00    | 699.659,00    | 742.967,89    | 796.387,28    |
| 1.7.2.8.03.1.1.01.00.00 | Incentivo Estadual - PSF                                   | 124.500,00    | 166.500,00    | 227.205,00    | 238.997,00    | 253.790,91    | 272.038,48    |
| 1.7.2.8.03.1.1.02.00.00 | SAMU - Serv. de Atendimento Móvel de Urgência - Est.       | 87.676,00     | 186.311,50    | 271.640,00    | 285.738,00    | 303.425,18    | 325.241,45    |
| 1.7.2.8.03.1.1.99.00.00 | Outras TRANSFs do Fundo Estadual de Saúde                  | 0,00          | 0,00          | 166.293,00    | 174.924,00    | 185.751,80    | 199.107,35    |
| 1.7.2.8.10.0.0.00.00.00 | TRANSF de Conv.s dos Est.s e do Distrito Federal e de Suas | 397.116,35    | 286.644,36    | 550.000,00    | 578.545,00    | 614.356,94    | 658.529,20    |
| 1.7.2.8.10.1.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv. dos Est.s para o Sist. Único de Saúde -   | 0,00          | 0,00          | 150.000,00    | 157.785,00    | 167.551,89    | 179.598,87    |
| 1.7.2.8.10.1.1.00.00.00 | TRANSFs de Conv. dos Est.s para o Sist. Único de Saúde     | 0,00          | 0,00          | 150.000,00    | 157.785,00    | 167.551,89    | 179.598,87    |
| 1.7.2.8.10.2.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv. dos Est.s Dest. a Prog.s de Educ.         | 0,00          | 0,00          | 150.000,00    | 157.785,00    | 167.551,89    | 179.598,87    |
| 1.7.2.8.10.2.1.00.00.00 | TRANSFs de Conv. dos Est.s Dest. a Prog.s de Educ. - Pri   | 0,00          | 0,00          | 150.000,00    | 157.785,00    | 167.551,89    | 179.598,87    |
| 1.7.2.8.10.9.0.00.00.00 | Outras TRANSFs de Conv. dos Est.s                          | 397.116,35    | 286.644,36    | 250.000,00    | 262.975,00    | 279.253,15    | 299.331,45    |
| 1.7.2.8.10.9.1.00.00.00 | Outras TRANSFs de Conv. dos Est.s - Principal              | 397.116,35    | 286.644,36    | 250.000,00    | 262.975,00    | 279.253,15    | 299.331,45    |
| 1.7.2.8.99.0.0.00.00.00 | Outras TRANSFs dos Est.s                                   | 310.178,04    | 324.989,97    | 337.182,00    | 354.682,00    | 376.636,82    | 403.717,00    |
| 1.7.2.8.99.1.0.00.00.00 | Outras TRANSFs dos Est.s                                   | 310.178,04    | 324.989,97    | 337.182,00    | 354.682,00    | 376.636,82    | 403.717,00    |
| 1.7.2.8.99.1.1.00.00.00 | Outras TRANSFs dos Est.s - Principal                       | 310.178,04    | 324.989,97    | 337.182,00    | 354.682,00    | 376.636,82    | 403.717,00    |
| 1.7.2.8.99.1.1.34.00.00 | TRANSF de Rec. do Fundo estadual de Assist. Social - F     | 14.790,00     | 74.454,00     | 172.985,00    | 181.963,00    | 193.226,51    | 207.119,50    |
| 1.7.2.8.99.1.1.34.01.00 | Piso Básico Fixo - PAIF/CRAS                               | 5.625,00      | 14.625,00     | 41.785,00     | 43.954,00     | 46.674,75     | 50.030,67     |
| 1.7.2.8.99.1.1.34.02.00 | Piso Básico Variável - SCFV                                | 6.665,00      | 17.329,00     | 21.778,00     | 22.908,00     | 24.326,01     | 26.075,04     |
| 1.7.2.8.99.1.1.34.03.00 | Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI/CREAS              | 0,00          | 36.000,00     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.7.2.8.99.1.1.34.06.00 | Benefícios Eventuais                                       | 2.500,00      | 6.500,00      | 7.228,00      | 7.603,00      | 8.073,63      | 8.654,12      |
| 1.7.2.8.99.1.1.34.99.00 | Outras TRANSFs do FEAS                                     | 0,00          | 0,00          | 102.194,00    | 107.498,00    | 114.152,13    | 122.359,66    |
| 1.7.2.8.99.1.1.99.00.00 | Demais/Outras TRANSFs dos Est.s                            | 295.388,04    | 250.535,97    | 164.197,00    | 172.719,00    | 183.410,31    | 196.597,51    |
| 1.7.2.8.99.1.1.99.01.00 | FCBA - Fundo de Cultura do Est. da Bahia                   | 39.160,30     | 0,00          | 22.644,00     | 23.819,00     | 25.293,40     | 27.111,99     |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO**

| Código                  | Descrição   | 2018          | 2019          | 2020          | 2021          | 2022          | 2023          |
|-------------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1.7.2.8.99.1.1.99.02.00 | Cota-parte do Fundo Investimento Econômico e Social -     | 0,00          | 0,00          | 38.110,00     | 40.088,00     | 42.569,45     | 45.630,19     |
| 1.7.2.8.99.1.1.99.99.00 | Demais/Outras TRANSFs dos Est.s                           | 256.227,74    | 250.535,97    | 103.443,00    | 108.812,00    | 115.547,46    | 123.855,33    |
| 1.7.5.0.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs de Outras Instituições Públicas                   | 13.003.187,79 | 14.379.515,15 | 17.074.434,00 | 13.952.655,00 | 14.816.324,34 | 15.881.618,06 |
| 1.7.5.8.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs de Outras Instituições Públicas - Específica E/M  | 13.003.187,79 | 14.379.515,15 | 17.074.434,00 | 13.952.655,00 | 14.816.324,34 | 15.881.618,06 |
| 1.7.5.8.01.0.0.00.00.00 | Transf.Rec.do FMDE.Básica Valoriz.Profis.da Educ-FUNDEB   | 13.003.187,79 | 14.379.515,15 | 17.074.434,00 | 13.952.655,00 | 14.816.324,34 | 15.881.618,06 |
| 1.7.5.8.01.1.0.00.00.00 | Transf.Rec.do FMDE.Básica Valoriz.Profis.da Educ-FUNDEI   | 10.292.453,15 | 11.334.162,18 | 17.074.434,00 | 13.952.655,00 | 14.816.324,34 | 15.881.618,06 |
| 1.7.5.8.01.1.1.00.00.00 | Transf.Rec.do FMDE.Básica Valoriz.Profis.da Educ-FUNDE    | 10.292.453,15 | 11.334.162,18 | 17.074.434,00 | 13.952.655,00 | 14.816.324,34 | 15.881.618,06 |
| 1.7.5.8.01.2.0.00.00.00 | Transf Rec.da Compl.da União ao FMDE.Bás.Valoriz.Profis.c | 2.710.734,64  | 3.045.352,97  | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.7.5.8.01.2.1.00.00.00 | Transf Rec.Compl.União ao FMDE.Bás.Val.Profis.Educ-FUI    | 2.710.734,64  | 3.045.352,97  | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.0.0.00.0.0.00.00.00 | Outras Receitas Correntes                                 | 189.382,61    | 133.020,32    | 193.600,00    | 203.643,00    | 216.248,50    | 231.796,77    |
| 1.9.1.0.00.0.0.00.00.00 | Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais           | 5.400,00      | 7.253,97      | 22.890,00     | 24.079,00     | 25.569,49     | 27.407,94     |
| 1.9.1.0.06.0.0.00.00.00 | Multas por Danos Ambientais                               | 3.600,00      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.1.0.06.1.0.00.00.00 | Multas Administrativas por Danos Ambientais               | 3.600,00      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.1.0.06.1.1.00.00.00 | Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal   | 3.600,00      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.1.0.06.1.1.01.00.00 | Multas Adm. por Danos Ambientais-Principal-PM             | 3.600,00      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.1.0.07.0.0.00.00.00 | Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas                | 1.800,00      | 7.253,97      | 22.890,00     | 24.079,00     | 25.569,49     | 27.407,94     |
| 1.9.1.0.07.1.0.00.00.00 | Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas                | 1.800,00      | 7.253,97      | 22.890,00     | 24.079,00     | 25.569,49     | 27.407,94     |
| 1.9.1.0.07.1.1.00.00.00 | Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal    | 1.800,00      | 7.000,00      | 12.000,00     | 12.623,00     | 13.404,36     | 14.368,14     |
| 1.9.1.0.07.1.3.00.00.00 | Multas Aplic. Trib de Contas - Dívida Ativa               | 0,00          | 0,00          | 4.273,00      | 4.495,00      | 4.773,24      | 5.116,44      |
| 1.9.1.0.07.1.5.00.00.00 | Multas Aplic. Trib de Contas - Juros                      | 0,00          | 116,01        | 2.178,00      | 2.291,00      | 2.432,81      | 2.607,73      |
| 1.9.1.0.07.1.6.00.00.00 | Multas Aplic. Trib de Contas - Multas                     | 0,00          | 137,96        | 2.178,00      | 2.291,00      | 2.432,81      | 2.607,73      |
| 1.9.1.0.07.1.7.00.00.00 | Multas Aplic. Trib de Contas - Dívida Ativa - Juros       | 0,00          | 0,00          | 1.130,00      | 1.189,00      | 1.262,60      | 1.353,38      |
| 1.9.1.0.07.1.8.00.00.00 | Multas Aplic. Trib de Contas - Dívida Ativa - Multas      | 0,00          | 0,00          | 1.131,00      | 1.190,00      | 1.263,66      | 1.354,52      |
| 1.9.2.0.00.0.0.00.00.00 | Indenizações, Restituições e Ressarcimentos               | 1.092,18      | 2.757,60      | 155.469,00    | 163.534,00    | 173.656,75    | 186.142,68    |
| 1.9.2.1.00.0.0.00.00.00 | Indenizações  | 0,00          | 0,00          | 17.963,00     | 18.893,00     | 20.062,48     | 21.504,97     |
| 1.9.2.1.99.0.0.00.00.00 | Agrega Rec.Receb/ressarc.por danos ao patr púb, ã classif | 0,00          | 0,00          | 17.963,00     | 18.893,00     | 20.062,48     | 21.504,97     |
| 1.9.2.1.99.1.0.00.00.00 | Outras Indenizações                                       | 0,00          | 0,00          | 17.963,00     | 18.893,00     | 20.062,48     | 21.504,97     |
| 1.9.2.1.99.1.1.00.00.00 | Outras Indenizações - Principal                           | 0,00          | 0,00          | 17.963,00     | 18.893,00     | 20.062,48     | 21.504,97     |
| 1.9.2.1.99.1.1.01.00.00 | Outras Indenizações - PM                                  | 0,00          | 0,00          | 13.611,00     | 14.317,00     | 15.203,22     | 16.296,33     |
| 1.9.2.1.99.1.1.02.00.00 | Outras Indenizações - FMS                                 | 0,00          | 0,00          | 1.088,00      | 1.144,00      | 1.214,81      | 1.302,16      |
| 1.9.2.1.99.1.1.03.00.00 | Outras Indenizações - FMAS                                | 0,00          | 0,00          | 1.088,00      | 1.144,00      | 1.214,81      | 1.302,16      |
| 1.9.2.1.99.1.1.04.00.00 | Outras Indenizações - FNS                                 | 0,00          | 0,00          | 1.088,00      | 1.144,00      | 1.214,81      | 1.302,16      |
| 1.9.2.1.99.1.1.06.00.00 | Outras Indenizações - FEAS                                | 0,00          | 0,00          | 1.088,00      | 1.144,00      | 1.214,81      | 1.302,16      |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO**

| <b>Código</b>           | <b>Descrição</b>                                      | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> | <b>2023</b> |
|-------------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1.9.2.2.00.0.0.00.00.00 | Restituições  | 1.092,18    | 496,15      | 126.617,00  | 133.187,00  | 141.431,28  | 151.600,18  |
| 1.9.2.2.99.0.0.00.00.00 | Outras Restituições                                   | 1.092,18    | 496,15      | 126.617,00  | 133.187,00  | 141.431,28  | 151.600,18  |
| 1.9.2.2.99.1.0.00.00.00 | Outras Restituições                                   | 1.092,18    | 496,15      | 126.617,00  | 133.187,00  | 141.431,28  | 151.600,18  |
| 1.9.2.2.99.1.1.00.00.00 | Outras Restituições - Principal                       | 1.092,18    | 224,78      | 115.319,00  | 121.302,00  | 128.810,59  | 138.072,08  |
| 1.9.2.2.99.1.1.01.00.00 | Outras Restituições - PM                              | 1.092,18    | 0,00        | 108.888,00  | 114.539,00  | 121.628,96  | 130.374,09  |
| 1.9.2.2.99.1.1.02.00.00 | Outras Restituições - FMS                             | 0,00        | 0,00        | 1.088,00    | 1.144,00    | 1.214,81    | 1.302,16    |
| 1.9.2.2.99.1.1.03.00.00 | Outras Restituições - FMAS                            | 0,00        | 0,00        | 1.088,00    | 1.144,00    | 1.214,81    | 1.302,16    |
| 1.9.2.2.99.1.1.04.00.00 | Outras Restituições - FNAS                            | 0,00        | 0,00        | 1.088,00    | 1.144,00    | 1.214,81    | 1.302,16    |
| 1.9.2.2.99.1.1.06.00.00 | Outras Restituições - FEAS                            | 0,00        | 0,00        | 1.088,00    | 1.144,00    | 1.214,81    | 1.302,16    |
| 1.9.2.2.99.1.1.50.00.00 | Outras Restituições - SAAE                            | 0,00        | 224,78      | 2.079,00    | 2.187,00    | 2.322,38    | 2.489,35    |
| 1.9.2.2.99.1.3.00.00.00 | Outras Restituições - Dívida Ativa                    | 0,00        | 0,00        | 6.647,00    | 6.992,00    | 7.424,80    | 7.958,65    |
| 1.9.2.2.99.1.5.00.00.00 | Outras Restituições - Juros                           | 0,00        | 203,53      | 1.749,00    | 1.840,00    | 1.953,90    | 2.094,38    |
| 1.9.2.2.99.1.6.00.00.00 | Outras Restituições - Multas                          | 0,00        | 67,84       | 1.749,00    | 1.840,00    | 1.953,90    | 2.094,38    |
| 1.9.2.2.99.1.7.00.00.00 | Outras Restituições - Dívida Ativa - Juros            | 0,00        | 0,00        | 367,00      | 386,00      | 409,89      | 439,36      |
| 1.9.2.2.99.1.8.00.00.00 | Outras Restituições - Dívida Ativa - Multas           | 0,00        | 0,00        | 786,00      | 827,00      | 878,19      | 941,33      |
| 1.9.2.3.00.0.0.00.00.00 | Ressarcimentos  | 0,00        | 2.261,45    | 10.889,00   | 11.454,00   | 12.163,00   | 13.037,52   |
| 1.9.2.3.99.0.0.00.00.00 | Outros Ressarcimentos                                 | 0,00        | 2.261,45    | 10.889,00   | 11.454,00   | 12.163,00   | 13.037,52   |
| 1.9.2.3.99.1.0.00.00.00 | Outros Ressarcimentos                                 | 0,00        | 2.261,45    | 10.889,00   | 11.454,00   | 12.163,00   | 13.037,52   |
| 1.9.2.3.99.1.1.00.00.00 | Outros Ressarcimentos - Principal                     | 0,00        | 2.261,45    | 10.889,00   | 11.454,00   | 12.163,00   | 13.037,52   |
| 1.9.9.0.00.0.0.00.00.00 | Demais Receitas Correntes                             | 182.890,43  | 123.008,75  | 15.241,00   | 16.030,00   | 17.022,26   | 18.246,16   |
| 1.9.9.0.99.0.0.00.00.00 | Outras Receitas                                       | 182.890,43  | 123.008,75  | 15.241,00   | 16.030,00   | 17.022,26   | 18.246,16   |
| 1.9.9.0.99.1.0.00.00.00 | Outras Receitas - Primárias                           | 182.890,43  | 123.008,75  | 15.241,00   | 16.030,00   | 17.022,26   | 18.246,16   |
| 1.9.9.0.99.1.1.00.00.00 | Outras Receitas - Primárias - Principal               | 0,00        | 0,00        | 15.241,00   | 16.030,00   | 17.022,26   | 18.246,16   |
| 1.9.9.0.99.1.1.01.00.00 | Outras Receitas - PM                                  | 0,00        | 0,00        | 10.889,00   | 11.454,00   | 12.163,00   | 13.037,52   |
| 1.9.9.0.99.1.1.02.00.00 | Outras Receitas - FMS                                 | 0,00        | 0,00        | 1.088,00    | 1.144,00    | 1.214,81    | 1.302,16    |
| 1.9.9.0.99.1.1.03.00.00 | Outras Receitas - FMAS                                | 0,00        | 0,00        | 1.088,00    | 1.144,00    | 1.214,81    | 1.302,16    |
| 1.9.9.0.99.1.1.04.00.00 | Outras Receitas - FNS                                 | 0,00        | 0,00        | 1.088,00    | 1.144,00    | 1.214,81    | 1.302,16    |
| 1.9.9.0.99.1.1.06.00.00 | Outras Receitas - FEAS                                | 0,00        | 0,00        | 1.088,00    | 1.144,00    | 1.214,81    | 1.302,16    |
| 1.9.9.0.99.1.2.00.00.00 | Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros          | 31.130,35   | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 1.9.9.0.99.1.2.50.00.00 | Outras Receitas-Primárias-Multas e Juros-SAAE         | 31.130,35   | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 1.9.9.0.99.1.2.50.01.00 | Out/Demais Rec-Primárias-Multas por Auto de Infração- | 44,16       | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 1.9.9.0.99.1.2.50.99.00 | Out/Demais Rec-Primárias-Multas e Juros-SAAE          | 31.086,19   | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| 1.9.9.0.99.1.3.00.00.00 | Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa            | 137.565,27  | 98.501,76   | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |





**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO**

| Código                  | Descrição   | 2018       | 2019      | 2020         | 2021          | 2022          | 2023          |
|-------------------------|---|------------|-----------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| 1.9.9.0.99.1.3.01.00.00 | Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa Não Tributária   | 3.500,00   | 0,00      | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.3.50.00.00 | Out. Receitas-Primárias - Div.Ativa N Tributária-SAAE       | 134.065,27 | 98.501,76 | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.4.00.00.00 | Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros | 14.194,81  | 0,00      | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.4.50.00.00 | Out. Multas e Juros s/Div. Ativa não Tributária-SAAE        | 13.535,41  | 0,00      | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.4.99.00.00 | Out. Multas e Juros da Div. Ativa não Tributária - PM       | 659,40     | 0,00      | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.5.00.00.00 | Out/demais Rec. Primárias - Juros                           | 0,00       | 11.892,36 | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.5.50.00.00 | Out/demais Rec. Primárias - Juros - SAAE                    | 0,00       | 11.892,36 | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.6.00.00.00 | Out/demais Rec. Primárias - Multas                          | 0,00       | 4.716,45  | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.6.50.00.00 | Out/demais Rec. Primárias - Multas - SAAE                   | 0,00       | 4.716,45  | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.7.00.00.00 | Out. Receitas - Dívida Ativa Não Tributária - Juros         | 0,00       | 7.231,21  | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.7.50.00.00 | Out. Receitas - Dívida Ativa Não Tributária - Juros SAAE    | 0,00       | 7.231,21  | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.8.00.00.00 | Out. Receitas - Dívida Ativa Não Tributária - Multas        | 0,00       | 666,97    | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 1.9.9.0.99.1.8.50.00.00 | Out. Receitas - Dívida Ativa Não Tributária - Multas SAAE   | 0,00       | 666,97    | 0,00         | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receitas de Capital   | 0,00       | 0,00      | 9.782.996,00 | 10.290.733,00 | 10.927.729,37 | 11.713.433,11 |
| 2.1.0.0.00.0.0.00.00.00 | Operações de Crédito  | 0,00       | 0,00      | 5.020.000,00 | 5.280.538,00  | 5.607.403,30  | 6.010.575,60  |
| 2.1.1.0.00.0.0.00.00.00 | Operações de Crédito - Mercado Interno                      | 0,00       | 0,00      | 5.020.000,00 | 5.280.538,00  | 5.607.403,30  | 6.010.575,60  |
| 2.1.1.8.00.0.0.00.00.00 | Operações de Crédito - Mercado Interno - Est.s/DF/Munic.    | 0,00       | 0,00      | 20.000,00    | 21.038,00     | 22.340,25     | 23.946,52     |
| 2.1.1.8.01.0.0.00.00.00 | Operações de Crédito Internas de Est.s/DF/Munic.            | 0,00       | 0,00      | 20.000,00    | 21.038,00     | 22.340,25     | 23.946,52     |
| 2.1.1.8.01.1.0.00.00.00 | Operações de Crédito Internas para Prog.s de Educ.          | 0,00       | 0,00      | 10.000,00    | 10.519,00     | 11.170,13     | 11.973,26     |
| 2.1.1.8.01.1.1.00.00.00 | Operações de Crédito Internas para Prog.s de Educ. - Pri    | 0,00       | 0,00      | 10.000,00    | 10.519,00     | 11.170,13     | 11.973,26     |
| 2.1.1.8.01.2.0.00.00.00 | Operações de Crédito Internas para Prog.s de Saúde          | 0,00       | 0,00      | 10.000,00    | 10.519,00     | 11.170,13     | 11.973,26     |
| 2.1.1.8.01.2.1.00.00.00 | Operações de Crédito Internas para Prog.s de Saúde - Pri    | 0,00       | 0,00      | 10.000,00    | 10.519,00     | 11.170,13     | 11.973,26     |
| 2.1.1.9.00.0.0.00.00.00 | Outras Operações de Crédito - Mercado Interno               | 0,00       | 0,00      | 5.000.000,00 | 5.259.500,00  | 5.585.063,05  | 5.986.629,08  |
| 2.1.1.9.00.1.0.00.00.00 | Outras Operações de Crédito - Mercado Interno               | 0,00       | 0,00      | 5.000.000,00 | 5.259.500,00  | 5.585.063,05  | 5.986.629,08  |
| 2.1.1.9.00.1.1.00.00.00 | Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principa    | 0,00       | 0,00      | 5.000.000,00 | 5.259.500,00  | 5.585.063,05  | 5.986.629,08  |
| 2.2.0.0.00.0.0.00.00.00 | Alienação de Bens   | 0,00       | 0,00      | 342.998,00   | 360.797,00    | 383.130,33    | 410.677,41    |
| 2.2.1.0.00.0.0.00.00.00 | Alienação de Bens Móveis                                    | 0,00       | 0,00      | 146.998,00   | 154.627,00    | 164.198,41    | 176.004,28    |
| 2.2.1.3.00.0.0.00.00.00 | Alienação de Bens Móveis e Semoventes                       | 0,00       | 0,00      | 146.998,00   | 154.627,00    | 164.198,41    | 176.004,28    |
| 2.2.1.3.00.1.0.00.00.00 | Alienação de Bens Móveis e Semoventes                       | 0,00       | 0,00      | 146.998,00   | 154.627,00    | 164.198,41    | 176.004,28    |
| 2.2.1.3.00.1.1.00.00.00 | Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal           | 0,00       | 0,00      | 146.998,00   | 154.627,00    | 164.198,41    | 176.004,28    |
| 2.2.1.3.00.1.1.01.00.00 | Alien. de Bens Móveis e Semoventes-Principal-PM             | 0,00       | 0,00      | 145.998,00   | 153.575,00    | 163.081,29    | 174.806,84    |
| 2.2.1.3.00.1.1.50.00.00 | Alien. de Bens Móveis e Semoventes-Principal-SAAE           | 0,00       | 0,00      | 1.000,00     | 1.052,00      | 1.117,12      | 1.197,44      |
| 2.2.2.0.00.0.0.00.00.00 | Alienação de Bens Imóv.                                     | 0,00       | 0,00      | 195.998,00   | 206.170,00    | 218.931,92    | 234.673,13    |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

| Código                  | Descrição   | 2018      | 2019      | 2020         | 2021         | 2022         | 2023         |
|-------------------------|---|-----------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 2.2.2.0.00.1.0.00.00.00 | Alienação de Bens Imóv.                                     | 0,00      | 0,00      | 195.998,00   | 206.170,00   | 218.931,92   | 234.673,13   |
| 2.2.2.0.00.1.1.00.00.00 | Alienação de Bens Imóv. - Principal                         | 0,00      | 0,00      | 195.998,00   | 206.170,00   | 218.931,92   | 234.673,13   |
| 2.4.0.0.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs de Capital  | 0,00      | 0,00      | 4.420.000,00 | 4.649.398,00 | 4.937.195,74 | 5.292.180,11 |
| 2.4.1.0.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs da União e de suas Entidades                        | 0,00      | 0,00      | 4.120.000,00 | 4.333.828,00 | 4.602.091,95 | 4.932.982,36 |
| 2.4.1.8.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs da União  | 0,00      | 0,00      | 4.120.000,00 | 4.333.828,00 | 4.602.091,95 | 4.932.982,36 |
| 2.4.1.8.04.0.0.00.00.00 | Transf de Rec do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Inv   | 0,00      | 0,00      | 1.170.000,00 | 1.230.723,00 | 1.306.904,75 | 1.400.871,21 |
| 2.4.1.8.04.1.0.00.00.00 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -      | 0,00      | 0,00      | 520.000,00   | 546.988,00   | 580.846,56   | 622.609,42   |
| 2.4.1.8.04.3.0.00.00.00 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -      | 0,00      | 0,00      | 50.000,00    | 52.595,00    | 55.850,63    | 59.866,29    |
| 2.4.1.8.04.5.0.00.00.00 | Transf de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS des      | 0,00      | 0,00      | 100.000,00   | 105.190,00   | 111.701,26   | 119.732,58   |
| 2.4.1.8.04.6.0.00.00.00 | Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S     | 0,00      | 0,00      | 500.000,00   | 525.950,00   | 558.506,31   | 598.662,91   |
| 2.4.1.8.05.0.0.00.00.00 | TRANSFs de Rec. Destinados a Prog.s de Educ.                | 0,00      | 0,00      | 850.000,00   | 894.115,00   | 949.460,72   | 1.017.726,94 |
| 2.4.1.8.05.1.0.00.00.00 | TRANSFs de Rec. Destinados a Prog.s de Educ.                | 0,00      | 0,00      | 850.000,00   | 894.115,00   | 949.460,72   | 1.017.726,94 |
| 2.4.1.8.05.1.1.00.00.00 | TRANSFs de Rec. Destinados a Prog.s de Educ. - Principa     | 0,00      | 0,00      | 850.000,00   | 894.115,00   | 949.460,72   | 1.017.726,94 |
| 2.4.1.8.10.0.0.00.00.00 | TRANSF de Conv.s da União e de suas Entidades               | 0,00      | 0,00      | 2.100.000,00 | 2.208.990,00 | 2.345.726,48 | 2.514.384,21 |
| 2.4.1.8.10.1.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv. da União para o Sist. Único de Saúde -     | 0,00      | 0,00      | 150.000,00   | 157.785,00   | 167.551,89   | 179.598,87   |
| 2.4.1.8.10.1.1.00.00.00 | TRANSFs de Conv. da União para o Sist. Único de Saúde       | 0,00      | 0,00      | 150.000,00   | 157.785,00   | 167.551,89   | 179.598,87   |
| 2.4.1.8.10.2.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv. da União Dest. a Prog.s de Educ.           | 0,00      | 0,00      | 150.000,00   | 157.785,00   | 167.551,89   | 179.598,87   |
| 2.4.1.8.10.2.1.00.00.00 | TRANSFs de Conv. da União Dest. a Prog.s de Educ. - Prii    | 0,00      | 0,00      | 150.000,00   | 157.785,00   | 167.551,89   | 179.598,87   |
| 2.4.1.8.10.9.0.00.00.00 | Outras TRANSFs de Conv.s da União                           | 0,00      | 0,00      | 1.800.000,00 | 1.893.420,00 | 2.010.622,70 | 2.155.186,47 |
| 2.4.1.8.10.9.1.00.00.00 | Outras TRANSFs de Conv.s da União - Principal               | 0,00      | 0,00      | 1.800.000,00 | 1.893.420,00 | 2.010.622,70 | 2.155.186,47 |
| 2.4.2.0.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs dos Est.s e do Distrito Federal e de suas Entidades | 0,00      | 0,00      | 300.000,00   | 315.570,00   | 335.103,78   | 359.197,75   |
| 2.4.2.8.00.0.0.00.00.00 | TRANSFs dos Est.s, Distrito Federal, e de suas Entidades    | 0,00      | 0,00      | 300.000,00   | 315.570,00   | 335.103,78   | 359.197,75   |
| 2.4.2.8.10.0.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s dos Est.s e do Distrito Federal e de sua  | 0,00      | 0,00      | 300.000,00   | 315.570,00   | 335.103,78   | 359.197,75   |
| 2.4.2.8.10.1.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s dos Est.s para o Sist. Único de Saúde     | 0,00      | 0,00      | 100.000,00   | 105.190,00   | 111.701,26   | 119.732,58   |
| 2.4.2.8.10.1.1.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s dos Est.s para o Sist. Único de Saúde     | 0,00      | 0,00      | 100.000,00   | 105.190,00   | 111.701,26   | 119.732,58   |
| 2.4.2.8.10.2.0.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s dos Est.s Dest. a Prog.s de Educ.         | 0,00      | 0,00      | 100.000,00   | 105.190,00   | 111.701,26   | 119.732,58   |
| 2.4.2.8.10.2.1.00.00.00 | TRANSFs de Conv.s dos Est.s Dest. a Prog.s de Educ. - P     | 0,00      | 0,00      | 100.000,00   | 105.190,00   | 111.701,26   | 119.732,58   |
| 2.4.2.8.10.9.0.00.00.00 | Outras TRANSFs de Conv. dos Est.s                           | 0,00      | 0,00      | 100.000,00   | 105.190,00   | 111.701,26   | 119.732,58   |
| 2.4.2.8.10.9.1.00.00.00 | Outras TRANSFs de Conv. dos Est.s - Principal               | 0,00      | 0,00      | 100.000,00   | 105.190,00   | 111.701,26   | 119.732,58   |
| 7.0.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receita Corrente Intra-Orçamentária                         | 61.280,45 | 93.627,76 | 123.042,00   | 129.430,00   | 137.441,72   | 147.323,78   |
| 7.6.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receitas de Serviços - Intra Orçamentária                   | 60.440,24 | 92.671,12 | 123.042,00   | 129.430,00   | 137.441,72   | 147.323,78   |
| 7.6.1.0.00.0.0.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Intra Orçame | 0,00      | 0,00      | 123.042,00   | 129.430,00   | 137.441,72   | 147.323,78   |
| 7.6.1.0.01.0.0.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Intra Orçame | 0,00      | 0,00      | 123.042,00   | 129.430,00   | 137.441,72   | 147.323,78   |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021 MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO

| Código                  | Descrição  | 2018          | 2019          | 2020          | 2021          | 2022          | 2023          |
|-------------------------|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 7.6.1.0.01.1.0.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Intra Orçam | 0,00          | 0,00          | 123.042,00    | 129.430,00    | 137.441,72    | 147.323,78    |
| 7.6.1.0.01.1.1.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal   | 0,00          | 0,00          | 27.183,00     | 28.595,00     | 30.365,03     | 32.548,28     |
| 7.6.1.0.01.1.1.50.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal   | 0,00          | 0,00          | 27.183,00     | 28.595,00     | 30.365,03     | 32.548,28     |
| 7.6.1.0.01.1.1.50.02.00 | Serv. de Fornecimento de Água-SAAE                         | 0,00          | 0,00          | 26.311,00     | 27.677,00     | 29.390,21     | 31.503,36     |
| 7.6.1.0.01.1.1.50.03.00 | Serv. de Ligação de Água-SAAE                              | 0,00          | 0,00          | 436,00        | 459,00        | 487,41        | 522,46        |
| 7.6.1.0.01.1.1.50.99.00 | Outras Rec de Serv-SAAE                                    | 0,00          | 0,00          | 436,00        | 459,00        | 487,41        | 522,46        |
| 7.6.1.0.01.1.3.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - SAAE       | 0,00          | 0,00          | 87.593,00     | 92.139,00     | 97.842,40     | 104.877,27    |
| 7.6.1.0.01.1.3.01.00.00 | Receita da Dívida Ativa-Serv. Fornec de Água-Parc-SAA      | 0,00          | 0,00          | 76.704,00     | 80.685,00     | 85.679,40     | 91.839,75     |
| 7.6.1.0.01.1.3.02.00.00 | Receita da Dívida Ativa-Serv. Fornec de Água-Pref. Corr    | 0,00          | 0,00          | 10.889,00     | 11.454,00     | 12.163,00     | 13.037,52     |
| 7.6.1.0.01.1.5.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Multas do Principal - SA  | 0,00          | 0,00          | 1.000,00      | 1.052,00      | 1.117,12      | 1.197,44      |
| 7.6.1.0.01.1.6.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Juros do Principal - SA   | 0,00          | 0,00          | 1.000,00      | 1.052,00      | 1.117,12      | 1.197,44      |
| 7.6.1.0.01.1.7.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Multas da Dívida Ativa -  | 0,00          | 0,00          | 3.133,00      | 3.296,00      | 3.500,02      | 3.751,67      |
| 7.6.1.0.01.1.8.00.00.00 | Serv. Adm. e Comerciais Gerais - Juros da Dívida Ativa -   | 0,00          | 0,00          | 3.133,00      | 3.296,00      | 3.500,02      | 3.751,67      |
| 7.6.9.0.99.1.1.00.00.00 | Serv. de Fornecimento de Água-Intra                        | 20.133,66     | 52.462,73     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 7.6.9.0.99.1.1.50.01.00 | Serv. de Fornecimento de Água-SAAE                         | 19.970,56     | 52.017,57     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 7.6.9.0.99.1.1.50.04.00 | Serv. de Ligação de Água-SAAE                              | 135,10        | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 7.6.9.0.99.1.1.50.99.00 | Outras Rec de Serv-SAAE                                    | 28,00         | 445,16        | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 7.6.9.0.99.1.3.00.00.00 | Receita da Dívida Ativa-Serv. Fornec de Água               | 40.306,58     | 40.208,39     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 7.6.9.0.99.1.3.01.00.00 | Receita da Dívida Ativa-Serv. Fornec de Água-Parc-SAA      | 23.641,27     | 32.199,00     | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 7.6.9.0.99.1.3.02.00.00 | Receita da Dívida Ativa-Serv. Fornec de Água-Pref. Corr    | 15.950,27     | 8.009,39      | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 7.6.9.0.99.1.3.03.00.00 | Receita da Dívida Ativa-Serv. Fornec de Água-Pref. Enc     | 715,04        | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 7.9.0.0.00.0.0.00.00.00 | Outras Receitas Correntes - Intra Orçamentária             | 840,21        | 956,64        | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 7.9.9.0.99.1.2.50.99.00 | Multas e Juros de Mora - SAAE                              | 840,21        | 956,64        | 0,00          | 0,00          | 0,00          | 0,00          |
| 9.0.0.0.00.0.0.00.00.00 | Dedução da Receita   | -6.073.088,34 | -6.961.975,70 | -7.597.298,00 | -7.991.597,00 | -8.486.276,85 | -9.096.440,16 |
| 9.7.0.0.00.0.0.00.00.00 | Dedução da Receita de TRANSFs Correntes                    | -6.073.088,34 | -6.961.975,70 | -7.597.298,00 | -7.991.597,00 | -8.486.276,85 | -9.096.440,16 |
| 9.7.1.0.00.0.0.00.00.00 | Dedução da Receita de TRANSFs Correntes da União           | -3.478.577,93 | -3.799.192,75 | -4.340.366,00 | -4.565.630,00 | -4.848.242,50 | -5.196.831,13 |
| 9.7.1.8.00.0.0.00.00.00 | Dedução da Rec resultante das Transf. da União             | -3.478.577,93 | -3.799.192,75 | -4.340.366,00 | -4.565.630,00 | -4.848.242,50 | -5.196.831,13 |
| 9.7.1.8.01.0.0.00.00.00 | Dedução da Rec p/Formação FUNDEB- Transf. União            | -3.470.738,57 | -3.799.192,75 | -4.329.107,00 | -4.553.787,00 | -4.835.666,42 | -5.183.350,83 |
| 9.7.1.8.01.2.1.00.00.00 | Dedução da Rec. p/ Formação FUNDEB - FPM                   | -3.361.953,97 | -3.663.939,68 | -4.284.670,00 | -4.507.044,00 | -4.786.030,02 | -5.130.145,58 |
| 9.7.1.8.01.5.1.00.00.00 | Dedução da Rec p/Formação FUNDEB- ITR                      | -108.784,60   | -135.253,07   | -44.437,00    | -46.743,00    | -49.636,39    | -53.205,25    |
| 9.7.1.8.06.0.0.00.00.00 | Dedução da Receita P/ Formação do FUNDEB -Tr Financ ICM    | -7.839,36     | 0,00          | -11.259,00    | -11.843,00    | -12.576,08    | -13.480,30    |
| 9.7.1.8.06.1.1.00.00.00 | Dedução da Rec p/Formação FUNDEB- ICMS DESON               | -7.839,36     | 0,00          | -11.259,00    | -11.843,00    | -12.576,08    | -13.480,30    |
| 9.7.2.0.00.0.0.00.00.00 | Dedução da Receita de TRANSFs Correntes do Est.            | -2.594.510,41 | -3.162.782,95 | -3.256.932,00 | -3.425.967,00 | -3.638.034,36 | -3.899.609,03 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2021**  
**MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA**  
**ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDAMENTO**

| <b>Código</b>           | <b>Descrição</b>                                  | <b>2018</b>          | <b>2019</b>          | <b>2020</b>          | <b>2021</b>          | <b>2022</b>          | <b>2023</b>          |
|-------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 9.7.2.8.00.0.0.00.00.00 | Dedução da Rec resultante das Transf. do Est.     | -2.594.510,41        | -3.162.782,95        | -3.256.932,00        | -3.425.967,00        | -3.638.034,36        | -3.899.609,03        |
| 9.7.2.8.01.0.0.00.00.00 | Dedução da Rec p/Formação FUNDEB- Transf. do Est. | -2.594.510,41        | -3.162.782,95        | -3.256.932,00        | -3.425.967,00        | -3.638.034,36        | -3.899.609,03        |
| 9.7.2.8.01.1.1.00.00.00 | Dedução da Rec p/Formação FUNDEB- ICMS            | -2.523.212,54        | -3.089.455,42        | -3.131.069,00        | -3.293.571,00        | -3.497.443,04        | -3.748.909,20        |
| 9.7.2.8.01.2.1.00.00.00 | Dedução da Rec p/Formação FUNDEB- IPVA            | -71.297,87           | -73.327,53           | -99.011,00           | -104.150,00          | -110.596,88          | -118.548,80          |
| 9.7.2.8.01.3.1.00.00.00 | Dedução da Rec p/Formação FUNDEB- IPI EXPORT.     | 0,00                 | 0,00                 | -26.852,00           | -28.246,00           | -29.994,43           | -32.151,03           |
| <b>Total:</b>           |   | <b>52.896.778,88</b> | <b>58.923.165,46</b> | <b>78.209.151,00</b> | <b>82.268.208,00</b> | <b>87.360.610,08</b> | <b>93.641.837,94</b> |

MARCELO DE SOUZA EMERENCIANO  
 Prefeito  
 02127204735

JOSÉ AUGUSTO BANDEIRA LOPES  
 Secretário de Finanças  
 491.577.605-00

-  
 Contador  
 .



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código  | Descrição  | Produto                         |
|---|--|---------------------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 1 - TRANSFERÊNCIA DE DUODÉCIMO       |  |                                 |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                 |
| 1001 -  | Aquisição de Veículo para a Câmara<br>Promover o desenvolvimento das atividades e Plenário, serviços legislativos e fiscalização das funções de Governo.                                   | Unidade construída              |
| 2001 -  | Manutenção da Câmara Municipal<br>Promover o desenvolvimento das atividades e Plenário, serviços legislativos e fiscalização das funções de Governo.                                       | Gerenciar ações                 |
| <b>PROGRAMA:</b> 3 - PROCESSO JUDICIÁRIO              |  |                                 |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                 |
| 2002 -  | Manutenção de Consultoria e Assessoria Jurídica<br>Exercer a representação judicial e extra judicial, a consultoria e o assessoramento jurídico do município.                              | Gerenciar ações                 |
| 2004 -  | Indenizações Trabalhistas<br>Garantir recursos para cumprir as decisões e custas processuais.  | Gerenciar ações                 |
| 2005 -  | Manutenção das Despesas Judiciais<br>Garantir recursos para cumprir as decisões e custas processuais.  | Gerenciar ações                 |
| <b>PROGRAMA:</b> 5 - ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL |  |                                 |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                 |
| 1009 -  | Reforma, Ampl. e Manut. do prédio da Câmara<br>Promover o desenvolvimento das atividades e Plenário, serviços legislativos e fiscalização das funções de Governo.                          | Unidade reformada               |
| <b>PROGRAMA:</b> 8 - GABINETE DO PREFEITO             |  |                                 |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                 |
| 1003 -  | Aquisição de Móveis, Equip. e Veículo p/ Gabinete do Prefeito<br>Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor. | Móveis, equipamentos e veículo  |
| <b>PROGRAMA:</b> 9 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO      |  |                                 |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                 |
| 1004 -  | Equipamento da Secretaria de Administração<br>Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.                    | Aquisição de equipamentos       |
| 1004 -  | Equipamento da Secretaria de Administração<br>Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.                    | Móveis e equipamentos           |
| 2006 -  | Manutenção da Secretaria de Administração<br>Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.                     | Gerenciar ações                 |
| 2048 -  | Manutenção do Conselho Tutelar<br>Desenvolvimento de ações de promoção social aos municípios   | Atender a criança e adolescente |
| 2231 -  | Manutenção dos Serviços Administrativos- SAAE<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.  | Gerenciar ações                 |
| 2315 -  | Manutenção do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente  | Desenvolver ações               |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| <b>Código</b>   | <b>Descrição</b>  | <b>Produto</b>          |
|---|---|-------------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 9 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO                                  |   |                         |
| <b>AÇÕES</b>  |   |                         |
|   | Desenvolvimento de ações de promoção social aos municípios  |                         |
| 2327 -  | Gestão do Conselho Munic. de Segurança Alim. e Nutricional  |                         |
|   | Desenvolvimento de ações de promoção social aos municípios  |                         |
| <b>PROGRAMA:</b> 10 - GERENCIAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO                       |   |                         |
| <b>AÇÕES</b>  |   |                         |
| 2003 -  | Manutenção do Gabinete do Prefeito  | Gerenciar ações         |
|   | Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.   |                         |
| 2067 -  | Manutenção da Controladoria Municipal   | Gerenciar ações         |
|   | Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.   |                         |
| <b>PROGRAMA:</b> 15 - COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS   |   |                         |
| <b>AÇÕES</b>  |   |                         |
| 2307 -  | Manutenção das Atividades do Consórcio Público.   | Gerenciar ações         |
|   | Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.   |                         |
| <b>PROGRAMA:</b> 20 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS |   |                         |
| <b>AÇÕES</b>  |   |                         |
| 2010 -  | Manutenção da Tesouraria  | Gerenciar ações         |
|   | Aprimorar procedimentos de administração tributária e contábil buscando maior eficiência e controle do setor.   |                         |
| 2011 -  | Manutenção da Contabilidade   | Gerenciar ações         |
|   | Aprimorar procedimentos de administração tributária e contábil buscando maior eficiência e controle do setor.   |                         |
| 2014 -  | Amortização da dívida Contratada  | Gerenciar ações         |
|   | Manter atualizada as responsabilidades da Prefeitura com os Institutos de Previdência.  |                         |
| <b>PROGRAMA:</b> 21 - ADMINISTRAÇÃO   |   |                         |
| <b>AÇÕES</b>  |   |                         |
| 1049 -  | Construção, Ampli. e Reforma de Prédios do FMAS   | Unidade Construída      |
|   | Promover a assistência social geral do município de Cocos, em conformidade com o planejamento anual a ser adotado e desenvolvido na área de assistência social municipal e estabelecido no programa administrativo do município e outras atividades correlatas. |                         |
| 2007 -  | Manutenção do Sistema de TV Via Satélite  | Gerenciar ações         |
|   | Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação emissoras de rádio e de antenas parabólicas com vistas a incentivar a cultura e o lazer.  |                         |
| 2008 -  | Manutenção do Setor de Imprensa e Publicidade   | Publicar atos e eventos |
|   | Manter condições para divulgação de atos e fatos de interesse da administração  |                         |
| 2045 -  | Apoio a Órgãos de Iniciativa Privada  | Gerenciar ações         |




**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código  | Descrição  | Produto                                  |
|---|--|--|
| <b>PROGRAMA: 21 - ADMINISTRAÇÃO</b>   |  |  |
| <b>AÇÕES</b>  |  |  |
|   | Exercer a coordenação política e administrativa do município, bem como a centralização dos assuntos de pessoal, material, patrimonial e serviços auxiliares compostos por órgãos definidos em lei.                               |  |
| 2054 -  | Manutenção do Conselho Municipal de Defesa Civil   | Desenvolver ações                        |
|   | Desenvolvimento de ações de promoção social aos municípios   |  |
| 2071 -  | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DO CONSÓRCIO PÚBLICO  | Gerenciar ações                          |
|   | Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.  |  |
| 2230 -  | Formação do Patrimônio do Servidor Público   | Gerenciar ações                          |
|   | Manter o sistema de administração, oferecendo condições para melhoria da coordenação, supervisão e modernização do setor.  |  |
| <b>PROGRAMA: 22 - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA</b>                                   |  |  |
| <b>AÇÕES</b>  |  |  |
| 2009 -  | Manutenção da Ordem Pública  | Ampliar a Segurança                      |
|   | Oferecer condições de segurança com vistas a melhoria e qualificação dos serviços para garantir a ordem pública  |  |
| <b>PROGRAMA: 24 - PROTEÇÃO AO IDOSO</b>   |  |  |
| <b>AÇÕES</b>  |  |  |
| 2326 -  | Manutenção do Abrigo Santa Luzia   |  |
|   | Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   |  |
| <b>PROGRAMA: 25 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> |  |  |
| <b>AÇÕES</b>  |  |  |
| 1013 -  | Construção, Ampliação e Reforma de Creche  | Unidade construída e ampliada            |
|   | Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual.                             |  |
| 1013 -  | Construção, Ampliação e Reforma de Creche  | Unidade construída, ampliada e reformada |
|   | Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual.                             |  |
| 1073 -  | Aquisição de equipamentos para Creche  |  |
|   | Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual.                             |  |
| 2021 -  | Manutenção da Educação Infantil  | Atender a criança                        |
|   | Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual.                             |  |
| 2066 -  | Manutenção do Programa Nacional de Inclusão de Jovens  | Desenvolver ações                        |
|   | Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho. |  |
|   |  | Gerenciar ações                          |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código  | Descrição  | Produto           |
|---|--|-------------------|
| <b>PROGRAMA: 25 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b> |  |                   |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                   |
| 2069 -  | Manutenção do Conselho Municipal de Educação<br>Acompanhar e supervisionar os registros transferidos e aplicação dos recursos da educação.   |                   |
| 2304 -  | Programa de Apoio ao Estudo Superior<br>Desenvolver ações de incentivo que possibilitem o acesso da população escolarizável, de baixa renda ao ensino médio e superior.  | Desenvolver ações |
| 2311 -  | Manutenção da Educação Infantil - Fundeb 60%<br>Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual.   | Desenvolver ações |
| 2312 -  | Manutenção da Educação Infantil - Fundeb 40%<br>Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual.   | Desenvolver ações |
| <b>PROGRAMA: 26 - PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE</b>                         |  |                   |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                   |
| 2235 -  | Bloco da Proteção Social Básica<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.  | Desenvolver ações |
| 2314 -  | Gestão Munic. dos Direitos da Criança e do Adolescente<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Desenvolver ações |
| <b>PROGRAMA: 27 - ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO CARENTE</b>                             |  |                   |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                   |
| 1071 -  | Construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   |                   |
| 1072 -  | Constr. Ampli. e Reforma do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.  | Desenvolver ações |
| 2012 -  | Manutenção do Fundo Estadual de Assistencial Social - FEAS<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Desenvolver ações |
| 2012 -  | Manutenção do Fundo Estadual de Assistencial Social - FEAS<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Gerenciar ações   |
| 2072 -  | Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)<br>Promover a assistência social geral do município de Cocos, em conformidade com o planejamento anual a ser adotado e desenvolvido na área de assistência social municipal e estabelecido no programa administrativo do município e outras atividades correlatas. | Gerenciar ações   |
| 2073 -  | Gestão do Suas - IGDSUAS<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Desenvolver ações |
| 2234 -  | CRAS VOLANTE<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Desenvolver ações |
| 2313 -  | Primeira Infância no SUAS  | Desenvolver ações |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| <b>Código</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Produto</b>                   |
|--|--|----------------------------------|
| <b>PROGRAMA: 27 - ASSISTÊNCIA A POPULAÇÃO CARENTE</b>                          |  |                                  |
| <b>AÇÕES</b>   |  |                                  |
|  | Capacitar a criança de 0 a 6 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual.   |                                  |
| 2316 -   | Bloco da Proteção Social Especial<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.  |                                  |
| 2317 -   | Gestão do BPC Escola<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   |                                  |
| 2318 -   | Gestão Municipal dos Programas Sociais<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   |                                  |
| <b>PROGRAMA: 28 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>                              |  |                                  |
| <b>AÇÕES</b>   |  |                                  |
| 2013 -   | Contribuição ao PASEP<br>Manter atualizada as responsabilidades da Prefeitura com os Institutos de Previdência.  | Gerenciar ações                  |
| <b>PROGRAMA: 29 - INCENTIVO À CULTURA DA POPULAÇÃO</b>                         |  |                                  |
| <b>AÇÕES</b>   |  |                                  |
| 1010 -   | Construção de Biblioteca Pública<br>Assegurar a proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural, histórico, artístico, ampliando os níveis e padrões de intervenção e conscientização cultural e patrimonial.   | Unidade construída               |
| 1064 -   | Construção de Prédio p/escola de música<br>Assegurar a proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural, histórico, artístico, ampliando os níveis e padrões de intervenção e conscientização cultural e patrimonial.  | Unidade construída               |
| 2019 -   | Comemoração de Festividades<br>Desenvolver ações visando as comemorações de festividades, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de Produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania.                                  | Realizar eventos                 |
| 2026 -   | Manutenção da Diretoria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer<br>Desenvolver ações visando as comemorações de festividades, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de Produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática da cidadania. | Desenvolver ações                |
| <b>PROGRAMA: 30 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b> |  |                                  |
| <b>AÇÕES</b>   |  |                                  |
| 1018 -   | Construção e Ampliação de Unidades de Saúde<br>Desenvolver ações de saúde em cooperação com órgãos e entidades de saúde estadual e federal, visando ao atendimento dos serviços de assistência médico-social, defesa sanitária do município e outras atividades correlatas.                                  | Unidades construídas e ampliadas |
| 2027 -   | Gestão das Ações de Atenção Básica a Saúde<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                | Gerenciar ações                  |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021  
Prioridades e Metas - Objetivos**

| <b>Código</b>  | <b>Descrição</b>  | <b>Produto</b>       |
|--|---|----------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 30 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE |   |                      |
| <b>AÇÕES</b>   |   |                      |
| 2028 -   | Gestão das Ações Básicas de Vigilância Sanitária<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.         | Ampliar a vigilância |
| 2029 -   | Gestão das Ações dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais. | Ampliar a vigilância |
| 2029 -   | Gestão das Ações dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais. | Desenvolver ações    |
| 2030 -   | Gestão das Ações de Saúde da Família - SF<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                | Gerenciar ações      |
| 2031 -   | Gestão da Assistência Farmacêutica<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                       | Gerenciar ações      |
| 2032 -   | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                   | Desenvolver ações    |
| 2033 -   | Gestão das Ações de Vigilância Epidemiológica<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.            | Ampliar a vigilância |
| 2034 -   | Gestão das Ações de Saúde Bucal - SB<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                     | Gerenciar ações      |
| 2035 -   | Gestão das Ações de Vigilância em Saúde<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                  | Gerenciar ações      |
| 2301 -   | Programa de Especificidades Regionais<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                    | Gerenciar ações      |
| 2306 -   | Manutenção das Atividades do Consórcio Público.<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.          | Gerenciar ações      |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 Prioridades e Metas - Objetivos

| Código  | Descrição  | Produto                           |
|---|--|-----------------------------------|
| <b>PROGRAMA: 32 - MELHORIA DA SAÚDE PÚBLICA</b>                         |  |                                   |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                   |
| 1067 -  | Construção de Academia de Saúde<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                               | Unidade Construída                |
| 2075 -  | Gestão de Ações Hospitalar e Ambulatorial<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                     | Gerenciar ações                   |
| 2076 -  | Gestão de outros Programas do Fundo a Fundo<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                   | Gerenciar ações                   |
| 2297 -  | Manutenção do Conselho Municipal de Saúde<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                     | Gerenciar ações                   |
| 2300 -  | Gestão do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.               | Gerenciar ações                   |
| 2322 -  | Gestão do PMAQ<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.  |                                   |
| 2323 -  | Gestão das Ações do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais. |                                   |
| <b>PROGRAMA: 33 - MELHORIA DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL</b> |  |                                   |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                   |
| 1016 -  | Aquis. de Veículo, Unid. Móvel e Ambulância p/ Setor de Saúde<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais. | Ambulancias e veículos adquiridos |
| 1016 -  | Aquis. de Veículo, Unid. Móvel e Ambulância p/ Setor de Saúde<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais. | Ambulâncias e veículos adquiridos |
| 1017 -  | Construção e Ampliação e Reforma do Hospital Municipal<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.        | Unidade construída e ampliada     |
| 1019 -  | Aquisição de Equipamentos para o Setor de Saúde<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção,   | Aquisição de equipamentos         |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código  | Descrição   | Produto                              |
|---|---|--------------------------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 33 - MELHORIA DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL |   |                                      |
| <b>AÇÕES</b>  |   |                                      |
|   | visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.   |                                      |
| 1019 -  | Aquisição de Equipamentos para o Setor de Saúde<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                          | Móveis e Equipamentos                |
| 1065 -  | Construção de Unidade de Pronto Atendimento<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                              | Unidade construída                   |
| 1066 -  | Aquisição de Equipamentos Médicos Hospitalar e Ambulatorial<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.              | Aquisição de equipamentos            |
| 1066 -  | Aquisição de Equipamentos Médicos Hospitalar e Ambulatorial<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.              | Equipamentos                         |
| 2299 -  | Gestão das Ações do Serviço de Atend. Móvel de Urgência- SAMU<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.            | Desenvolver ações                    |
| 2299 -  | Gestão das Ações do Serviço de Atend. Móvel de Urgência- SAMU<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.            | Gerenciar ações                      |
| 2303 -  | Gestão de Ações Hospitalar e Ambulatorial<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                                | Desenvolver ações                    |
| 2303 -  | Gestão de Ações Hospitalar e Ambulatorial<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.                                | Gerenciar ações                      |
| 2328 -  | Reparos no Hospital Municipal<br>Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde, prevenção e recuperação da saúde nos vários níveis de atenção, visando o atendimento a toda a população carente do município e a diminuição das desigualdades regionais.  |                                      |
| <b>PROGRAMA:</b> 35 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS      |   |                                      |
| <b>AÇÕES</b>  |   |                                      |
| 1020 -  | Construção e Reconstrução de Estradas, Pontes e Pontilhões<br>Planejar, elaborar e implementar a política de transportes, sistema viário e trânsito; Coordenar as ações de fiscalização referente ao transporte, sistema viário e trânsito; Prover o município de transporte público prestando-o sistema viário e trânsito. | Unidades construídas e reconstruídas |
| 1022 -  | Calçamento Vias Públicas na Sede e Zona Rural   | Ruas pavimentadas                    |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021  
Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código   | Descrição   | Produto                           |
|--|---|-----------------------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 35 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS |   |                                   |
| <b>AÇÕES</b>   |   |                                   |
|  | Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.  |                                   |
| 1023 -   | Construção e Reforma de Praças e Jardins<br>Gerenciamento, conferência de medições, controle de qualidade dos serviços e análise técnica de adiantamentos de obras e infraestrutura, entre outras atividades correlatas.  | Unidades construídas              |
| 1023 -   | Construção e Reforma de Praças e Jardins<br>Gerenciamento, conferência de medições, controle de qualidade dos serviços e análise técnica de adiantamentos de obras e infraestrutura, entre outras atividades correlatas.  | Unidades construídas e reformadas |
| 1024 -   | Impl.e Ampl. Sistemas de abast. água na Sede e Zona Rural<br>Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.  | Unidades Construídas              |
| 1024 -   | Impl.e Ampl. Sistemas de abast. água na Sede e Zona Rural<br>Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.  | Unidades implantadas e ampliadas  |
| 1025 -   | Implantação e Ampliação da Rede Elétrica<br>Elevar a qualidade de vida da população do município, através da expansão e manutenção do sistema de energia elétrica, contribuindo para o incremento do desenvolvimento urbano e rural.  | Unidades implantadas e ampliada   |
| 1025 -   | Implantação e Ampliação da Rede Elétrica<br>Elevar a qualidade de vida da população do município, através da expansão e manutenção do sistema de energia elétrica, contribuindo para o incremento do desenvolvimento urbano e rural.  | Unidades implantadas e ampliadas  |
| 1070 -   | Construção e Ampliação da Pista de Pouso<br>Planejar, elaborar e implementar a política de transportes, sistema viário e trânsito; Coordenar as ações de fiscalização referente ao transporte, sistema viário e trânsito; Prover o município de transporte público prestando-o sistema viário e trânsito. | Unidade de construção e ampliação |
| 2036 -   | Reforma de Praças na Sede<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.                 | Unidade reformada                 |
| 2037 -   | Manutenção do Departamento de Obras, Urbanismo e Serv. Públicos<br>Gerenciamento, conferência de medições, controle de qualidade dos serviços e análise técnica de adiantamentos de obras e infraestrutura, entre outras atividades correlatas.   | Desenvolver ações                 |
| 2039 -   | Manutenção de Cemitérios<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.                  | Desenvolver ações                 |
| 2039 -   | Manutenção de Cemitérios<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.                  | Gerenciar ações                   |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código   | Descrição  | Produto                                |
|--|--|--|
| <b>PROGRAMA:</b> 35 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS               |  |  |
| <b>AÇÕES</b>   |  |  |
| 2040 -   | Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros. | Desenvolver ações                      |
| 2040 -   | Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros. | Gerenciar ações                        |
| 2041 -   | Melhorias Sanitárias<br>Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais urbana e rural.  | Desenvolver ações                      |
| 2041 -   | Melhorias Sanitárias<br>Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais urbana e rural.  | Gerenciar ações                        |
| 2042 -   | Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água<br>Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.  | Desenvolver ações                      |
| 2043 -   | Manutenção da Rede de Iluminação Pública<br>Elevar a qualidade de vida da população do município, através da expansão e manutenção do sistema de energia elétrica, contribuindo para o incremento do desenvolvimento urbano e rural.   | Desenvolver ações                      |
| 2043 -   | Manutenção da Rede de Iluminação Pública<br>Elevar a qualidade de vida da população do município, através da expansão e manutenção do sistema de energia elétrica, contribuindo para o incremento do desenvolvimento urbano e rural.   | Gerenciar ações                        |
| 2308 -   | Manut. das Ativ. do Consórcio Público-Infra Estrutura<br>Gerenciamento, conferência de medições, controle de qualidade dos serviços e análise técnica de adiantamentos de obras e infraestrutura, entre outras atividades correlatas.  | Gerenciar ações                        |
| <b>PROGRAMA:</b> 40 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS |  |  |
| <b>AÇÕES</b>   |  |  |
| 2046 -   | Manut. Programa Atend. Criança e Adolescente, Gestante e Idoso<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Atender a criança, adolescente e idoso |
| 2046 -   | Manut. Programa Atend. Criança e Adolescente, Gestante e Idoso<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Desenvolver ações                      |
| 2047 -   | Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.  | atender a pessoas carentes             |
| 2047 -   | Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.  | Desenvolver ações                      |
| 2049 -   | Atenção Social ao Trabalhador (Desenvolvimento de Emprego e Renda)<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Desenvolver ações                      |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 Prioridades e Metas - Objetivos

| Código   | Descrição   | Produto                          |
|--|---|----------------------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 40 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS |   |                                  |
| <b>AÇÕES</b>   |   |                                  |
| 2051 -   | Apoio aos Conselhos Municipais<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.  | Gerenciar ações                  |
| 2053 -   | Benefícios Eventuais<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.  | Gerenciar ações                  |
| 2055 -   | Manutenção do PTB - Piso Básico de Transição<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.  | Gerenciar ações                  |
| 2070 -   | Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família e CadÚnico - IGDPBF<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Desenvolver ações                |
| 2233 -   | Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social CRAS<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.   | Gerenciar ações                  |
| 2298 -   | Outros Programas de Serviços de Assistência Social<br>Desenvolvimento de ações de promoção social e programas especiais a pessoas carentes, idosas, deficientes e ao menor abandonado.  | Gerenciar ações                  |
| <b>PROGRAMA:</b> 42 - REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL                        |   |                                  |
| <b>AÇÕES</b>   |   |                                  |
| 1002 -   | Const. Ampli. e Reforma de Prédios Escolares e Quadras na sede e zona rural<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho. | Unidades construídas e ampliadas |
| 1002 -   | Const. Ampli. e Reforma de Prédios Escolares e Quadras na sede e zona rural<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho. | Unidades onstruídas e ampliadas  |
| 1005 -   | Aquis. de Veículos e Equip. para Educação Básica-FUNDEB<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.                     | Móveis e equipamentos            |
| 1006 -   | Construção de Prédios Escolares na sede e zona rural<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.                        | Unidades construídas             |
| 1007 -   | Aquisição de Transporte Escolar<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.   | Veículos                         |
| 1008 -   | Equipamento do Ensino Fundamental<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.   | Aquisição de equipamentos        |
| 1008 -   | Equipamento do Ensino Fundamental<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os   | Móveis e equipamentos            |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

### Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 Prioridades e Metas - Objetivos

| Código  | Descrição   | Produto           |
|---|---|-------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 42 - REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL |   |                   |
| <b>AÇÕES</b>  |   |                   |
|   | níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.   |                   |
| 2015 -  | Manutenção do FUNDEB 60%<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.                        | Gerenciar ações   |
| 2016 -  | Manutenção do FUNDEB 40%<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.                        | Gerenciar ações   |
| 2017 -  | Manutenção do Ensino Básico<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.                     | Desenvolver ações |
| 2018 -  | Programa de Alimentação Escolar<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.                 | Atender o aluno   |
| 2018 -  | Programa de Alimentação Escolar<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.                 | Gerenciar ações   |
| 2023 -  | Manutenção do Ensino Fundamental - QSE<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.          | Desenvolver ações |
| 2023 -  | Manutenção do Ensino Fundamental - QSE<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.          | Gerenciar ações   |
| 2024 -  | Programa de Dinheiro Direto da Escola<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.           | Gerenciar ações   |
| 2025 -  | Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho. | Atender o aluno   |
| 2025 -  | Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho. | Gerenciar ações   |
| 2074 -  | Gestão de Outros Programas do FNDE<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho.              | Gerenciar ações   |
| 2324 -  | Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado - PBA  |                   |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| <b>Código</b>  | <b>Descrição</b>   | <b>Produto</b>       |
|--|--|----------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 42 - REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL                            |  |                      |
| <b>AÇÕES</b>   |  |                      |
|  | Tem por finalidade exercer a política de fortalecimento de ensino fundamental, a manutenção de creches e apoio a cultura e lazer.  |                      |
| 2325 -   | Manutenção do Prog. de Ap. aos Sist. de Ens. Atend. à Educ. de Jov. e Adultos - PEJA<br>Conferir qualidade didática e de gestão ao sistema escolar, buscando a ampliação do ingresso de alunos, com formação adequada, em todos os níveis de ensino e aumentar a competitividade da rede pública no mercado de trabalho. |                      |
| <b>PROGRAMA:</b> 43 - REVITALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO                                  |  |                      |
| <b>AÇÕES</b>   |  |                      |
| 2302 -   | Manutenção do Ensino Médio<br>Desenvolver ações de incentivo que possibilitem o acesso da população escolarizável, de baixa renda ao ensino médio e superior.  | Desenvolver ações    |
| 2302 -   | Manutenção do Ensino Médio<br>Desenvolver ações de incentivo que possibilitem o acesso da população escolarizável, de baixa renda ao ensino médio e superior.  | Gerenciar ações      |
| <b>PROGRAMA:</b> 45 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA |  |                      |
| <b>AÇÕES</b>   |  |                      |
| 1034 -   | Constr. de Tanques, Açudes, Barragens e Abertura de Poços Tubulares<br>Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas, contemplando mercados, feiras, matadouros, açudes, barragens e poços artesianos   | Unidades construídas |
| 2056 -   | Apoio ao Pequeno Produtor e Revitalização do Mercado Livre<br>Incentivar a participação dos mini e pequenos produtores através de associações para implantação de ações, visando a melhoria da produtividade agropecuária, hortifrutigrangeiros e projeto de irrigação.  | Gerenciar ações      |
| 2058 -   | Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura<br>Incentivar a participação dos mini e pequenos produtores através de associações para implantação de ações, visando a melhoria da produtividade agropecuária, hortifrutigrangeiros e projeto de irrigação.   | Desenvolver ações    |
| 2059 -   | Manutenção do Centro de Exposição Agropecuária<br>Incentivar a participação dos mini e pequenos produtores através de associações para implantação de ações, visando a melhoria da produtividade agropecuária, hortifrutigrangeiros e projeto de irrigação.  | Desenvolver ações    |
| 2059 -   | Manutenção do Centro de Exposição Agropecuária<br>Incentivar a participação dos mini e pequenos produtores através de associações para implantação de ações, visando a melhoria da produtividade agropecuária, hortifrutigrangeiros e projeto de irrigação.  | Gerenciar ações      |
| 2309 -   | Manutenção das Atividades do Consórcio Público.<br>Incentivar a participação dos mini e pequenos produtores através de associações para implantação de ações, visando a melhoria da produtividade agropecuária, hortifrutigrangeiros e projeto de irrigação.   | Gerenciar ações      |
| <b>PROGRAMA:</b> 48 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DE CULTURA                             |  |                      |
| <b>AÇÕES</b>   |  |                      |
| 2068 -   | GESTÕES DO FUNDO DE CULTURA DA BAHIA - FCBA<br>Assegurar a proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural, histórico, artístico, ampliando os níveis e padrões de intervenção e  | Desenvolver ações    |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021  
Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código   | Descrição   | Produto                           |
|--|---|-----------------------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 48 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DE CULTURA                               |   |                                   |
| <b>AÇÕES</b>   |   |                                   |
|  | conscientização patrimonial.  |                                   |
| 2068 -   | GESTÕES DO FUNDO DE CULTURA DA BAHIA - FCBA<br>Assegurar a proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural, histórico, artístico, ampliando os níveis e padrões de intervenção e conscientização patrimonial.  | Gerenciar ações                   |
| <b>PROGRAMA:</b> 50 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE |   |                                   |
| <b>AÇÕES</b>   |   |                                   |
| 2062 -   | Manutenção da Secretaria Municipal do Meio Ambiente<br>Formular, coordenar e executar a política municipal de preservação e defesa do meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida da população.  | Desenvolver ações                 |
| 2063 -   | Manutenção de Viveiros e Hortas Municipais<br>Formular, coordenar e executar a política municipal de preservação e defesa do meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida da população.   | Desenvolver ações                 |
| 2064 -   | Manutenção e Conservação dos Rios do Município<br>Formular, coordenar e executar a política municipal de preservação e defesa do meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida da população.   | Desenvolver ações                 |
| 2064 -   | Manutenção e Conservação dos Rios do Município<br>Formular, coordenar e executar a política municipal de preservação e defesa do meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida da população.   | Gerenciar ações                   |
| 2065 -   | Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares<br>Formular, coordenar e executar a política municipal de preservação e defesa do meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida da população.  | Gerenciar ações                   |
| <b>PROGRAMA:</b> 53 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA                                    |   |                                   |
| <b>AÇÕES</b>   |   |                                   |
| 1054 -   | Desapropriação Urbana e Rural<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.               | Unidade desapropriada             |
| 1055 -   | Constr. Ampl. e Reforma de Prédios Públicos<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros. | Unidades construídas e ampliadas  |
| 1056 -   | Aquis. de Veículos, Máquinas e Equipamentos<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros. | Equipamentos, Veículos e Máquinas |
| 1058 -   | Construção de Centro de Geração de Renda na sede<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de   | Unidade construída                |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| <b>Código</b>   | <b>Descrição</b>   | <b>Produto</b>                       |
|---|--|--------------------------------------|
| <b>PROGRAMA: 53 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA</b>                                       |  |                                      |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                      |
|   | infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros.   |                                      |
| 1062 -  | Construção de um Cemitério na sede<br>Assegurar condições visando a melhoria da qualidade de vida da população do Município através da implantação de um conjunto de ações de infra-estrutura contemplando os serviços de utilidade pública, abertura de novas ruas e pavimentação de logradouros. | Unidade construída                   |
| <b>PROGRAMA: 55 - GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DO SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO</b> |  |                                      |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                      |
| 1031 -  | Construção, Ampliação e Reforma/Edificação da Administração<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.  | Gerenciar ações                      |
| 1031 -  | Construção, Ampliação e Reforma/Edificação da Administração<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.  | Unidade construída e ampliada        |
| 1032 -  | Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.  | Gerenciar ações                      |
| 1032 -  | Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.  | Unidade ampliada e reformada         |
| 1033 -  | Aquisição de Veículo<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.   | Aquisição de veículos                |
| 1033 -  | Aquisição de Veículo<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.   | Gerenciar ações                      |
| 2232 -  | Operação e manutenção do Sistema de Abastecimento de Água<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.  | Gerenciar ações                      |
| <b>PROGRAMA: 56 - MELHORIA HABITACIONAL</b>   |  |                                      |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                                      |
| 1050 -  | Construção de Unidades Sanitárias<br>Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais urbana e rural.   | Unidades construídas                 |
| 1052 -  | Construção de Habitações Populares<br>Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais urbana e rural.  | Unidades construídas e reconstruídas |
| 2050 -  | Melhoria Habitacional<br>Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais urbana e rural.   | Desenvolver ações                    |
| 2050 -  | Melhoria Habitacional<br>Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais urbana e rural.   | Unidades reformadas                  |
| 2305 -  | Melhoria Habitacional<br>Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais urbana e rural.   | Gerenciar ações                      |
| 2310 -  | Melhoria Habitacional  | Gerenciar ações                      |




**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código  | Descrição   | Produto                                 |
|---|---|---|
| <b>PROGRAMA:</b> 56 - MELHORIA HABITACIONAL                   |   |   |
| <b>AÇÕES</b>  |   |   |
|   | Elevar a qualidade de vida da população de baixa renda do município, através de implantação de melhorias residenciais urbana e rural.   |   |
| <b>PROGRAMA:</b> 58 - SANEAMENTO GERAL                        |   |   |
| <b>AÇÕES</b>  |   |   |
| 1068 -  | Construção de Aterro Sanitário<br>Implantação e manutenção de um conjunto de ações integradas contemplando o sistema de redes de esgoto, água e aterro sanitário visando elevar a qualidade de vida da população.   | Unidade Construída                      |
| <b>PROGRAMA:</b> 60 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL |   |   |
| <b>AÇÕES</b>  |   |   |
| 2060 -  | Implantação do Centro de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais<br>Promover orientação técnico agrícola em cooperação com órgãos e entidades de outras esferas do governo.  | Desenvolver ações                       |
| 2060 -  | Implantação do Centro de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais<br>Promover orientação técnico agrícola em cooperação com órgãos e entidades de outras esferas do governo.  | Unidade implantada                      |
| 2061 -  | Manutenção do Apoio as Associações de Produtores Rurais<br>Incentivar a participação dos mini e pequenos produtores através de associações para implantação de ações, visando a melhoria da produtividade agropecuária, hortifrutigrangeiros e projeto de irrigação.                        | Desenvolver ações                       |
| 2319 -  | Gestão do F. Municipal de Apoio a Agricul. Familiar - FUMAF<br>Promover orientação técnico agrícola em cooperação com órgãos e entidades de outras esferas do governo.  |   |
| 2320 -  | Manutenção do Conselho Mun. de Desen. Sustentável - CMDS<br>Promover articulação com entidades de créditos, visando o beneficiamento da agricultura regional; Dar apoio técnico a entidades e eventos destinados a estimular a agricultura no município entre outras atividades correlatas. |   |
| 2321 -  | Recuperação, Limpeza de Aguadas e Preparação do Solo<br>Promover orientação técnico agrícola em cooperação com órgãos e entidades de outras esferas do governo.   |   |
| <b>PROGRAMA:</b> 70 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO |   |   |
| <b>AÇÕES</b>  |   |   |
| 1026 -  | Construção, ampliação e reforma de Mercados, Feiras e Matadouros<br>Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas, contemplando mercados, feiras, matadouros, açudes, barragens e poços artesianos                           | Unidades construídas e ampliadas        |
| 1059 -  | Aquisição de Implementos Agrícolas<br>Implantação de ação visando a expansão do comércio e serviços no município.   | Aquisição de implementos agrícolas      |
| 1059 -  | Aquisição de Implementos Agrícolas<br>Implantação de ação visando a expansão do comércio e serviços no município.   | Trator Agrícola com implementos(roçadei |
| 2057 -  | Manutenção de Mercados, Feiras e Matadouros<br>Elevar a qualidade de vida da população do município através da implantação e manutenção de ações integradas, contemplando mercados,   | Gerenciar ações                         |





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115  
CENTRO  
COCOS - BA  
CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021**  
**Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código  | Descrição  | Produto                      |
|---|--|------------------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 70 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO |  |                              |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                              |
|   | feiras, matadouros, açudes, barragens e poços artesianos   |                              |
| <b>PROGRAMA:</b> 71 - MELHORIA DOS RECURSOS HÍDRICOS          |  |                              |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                              |
| 1063 -  | Construção de Cisternas para Captação de Águas das Chuvas<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.  | Cisternas Construídas        |
| 1063 -  | Construção de Cisternas para Captação de Águas das Chuvas<br>Promover ações de saneamento básico e fornecimento de água a população em geral.  | Unidades construídas         |
| <b>PROGRAMA:</b> 75 - INCENTIVO A PEQUENAS INDUSTRIAIS        |  |                              |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                              |
| 1057 -  | Construção de Agroindústria na sede<br>Implantação de ação visando a expansão do comércio e serviços no município.   | Unidade construída           |
| 1069 -  | Construção de Pequenas Indústrias<br>Implantação de ação visando a expansão do comércio e serviços no município.   | Unidades Construídas         |
| <b>PROGRAMA:</b> 80 - PROMOÇÃO AGROPECUÁRIA REGIONAL          |  |                              |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                              |
| 1060 -  | Construção de Centro de exposição Agropecuária<br>Implantação de ação visando a expansão do comércio e serviços no município.  | Desenvolver ações            |
| 1060 -  | Construção de Centro de exposição Agropecuária<br>Implantação de ação visando a expansão do comércio e serviços no município.  | Unidade construída           |
| <b>PROGRAMA:</b> 81 - COMERCIALIZAÇÃO                         |  |                              |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                              |
| 1061 -  | Construção de um Tattersal para Leilão de animais<br>Implantação de ação visando a expansão do comércio e serviços no município.   | Unidade construídas          |
| <b>PROGRAMA:</b> 91 - MELHORIA DA REDE RODOVIÁRIA             |  |                              |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                              |
| 2038 -  | Manutenção do Depart. de Transportes, Estradas e Rodagens<br>Planejar, elaborar e implementar a política de transportes, sistema viário e trânsito; Coordenar as ações de fiscalização referente ao transporte, sistema viário e trânsito; Prover o município de transporte público prestando-o sistema viário e trânsito. | Desenvolver ações            |
| <b>PROGRAMA:</b> 96 - INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR             |  |                              |
| <b>AÇÕES</b>  |  |                              |
| 1015 -  | Ampliação e Reforma de Estádio e Campo de Futebol<br>Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes e expressões artístico-culturais, democratizando o acesso das comunidades aos   | Unidade ampliada e reformada |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

**Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021  
Prioridades e Metas - Objetivos**

| Código  | Descrição  | Produto                 |
|---|--|-------------------------|
| <b>PROGRAMA:</b> 96 - INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR |  |                         |
| <b>AÇÕES</b>                                      |  |                         |
|   | serviços e meios de Produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática  |                         |
| 1015 -  | Ampliação e Reforma de Estádio e Campo de Futebol<br>Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes e expressões artístico-culturais, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de Produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática                     | Unidades construídas    |
| 1035 -  | Construção e Reforma de Quadras e Ginásio Poliesportivo<br>Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes e expressões artístico-culturais, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de Produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática               | Unidades construídas    |
| 2020 -  | Manutenção e Reforma de Quadra, Praças de Esportes e Campo de Futebol<br>Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes e expressões artístico-culturais, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de Produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática | Desenvolver ações       |
| 2020 -  | Manutenção e Reforma de Quadra, Praças de Esportes e Campo de Futebol<br>Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes e expressões artístico-culturais, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de Produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática | Gerenciar ações         |
| 2044 -  | Manutenção do Desporto Amador<br>Desenvolver ações visando a criação e difusão de esportes e expressões artístico-culturais, democratizando o acesso das comunidades aos serviços e meios de Produção cultural, aos espaços desportivos e de lazer, proporcionando a inclusão social e a prática   | Desenvolver ações       |
| <b>PROGRAMA:</b> 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA    |  |                         |
| <b>AÇÕES</b>                                      |  |                         |
| 9999 -  | Reserva de Contingência<br>Reserva de Contingência   | Reserva de contingência |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔCOS-BA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2021**

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES   |                   | PROVIDÊNCIAS  |                   |
|---|-------------------|---|-------------------|
| Descrição   | Valor             | Descrição   | Valor             |
| Demandas Judiciais:<br>Possíveis Ações Judiciais.                             | 160.470,00        | Abertura de crédito adicional a partir do remanejamento da reserva de contingência. | 229.220,00        |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento   |                   |   |                   |
| Avais e Garantias Concedidas  |                   |   |                   |
| Assunção de Passivos  |                   |   |                   |
| Assistências Diversas:<br>Assistência devida a estiagem prolongada se houver. | 68.750,00         |   |                   |
| Outros Passivos Contingentes  |                   |   |                   |
| <b>SUBTOTAL</b>   | <b>229.220,00</b> | <b>SUBTOTAL</b>   | <b>229.220,00</b> |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS  |                   | PROVIDÊNCIAS  |                   |
|---|-------------------|---|-------------------|
| Descrição   | Valor             | Descrição   | Valor             |
| Frustração de Arrecadação: Em função das incertezas diante do atual cenário econômico, a receita ora projetada poderá sofrer frustrações durante o transcorrer do exercício que se projeta. |                   | Limitação de empenho e movimentação Financeira Conforme Art. 66, do projeto da LDO. |                   |
| Restituição de Tributos a Maior   |                   |   |                   |
| Discrepância de Projeções:  |                   |   |                   |
| Outros Riscos Fiscais   |                   |   |                   |
| <b>SUBTOTAL</b>   | <b>0,00</b>       | <b>SUBTOTAL</b>   | <b>0,00</b>       |
| <b>TOTAL</b>  | <b>229.220,00</b> | <b>TOTAL</b>  | <b>229.220,00</b> |

FONTE:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## ANEXO DE METAS FISCAIS

## METAS ANUAIS

2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                           | 2021               |                 |                     |                     | 2022               |                 |                     |                     | 2023               |                 |                     |                     |
|---|--------------------|-----------------|---------------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|---------------------|--------------------|-----------------|---------------------|---------------------|
|   | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB) x 100 | % RCL (a/RCL) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b/PIB) x 100 | % RCL (b/RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c/PIB) x 100 | % RCL (c/RCL) x 100 |
| Receita Total                           | 82.268.208,00      | 79.180.180,94   | 29,92               | 121,27              | 87.360.610,08      | 84.000.586,62   | 32,22               | 128,77              | 93.641.837,94      | 90.257.193,20   | 34,40               | 138,03              |
| Receitas Primárias (I)                  | 76.340.636,00      | 73.475.106,83   | 27,77               | 112,53              | 81.066.121,37      | 77.948.193,63   | 29,90               | 119,50              | 86.894.775,49      | 83.754.000,47   | 31,92               | 128,09              |
| Despesa Total                           | 82.268.208,00      | 79.180.180,94   | 29,92               | 121,27              | 87.360.610,08      | 84.000.586,61   | 32,22               | 121,27              | 93.641.837,94      | 90.257.193,19   | 34,40               | 128,77              |
| Despesas Primárias (II)                 | 81.808.527,70      | 78.737.755,25   | 29,75               | 120,59              | 86.872.475,56      | 83.531.226,50   | 32,04               | 120,59              | 93.118.606,56      | 89.752.873,79   | 34,21               | 128,05              |
| Resultado Primário (III) = (I-II)       | (5.467.891,70)     | (5.262.648,41)  | (1,99)              | (8,06)              | (5.806.354,20)     | (5.583.032,88)  | (2,14)              | (8,06)              | (6.223.831,06)     | (5.998.873,31)  | (2,29)              | (8,56)              |
| Resultado Nominal                       | 669.005,22         | 643.893,38      | 0,24                | 0,99                | 825.185,09         | 793.447,20      | 0,30                | 1,22                | 761.495,60         | 733.971,67      | 0,28                | 1,12                |
| Dívida Pública Consolidada              | 15.592.811,75      | 15.007.518,53   | 5,67                | 22,98               | 16.713.934,92      | 16.071.091,27   | 6,16                | 24,64               | 17.748.527,49      | 17.107.014,45   | 6,52                | 26,16               |
| Dívida Consolidada Líquida              | 11.476.844,05      | 11.046.048,17   | 4,17                | 16,92               | 12.302.029,13      | 11.828.874,17   | 4,54                | 18,13               | 13.063.524,74      | 12.591.349,14   | 4,80                | 19,26               |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | 0,00               | 0,00            |                     |                     | 0,00               | 0,00            |                     |                     | 0,00               | 0,00            |                     |                     |
| Despesas Primárias geradas por PPP (V)  | 0,00               | 0,00            |                     |                     | 0,00               | 0,00            |                     |                     | 0,00               | 0,00            |                     |                     |
| Impacto do Saldo das PPP (VI)=(IV-V)    | 0,00               | 0,00            |                     |                     | 0,00               | 0,00            |                     |                     | 0,00               | 0,00            |                     |                     |

FONTE:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2021**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO                     | Metas Previstas em |        |        | Metas Realizadas em |        |        | Variação        |             |
|-----------------------------------|--------------------|--------|--------|---------------------|--------|--------|-----------------|-------------|
|                                   | 2019               | % PIB  | % RCL  | 2019                | % PIB  | % RCL  | Valor           | %           |
|                                   | (a)                |        |        | (b)                 |        |        | (c) = (b-a)     | (c/a) x 100 |
| Receita Total                     | 74.662.674,00      | 27,16  | 126,91 | 58.923.165,46       | 21,43  | 100,16 | (15.739.508,54) | (21,08)     |
| Receitas Primárias (I)            | 70.008.535,00      | 25,46  | 119,00 | 58.865.052,34       | 21,41  | 100,06 | (11.143.482,66) | (15,92)     |
| Despesa Total                     | 74.662.674,00      | 27,16  | 126,91 | 56.037.673,65       | 20,38  | 95,25  | (18.625.000,35) | (24,95)     |
| Despesas Primárias (II)           | 74.150.674,00      | 26,97  | 126,04 | 55.675.631,70       | 20,25  | 94,64  | (18.475.042,30) | (24,92)     |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | (4.142.139,00)     | (1,51) | (7,04) | 3.189.420,64        | 1,16   | 5,42   | 7.331.559,64    | (177,00)    |
| Resultado Nominal                 | (2.244.550,85)     | (0,82) | (3,82) | (2.244.550,85)      | (0,82) | (3,82) | 0,00            | 0,00        |
| Dívida Pública Consolidada        | 13.959.387,40      | 5,08   | 23,73  | 13.959.387,40       | 5,08   | 23,73  | 0,00            | 0,00        |
| Dívida Consolidada Líquida        | 10.274.587,72      | 3,74   | 17,46  | 10.274.587,72       | 3,74   | 17,46  | 0,00            | 0,00        |

FONTE:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2021

AMF - Demonstrativo III(LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

| ESPECIFICAÇÃO                     | VALORES A PREÇOS CORRENTES |                |            |                |          |                |       |                |       |                |        |  |
|-----------------------------------|----------------------------|----------------|------------|----------------|----------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|--------|--|
|                                   | 2018                       | 2019           | %          | 2020           | %        | 2021           | %     | 2022           | %     | 2023           | %      |  |
| Receita Total                     | 52.896.778,88              | 58.923.165,46  | 11,39      | 78.209.151,00  | 32,73    | 82.268.208,00  | 5,19  | 87.360.610,08  | 6,19  | 93.641.837,94  | 7,19   |  |
| Receitas Primárias (I)            | 52.843.594,50              | 58.865.052,34  | 11,39      | 72.574.039,00  | 23,29    | 76.340.636,00  | 5,19  | 81.066.121,37  | 6,19  | 86.894.775,49  | 7,19   |  |
| Despesa Total                     | 53.488.602,84              | 56.037.673,65  | 4,77       | 78.209.151,00  | 39,57    | 82.268.208,00  | 5,19  | 87.360.610,08  | 6,19  | 93.641.837,94  | 7,19   |  |
| Despesas Primárias (II)           | 53.173.442,53              | 55.675.631,70  | 4,71       | 77.772.151,00  | 39,69    | 81.808.527,70  | 5,19  | 86.872.475,56  | 6,19  | 93.118.606,56  | 7,19   |  |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | (329.848,03)               | 3.189.420,64   | (1.066,94) | (5.198.112,00) | (262,98) | (5.467.891,70) | 5,19  | (5.806.354,19) | 6,19  | (6.223.831,05) | 7,19   |  |
| Resultado Nominal                 | (848.905,32)               | (2.244.550,85) | 164,41     | 533.251,10     | (123,76) | 669.005,22     | 25,46 | 825.185,09     | 23,35 | 761.495,60     | (7,72) |  |
| Dívida Pública Consolidada        | 13.779.703,12              | 13.959.387,40  | 1,30       | 14.683.879,61  | 5,19     | 15.592.811,75  | 6,19  | 16.713.934,92  | 7,19  | 17.748.527,49  | 6,19   |  |
| Dívida Consolidada Líquida        | 12.519.138,57              | 10.274.587,72  | (17,93)    | 10.807.838,82  | 5,19     | 11.476.844,05  | 6,19  | 12.302.029,13  | 7,19  | 13.063.524,74  | 6,19   |  |

| ESPECIFICAÇÃO                     | VALORES A PREÇOS CONSTANTES |                |            |                |          |                |       |                |       |                |        |  |
|-----------------------------------|-----------------------------|----------------|------------|----------------|----------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|--------|--|
|                                   | 2018                        | 2019           | %          | 2020           | %        | 2021           | %     | 2022           | %     | 2023           | %      |  |
| Receita Total                     | 49.631.055,43               | 53.706.418,30  | 8,21       | 68.635.590,33  | 27,80    | 79.180.180,94  | 15,36 | 84.000.586,62  | 6,09  | 90.257.193,20  | 7,45   |  |
| Receitas Primárias (I)            | 49.581.154,53               | 53.653.450,21  | 8,21       | 63.690.270,84  | 18,71    | 73.475.106,83  | 15,36 | 77.948.193,63  | 6,09  | 83.754.000,47  | 7,45   |  |
| Despesa Total                     | 50.186.341,57               | 51.076.392,76  | 1,77       | 68.635.590,33  | 34,38    | 79.180.180,94  | 15,36 | 84.000.586,62  | 6,09  | 90.257.193,20  | 7,45   |  |
| Despesas Primárias (II)           | 49.890.638,52               | 50.746.404,10  | 1,72       | 68.252.083,38  | 34,50    | 78.737.755,25  | 15,36 | 83.531.226,50  | 6,09  | 89.752.873,79  | 7,45   |  |
| Resultado Primário (III) = (I-II) | (309.483,98)                | 2.907.046,11   | (1.039,32) | (4.561.812,54) | (256,92) | (5.262.648,41) | 15,36 | (5.583.032,88) | 6,09  | (5.998.873,30) | 7,45   |  |
| Resultado Nominal                 | (796.495,89)                | (2.045.830,12) | 156,85     | 467.975,98     | (122,87) | 643.893,38     | 37,59 | 793.447,20     | 23,23 | 733.971,66     | (7,50) |  |
| Dívida Pública Consolidada        | 12.928.976,47               | 12.723.496,66  | (1,59)     | 12.886.429,94  | 1,28     | 15.007.518,53  | 16,46 | 16.071.091,27  | 7,09  | 17.107.014,45  | 6,45   |  |
| Dívida Consolidada Líquida        | 11.746.236,23               | 9.364.929,76   | (20,27)    | 9.484.854,24   | 1,28     | 11.046.048,17  | 16,46 | 11.828.874,16  | 7,09  | 12.591.349,15  | 6,45   |  |

FONTE:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔCOS - BA

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

| PATRIMÔNIO LÍQUIDADO | 2019                 | %             | 2018                | %             | 2017                | %             |
|----------------------|----------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| Patrimônio / Capital | 14.049.005,08        | 100,00        | 8.336.034,22        | 100,00        | 6.208.391,25        | 100,00        |
| Reservas             | 0,00                 | 0,00          | 0,00                | 0,00          | 0,00                | 0,00          |
| Resultado Acumulado  | 0,00                 | 0,00          | 0,00                | 0,00          | 0,00                | 0,00          |
| <b>TOTAL</b>         | <b>14.049.005,08</b> | <b>100,00</b> | <b>8.336.034,22</b> | <b>100,00</b> | <b>6.208.391,25</b> | <b>100,00</b> |

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

| PATRIMÔNIO LÍQUIDADO | 2019        | %           | 2018        | %           | 2017        | %           |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Patrimônio / Capital | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Reservas             | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Resultado Acumulado  | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>TOTAL</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

FONTE:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔCOS - BA**  
**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2021**

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

| <u>RECEITAS FISCALIZADAS</u>                       | 2019<br>(a)                         | 2018<br>(b)                         | 2017<br>(c)               |
|--|-------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)      | 0,00                                | 0,00                                | 173.844,76                |
| Alienação de Bens Móveis                           | 0,00                                | 0,00                                | 173.844,76                |
| Alienação de Bens Imóveis                          | 0,00                                | 0,00                                | 0,00                      |
| <u>DEPESAS EXECUTADAS</u>                          | 2018<br>(d)                         | 2017<br>(e)                         | 2016<br>(f)               |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00                                | 0,00                                | 173.844,76                |
| DESPESAS DE CAPITAL                                | 0,00                                | 0,00                                | 173.844,76                |
| Investimentos                                      | 0,00                                | 0,00                                | 173.844,76                |
| Inversões Financeiras                              | 0,00                                | 0,00                                | 0,00                      |
| Amortização da Dívida                              | 0,00                                | 0,00                                | 0,00                      |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS     | 0,00                                | 0,00                                | 0,00                      |
| Regime Geral de Previdência Social                 | 0,00                                | 0,00                                | 0,00                      |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores       | 0,00                                | 0,00                                | 0,00                      |
| <u>SALDO FINANCEIRO</u>                            | 2018<br>(g) = ((Ia - II d) + III h) | 2017<br>(h) = ((Ib - II e) + III i) | 2016<br>(i) = (Ic - II f) |
| VALOR (III)  | 0,00                                | 0,00                                | 0,00                      |

FONTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓCOS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES****PLANO PREVIDENCIÁRIO**

| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>                                 | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> |
|--|-------------|-------------|-------------|
| <b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>  |             |             |             |
| Receita de Contribuições dos Segurados                                 |             |             |             |
| Civil  |             |             |             |
| Ativo  |             |             |             |
| Inativo  |             |             |             |
| Pensionista  |             |             |             |
| Militar  |             |             |             |
| Ativo  |             |             |             |
| Inativo  |             |             |             |
| Pensionista  |             |             |             |
| Receita de Contribuições Patronais                                     |             |             |             |
| Civil  |             |             |             |
| Ativo  | NADA        | A           | REGISTRAR   |
| Inativo  |             |             |             |
| Pensionista  |             |             |             |
| Militar  |             |             |             |
| Ativo  |             |             |             |
| Inativo  |             |             |             |
| Pensionista  |             |             |             |
| Receita Patrimonial  |             |             |             |
| Receitas Imobiliárias  |             |             |             |
| Receitas de Valores Mobiliários  |             |             |             |
| Outras Receitas Patrimoniais   |             |             |             |
| Receita de Serviços  |             |             |             |
| Outras Receitas Correntes  |             |             |             |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS                         |             |             |             |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS        |             |             |             |
| Demais Receitas Correntes  |             |             |             |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>  |             |             |             |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos                                   |             |             |             |
| Amortização de Empréstimos   |             |             |             |
| Outras Receitas de Capital   |             |             |             |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b> |             |             |             |
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>                                 | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> |
| <b>ADMINISTRAÇÃO (V)</b>   |             |             |             |
| Despesas Correntes   |             |             |             |
| Despesas de Capital  |             |             |             |
| <b>PREVIDÊNCIA (VI)</b>  |             |             |             |
| Benefícios - Civil   |             |             |             |
| Aposentadorias   |             |             |             |
| Pensões  |             |             |             |
| Outros Benefícios Previdenciários                                      | NADA        | A           | REGISTRAR   |
| Benefícios - Militar   |             |             |             |
| Reformas   |             |             |             |
| Pensões  |             |             |             |
| Outros Benefícios Previdenciários                                      |             |             |             |
| Outras Despesas Previdenciárias  |             |             |             |



|  |             |             |             |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS                   |             |             |             |
| Demais Despesas Previdenciárias                                  |             |             |             |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)</b>  |             |             |             |
| <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV – VII)<sup>2</sup></b>  |             |             |             |
| <b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS</b>                   | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> |
| VALOR  |             |             |             |
| <b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>                              | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> |
| VALOR  |             |             |             |
| <b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>   | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar         |             |             |             |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos  |             |             |             |
| Outros Aportes para o RPPS                                       |             |             |             |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro                    |             |             |             |
| <b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>                                   | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                                    |             |             |             |
| Investimentos e Aplicações                                       |             |             |             |
| Outro Bens e Direitos  |             |             |             |
| <b>PLANO FINANCEIRO</b>  |             |             |             |
| <b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>                           | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> |
| RECEITAS CORRENTES (IX)  |             |             |             |
| Receita de Contribuições dos Segurados                           |             |             |             |
| Civil  |             |             |             |
| Ativo  |             |             |             |
| Inativo  |             |             |             |
| Pensionista  |             |             |             |
| Militar  |             |             |             |
| Ativo  |             |             |             |
| Inativo  |             |             |             |
| Pensionista  |             |             |             |
| Receita de Contribuições Patronais                               | NADA        | A           | REGISTRAR   |
| Civil  |             |             |             |
| Ativo  |             |             |             |
| Inativo  |             |             |             |
| Pensionista  |             |             |             |
| Militar  |             |             |             |
| Ativo  |             |             |             |
| Inativo  |             |             |             |
| Pensionista  |             |             |             |
| Receita Patrimonial  |             |             |             |
| Receitas Imobiliárias  |             |             |             |
| Receitas de Valores Mobiliários                                  |             |             |             |
| Outras Receitas Patrimoniais                                     |             |             |             |
| Receita de Serviços  |             |             |             |
| Outras Receitas Correntes  |             |             |             |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS                   |             |             |             |
| Demais Receitas Correntes  |             |             |             |
| RECEITAS DE CAPITAL (X)  |             |             |             |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos                             |             |             |             |
| Amortização de Empréstimos                                       |             |             |             |
| Outras Receitas de Capital                                       |             |             |             |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XI) = (IX + X)</b> |             |             |             |
| <b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>                           | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> |
| ADMINISTRAÇÃO (XII)  |             |             |             |



|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| Despesas Correntes  |  |  |  |
| Despesas de Capital   |  |  |  |
| <b>PREVIDÊNCIA (XIII)</b>   |  |  |  |
| Benefícios - Civil  |  |  |  |
| Aposentadorias  |  |  |  |
| Pensões   |  |  |  |
| Outros Benefícios Previdenciários                                   |  |  |  |
| Benefícios - Militar  |  |  |  |
| Reformas  |  |  |  |
| Pensões   |  |  |  |
| Outros Benefícios Previdenciários                                   |  |  |  |
| Outras Despesas Previdenciárias                                     |  |  |  |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS                      |  |  |  |
| Demais Despesas Previdenciárias                                     |  |  |  |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)</b> |  |  |  |

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| <b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)<sup>2</sup></b> |  |  |  |
|---|--|--|--|

|   |             |             |             |
|---|-------------|-------------|-------------|
| <b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras |             |             |             |
| Recursos para Formação de Reserva                     |             |             |             |

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

| <b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b> |                                 |                                 |                                       |
|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| <b>EXERCÍCIO</b>            | <b>Receitas Previdenciárias</b> | <b>Resultado Previdenciário</b> | <b>Saldo Financeiro do Exercício</b>  |
|                             | <b>(a)</b>                      | <b>(c) = (a-b)</b>              | <b>(d) = (d Exercício Anterior) +</b> |
|                             |                                 |                                 |                                       |

| <b>PLANO FINANCEIRO</b> |                                 |                                 |                                       |
|-------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| <b>EXERCÍCIO</b>        | <b>Receitas Previdenciárias</b> | <b>Resultado Previdenciário</b> | <b>Saldo Financeiro do Exercício</b>  |
|                         | <b>(a)</b>                      | <b>(c) = (a-b)</b>              | <b>(d) = (d Exercício Anterior) +</b> |
|                         |                                 |                                 |                                       |

FONTE: LDO 2020

Lei Complementar nº 101/00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔCOS - BA  
**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
 2021

AMF – Tabela 7(LRF, art4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

| TRIBUTOS                | MODALIDADE | SETOR/<br>PROGRAMA/<br>BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA |      |      | COMPENSAÇÃO |
|-------------------------|------------|-------------------------------------|------------------------------|------|------|-------------|
|                         |            |                                     | 2021                         | 2022 | 2023 |             |
| <b>NADA A REGISTRAR</b> |            |                                     |                              |      |      |             |
| TOTAL                   |            |                                     | 0,00                         | 0,00 | 0,00 | -           |

FONTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔCOS - BA  
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2021

AMF – Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

| <u>EVENTOS</u>                                    | Valor Previsto para 2021 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente da Receita                     | 4.059.057,00             |
| (-) Transferências Constitucionais                |                          |
| (-) Transferências ao FUNDEB                      | 886.163,00               |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)  | 3.172.894,00             |
| Redução Permanente de Despesa (II)                |                          |
| Margem Bruta (III) = (I+II)                       | 3.172.894,00             |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)              |                          |
| Novas DOCC  |                          |
| Novas DOCC geradas por PPP                        |                          |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 3.172.894,00             |

FONTE:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14222012000175

## RELATÓRIO DE METAS FISCAIS

## CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL PARA A LDO DE 2021

| Valores Correntes<br>DISCRIMINAÇÃO (HISTÓRICO) | EXECUTADO            |                       |                      |                      | PREVISTO             |                       |                       |                       |
|--|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|  | 2016                 | 2017                  | 2018                 | 2019                 | 2020                 | 2021                  | 2022                  | 2023                  |
| Receita Total                                  |                      | 48.160.429,49         | 52.896.778,88        | 58.923.165,46        | 78.209.151,00        | 82.268.208,00         | 87.360.610,08         | 93.641.837,94         |
| Deduções (Receita não Fiscal)                  |                      | 377.443,95            | 53.184,38            | 58.113,12            | 272.116,00           | 5.927.572,00          | 6.294.488,71          | 6.747.062,44          |
| Receita Fiscal                                 |                      | 47.782.985,54         | 52.843.594,50        | 58.865.052,34        | 77.937.035,00        | 76.340.636,00         | 81.066.121,37         | 86.894.775,49         |
| Despesa Total                                  |                      | 52.555.204,11         | 53.488.602,84        | 56.037.673,65        | 78.209.151,00        | 82.268.208,00         | 87.360.610,08         | 93.641.837,94         |
| Deduções (Despesa não Fiscal)                  |                      | 429.923,63            | 315.160,31           | 362.041,95           | 437.000,00           | 459.680,30            | 488.134,51            | 523.231,38            |
| Despesa Fiscal                                 |                      | 52.125.280,48         | 53.173.442,53        | 55.675.631,70        | 77.772.151,00        | 81.808.527,70         | 86.872.475,56         | 93.118.606,56         |
| <b>Resultado Primário</b>                      |                      | <b>(4.342.294,94)</b> | <b>(329.848,03)</b>  | <b>3.189.420,64</b>  | <b>164.884,00</b>    | <b>(5.467.891,70)</b> | <b>(5.806.354,20)</b> | <b>(6.223.831,06)</b> |
| Dívida Consolidada                             | 14.629.095,58        | 14.688.668,43         | 13.779.703,12        | 13.959.387,40        | 14.683.879,61        | 15.592.811,75         | 16.713.934,92         | 17.748.527,49         |
| Deduções (Disponibilidade)                     | 2.073.759,68         | 1.320.624,54          | 1.260.564,55         | 3.684.799,68         | 3.876.040,78         | 4.115.967,71          | 4.411.905,79          | 4.685.002,75          |
| Dívida Consolidada Líquida                     | <b>12.555.335,90</b> | <b>13.368.043,89</b>  | <b>12.519.138,57</b> | <b>10.274.587,72</b> | <b>10.807.838,82</b> | <b>11.476.844,05</b>  | <b>12.302.029,13</b>  | <b>13.063.524,74</b>  |
| <b>Resultado Nominal</b>                       | -                    | <b>812.707,99</b>     | <b>-848.905,32</b>   | <b>-2.244.550,85</b> | <b>533.251,10</b>    | <b>669.005,22</b>     | <b>825.185,09</b>     | <b>761.495,60</b>     |

## Resultado Primário para o Exercício de 2021

| 1º Bimestre           | 2º Bimestre           | 3º Bimestre           | 4º Bimestre           | 5º Bimestre           | 6º Bimestre           |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| -898.374,61           | -826.745,22           | -921.339,75           | -913.137,91           | -895.093,87           | -1.013.200,33         |
| <b>Até o Bimestre</b> |
| <b>-898.374,61</b>    | <b>-1.725.119,83</b>  | <b>-2.646.459,58</b>  | <b>-3.559.597,50</b>  | <b>-4.454.691,37</b>  | <b>-5.467.891,70</b>  |

## Resultado Nominal para o Exercício de 2021

| 1º Bimestre           | 2º Bimestre           | 3º Bimestre           | 4º Bimestre           | 5º Bimestre           | 6º Bimestre           |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 109.917,56            | 101.153,59            | 112.727,38            | 111.723,87            | 109.516,15            | 123.966,67            |
| <b>Até o Bimestre</b> |
| <b>109.917,56</b>     | <b>211.071,15</b>     | <b>323.798,53</b>     | <b>435.522,40</b>     | <b>545.038,56</b>     | <b>669.005,22</b>     |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14.222.012/0001-75

Decreto Nº 028A

04/05/2020

Abre Crédito Suplementar no valor total de 754.496,98 (Setecentos e Cinquenta e Quatro Mil e Quatrocentos e Noventa e Seis Reais e Noventa e Oito Centavos), para fins que se especifica e dá outras providências.

O(A) PREFEITO(A), no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei municipal 733 de 6 de dezembro de 2019.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto Crédito Suplementar, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

**Dotações Suplementadas**

|                   |   |   |                   |
|-------------------|---|---|-------------------|
| <b>0202000</b>    | <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>              |   |                   |
| 2006              | Manutenção da Secretaria de Administração                 |   |                   |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica               | 00-Recursos Ordinários                    | 47.799,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>47.799,00</b>  |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>               | <b>47.799,00</b>  |
| <b>0204000</b>    | <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>                   |   |                   |
| 2017              | Manutenção do Ensino Básico                               |   |                   |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica               | 01-R.Im.Tr.Educação-25%                   | 33.967,00         |
| . .3.3.91.39.00.0 | Outros SERV de TERC - Pessoa Jurídica                     | 01-R.Im.Tr.Educação-25%                   | 3.043,00          |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>37.010,00</b>  |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>               | <b>37.010,00</b>  |
| <b>0205000</b>    | <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>                           |   |                   |
| 2032              | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde                    |   |                   |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo                                       | 02-R.Im.Tr.Saúde-15%                      | 17.196,00         |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica               | 02-R.Im.Tr.Saúde-15%                      | 34.842,98         |
| . .3.3.90.93.00.0 | Indenizações e REST                                       | 02-R.Im.Tr.Saúde-15%                      | 3.380,00          |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>55.418,98</b>  |
| 2075              | Gestão de Ações Hospitalar e Ambulatorial                 |   |                   |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo                                       | 14-SUS                                    | 88.537,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>88.537,00</b>  |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>               | <b>143.955,98</b> |
| <b>0206000</b>    | <b>GERENC.DAS AÇÕES DA SECRET.MUNIC.DE INFRAESTRUTURA</b> |   |                   |
| 2038              | Manutenção do Depart. de Transportes, Estradas e Rodagens |   |                   |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo                                       | 16-CIDE                                   | 11.622,00         |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo                                       | 00-Recursos Ordinários                    | 302.340,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>313.962,00</b> |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>               | <b>313.962,00</b> |
| <b>0207000</b>    | <b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>              |   |                   |
| 2235              | Bloco da Proteção Social Básica                           |   |                   |
| . .3.1.90.11.00.0 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.            | 29-Transf.FNAS                            | 35.000,00         |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo                                       | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 10.000,00         |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo                                       | 29-Transf.FNAS                            | 15.130,00         |
| . .3.3.90.36.00.0 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física              | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 26.800,00         |
| . .3.3.90.36.00.0 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física              | 29-Transf.FNAS                            | 78.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>164.930,00</b> |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14.222.012/0001-75

**Dotações Suplementadas****0207000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

|                   |   |   |                 |
|-------------------|---|---|-----------------|
| 2316              | Bloco da Proteção Social Especial           |   |                 |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 3.000,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>3.000,00</b> |

|                   |                                  |   |                   |
|-------------------|----------------------------------|---|-------------------|
| 2326              | Manutenção do Abrigo Santa Luzia |   |                   |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo              | 00-Recursos Ordinários - FMS            | 276,00            |
|                   |                                  | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>276,00</b>     |
|                   |                                  | <b>Total da Unidade R\$</b>             | <b>168.206,00</b> |

**0209000 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

|                   |   |   |               |
|-------------------|---|---|---------------|
| 2062              | Manutenção da Secretaria Municipal do Meio Ambiente |   |               |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica         | 00-Recursos Ordinários                  | 984,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>984,00</b> |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>             | <b>984,00</b> |

**0211000 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

|                   |   |   |                  |
|-------------------|---|---|------------------|
| 2231              | Manutenção dos Serviços Administrativos- SAAE |   |                  |
| . .3.3.90.35.00.0 | Serviços de Consultoria                       | 50-R.Pr.Ent.Adm.Indireta                | 12.580,00        |
| . .3.3.90.36.00.0 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  | 50-R.Pr.Ent.Adm.Indireta                | 10.000,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>22.580,00</b> |

|                   |   |   |                   |
|-------------------|---|---|-------------------|
| 2232              | Operação e manutenção do Sistema de Abastecimento de Água |   |                   |
| . .3.3.90.36.00.0 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física              | 50-R.Pr.Ent.Adm.Indireta                | 20.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>20.000,00</b>  |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>             | <b>42.580,00</b>  |
|                   |   | <b>Valor Total Suplementado R\$</b>     | <b>754.496,98</b> |

Artigo 2º - As despesas decorrentes da abertura do presente crédito suplementar, serão cobertas com recursos de que trata o Artigo 43 parágrafo 1º da Lei Federal Nº 4.320/64, Inciso III.

Inciso: III - Suplementação por anulação de crédito R\$754.496,98

**Dotações Anuladas****0201000 GABINETE DO PREFEITO**

|                   |   |   |                  |
|-------------------|---|---|------------------|
| 2003              | Manutenção do Gabinete do Prefeito          |   |                  |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica | 00-Recursos Ordinários                  | 20.000,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>20.000,00</b> |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>             | <b>20.000,00</b> |

**0202000 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

|                   |   |   |                  |
|-------------------|---|---|------------------|
| 2006              | Manutenção da Secretaria de Administração |   |                  |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo                       | 00-Recursos Ordinários                  | 20.000,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>20.000,00</b> |
| 2009              | Manutenção da Ordem Pública               |   |                  |
| . .4.4.90.52.00.0 | Equipamentos e Material Permanente        | 00-Recursos Ordinários                  | 20.000,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>20.000,00</b> |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14.222.012/0001-75

**Dotações Anuladas**

|                   |   |   |                   |
|-------------------|---|---|-------------------|
| <b>0202000</b>    | <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>              |   |                   |
| 2019              | Comemoração de Festividades                               |   |                   |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica               | 00-Recursos Ordinários                  | 150.000,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>150.000,00</b> |
| 2048              | Manutenção do Conselho Tutelar                            |   |                   |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica               | 00-Recursos Ordinários                  | 20.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>20.000,00</b>  |
| 2314              | Gestão Munic. dos Direitos da Criança e do Adolescente    |   |                   |
| . .3.1.90.04.00.0 | Contratação por Tempo Determinado                         | 00-Recursos Ordinários                  | 30.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>30.000,00</b>  |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>             | <b>240.000,00</b> |
| <b>0203000</b>    | <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS</b>                   |   |                   |
| 2011              | Manutenção da Contabilidade                               |   |                   |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica               | 00-Recursos Ordinários                  | 15.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>15.000,00</b>  |
| 2014              | Amortização da dívida Contratada                          |   |                   |
| . .4.6.90.71.00.0 | Principal da Dívida CONTR Resgatado                       | 00-Recursos Ordinários                  | 50.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>50.000,00</b>  |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>             | <b>65.000,00</b>  |
| <b>0204000</b>    | <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>                   |   |                   |
| 1006              | Construção de Prédios Escolares na sede e zona rural      |   |                   |
| . .4.4.90.51.00.0 | Obras e Instalações                                       | 00-Recursos Ordinários                  | 10.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>10.000,00</b>  |
| 1013              | Construção, Ampliação e Reforma de Creche                 |   |                   |
| . .4.4.90.51.00.0 | Obras e Instalações                                       | 00-Recursos Ordinários                  | 16.123,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>16.123,00</b>  |
| 2017              | Manutenção do Ensino Básico                               |   |                   |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo                                       | 01-R.Im.Tr.Educação-25%                 | 37.010,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>37.010,00</b>  |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>             | <b>63.133,00</b>  |
| <b>0205000</b>    | <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>                           |   |                   |
| 1019              | Aquisição de Equipamentos para o Setor de Saúde           |   |                   |
| . .4.4.90.52.00.0 | Equipamentos e Material Permanente                        | 14-SUS                                  | 50.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>50.000,00</b>  |
| 2027              | Gestão das Ações de Atenção Básica a Saúde                |   |                   |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica               | 14-SUS                                  | 38.537,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>38.537,00</b>  |
| 2032              | Manutenção do Fundo Municipal de Saúde                    |   |                   |
| . .3.3.90.14.00.0 | Diárias - Civil   | 02-R.Im.Tr.Saúde-15%                    | 29.442,00         |
| . .4.4.90.52.00.0 | Equipamentos e Material Permanente                        | 02-R.Im.Tr.Saúde-15%                    | 10.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>39.442,00</b>  |
| 2035              | Gestão das Ações de Vigilância em Saúde                   |   |                   |
| . .3.3.90.33.00.0 | Passagens e Despesas com Locomoção                        | 02-R.Im.Tr.Saúde-15%                    | 15.976,98         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>15.976,98</b>  |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>             | <b>143.955,98</b> |
| <b>0206000</b>    | <b>GERENC.DAS AÇÕES DA SECRET.MUNIC.DE INFRAESTRUTURA</b> |   |                   |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14.222.012/0001-75

**Dotações Anuladas**

|                   |   |   |                  |
|-------------------|---|---|------------------|
| <b>0206000</b>    | <b>GERENC.DAS AÇÕES DA SECRET.MUNIC.DE INFRAESTRUTURA</b>       |   |                  |
| 2037              | Manutenção do Departamento de Obras, Urbanismo e Serv. Públicos |   |                  |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica                     | 16-CIDE                                   | 11.622,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>11.622,00</b> |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>               | <b>11.622,00</b> |
| <b>0207000</b>    | <b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>                    |   |                  |
| 2047              | Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social             |   |                  |
| . .3.3.90.35.00.0 | Serviços de Consultoria   | 00-Recursos Ordinários - FMAS             | 276,00           |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>276,00</b>    |
| 2053              | Benefícios Eventuais  |   |                  |
| . .3.3.90.32.00.0 | Material de Distribuição gratuita                               | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 500,00           |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica                     | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 2.500,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>3.000,00</b>  |
| 2072              | Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)   |   |                  |
| . .3.1.90.04.00.0 | Contratação por Tempo Determinado                               | 29-Transf.FNAS                            | 2.500,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>2.500,00</b>  |
| 2073              | Gestão do Suas - IGDSUAS  |   |                  |
| . .4.4.90.52.00.0 | Equipamentos e Material Permanente                              | 29-Transf.FNAS                            | 5.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>5.000,00</b>  |
| 2235              | Bloco da Proteção Social Básica                                 |   |                  |
| . .3.1.90.04.00.0 | Contratação por Tempo Determinado                               | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 1.500,00         |
| . .3.1.90.04.00.0 | Contratação por Tempo Determinado                               | 29-Transf.FNAS                            | 10.000,00        |
| . .3.3.90.14.00.0 | Diárias - Civil   | 29-Transf.FNAS                            | 5.000,00         |
| . .3.3.90.34.00.0 | Outras Despesas de Pessoal Cont. Terceirização                  | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 1.000,00         |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica                     | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 12.000,00        |
| . .4.4.90.52.00.0 | Equipamentos e Material Permanente                              | 29-Transf.FNAS                            | 15.000,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>44.500,00</b> |
| 2298              | Outros Programas de Serviços de Assistência Social              |   |                  |
| . .3.3.90.14.00.0 | Diárias - Civil   | 29-Transf.FNAS                            | 2.500,00         |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo   | 29-Transf.FNAS                            | 5.000,00         |
| . .3.3.90.33.00.0 | Passagens e Despesas com Locomoção                              | 29-Transf.FNAS                            | 5.000,00         |
| . .3.3.90.34.00.0 | Outras Despesas de Pessoal Cont. Terceirização                  | 29-Transf.FNAS                            | 9.000,00         |
| . .3.3.90.35.00.0 | Serviços de Consultoria   | 29-Transf.FNAS                            | 9.000,00         |
| . .3.3.90.36.00.0 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física                    | 29-Transf.FNAS                            | 18.000,00        |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica                     | 29-Transf.FNAS                            | 22.000,00        |
| . .4.4.90.52.00.0 | Equipamentos e Material Permanente                              | 29-Transf.FNAS                            | 10.000,00        |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>80.500,00</b> |
| 2313              | Primeira Infância no SUAS                                       |   |                  |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo   | 29-Transf.FNAS                            | 5.000,00         |
| . .3.3.90.39.00.0 | Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica                     | 29-Transf.FNAS                            | 5.130,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>10.130,00</b> |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS**

RUA PRESIDENTE JUSCELINO, 115

CENTRO

COCOS - BA

CNPJ: 14.222.012/0001-75

**Dotações Anuladas****0207000 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

|                   |  |   |                   |
|-------------------|--|---|-------------------|
| 2316              | Bloco da Proteção Social Especial              |   |                   |
| . .3.1.90.04.00.0 | Contratação por Tempo Determinado              | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 3.000,00          |
| . .3.1.90.11.00.0 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil. | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 8.228,00          |
| . .3.1.90.13.00.0 | Obrigações Patronais                           | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 1.194,00          |
| . .3.3.90.14.00.0 | Diárias - Civil                                | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 1.666,00          |
| . .3.3.90.30.00.0 | Material de Consumo                            | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 4.000,00          |
| . .3.3.90.36.00.0 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física   | 28-Fundo Estadual de Assistencia Social - | 4.212,00          |
|                   |  | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b>   | <b>22.300,00</b>  |
|                   |  | <b>Total da Unidade R\$</b>               | <b>168.206,00</b> |

**0211000 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

|                   |   |   |                   |
|-------------------|---|---|-------------------|
| 1032              | Ampliação, Reforma e Reparcelhamento do Sistema de Água   |   |                   |
| . .4.4.90.51.00.0 | Obras e Instalações                                       | 50-R.Pr.Ent.Adm.Indireta                | 12.580,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>12.580,00</b>  |
| 2232              | Operação e manutenção do Sistema de Abastecimento de Água |   |                   |
| . .3.3.90.34.00.0 | Outras Despesas de Pessoal Cont. Terceirização            | 50-R.Pr.Ent.Adm.Indireta                | 30.000,00         |
|                   |   | <b>Total do Projeto / Atividade R\$</b> | <b>30.000,00</b>  |
|                   |   | <b>Total da Unidade R\$</b>             | <b>42.580,00</b>  |
|                   |   | <b>Valor Total Anulado R\$</b>          | <b>754.496,98</b> |

Artigo 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

COCOS, 04 de maio de 2020

MARCELO DE SOUZA EMERENCIANO

Prefeito

021.272.047-35





Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE COCOS**



## AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 019-2020

O Município de Cocos - Estado da Bahia, torna público que realizará no dia 14/07/2020, às 08h00m na sede da Prefeitura Municipal de Cocos-BA, situada à Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, CEP: 47.680-000, Cocos-Ba, Setor de Licitações, a Licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais Aquisições de Materiais para enfrentamento e combate ao COVID 19 neste Município de Cocos - BA. Maiores informações na sede da Prefeitura, das 07h00min às 12h00min, Ou pelo telefone: (77) 3489-1041. Edital completo encontra-se disponível no Diário Oficial do Município [http://cocos.ba.gov.br/diario\\_oficial](http://cocos.ba.gov.br/diario_oficial).

Cocos - Bahia, 30 de junho de 2020.

Anizio Veiga Filho  
Pregoeiro





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 021-2020**

O Município de Cocos - Estado da Bahia, torna público que realizará no dia 16/07/2020, às 08h00m na sede da Prefeitura Municipal de Cocos-BA, situada à Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, CEP: 47.680-000, Cocos-Ba, Setor de Licitações, a Licitação na modalidade Pregão Presencial. Objeto: Registro de preços para futuros e eventuais fornecimentos de carne bovina, frango e peixe, destinados à merenda escolar e demais secretarias do Município de Cocos-Ba. Maiores informações na sede da Prefeitura, das 07h00min às 12h00min, Ou pelo telefone: (77) 3489-1041. Edital completo encontra-se disponível no Diário Oficial do Município <http://www.cocos.ba.gov.br/>

Cocos - Bahia, 29 de junho de 2020.

Anizio Veiga Filho  
Pregoeiro





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**BAHIA  
Estado da Bahia**MUNICÍPIO DE COCOS****PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020****OBJETO**

Registro de preços para futuras e eventuais Aquisições de Materiais para enfrentamento e combate ao COVID 19 neste Município de Cocos - BA.

**CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Poderão participar da presente licitação empresas do ramo que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

**LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

Data: 14 de julho de 2020

Hora: 08hs00m

Local: Prefeitura Municipal de Cocos

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia

Marcelo de Souza Emerenciano  
Prefeito





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****ÍNDICE**

|     |   |
|-----|---|
| 1.  | Objeto  |
| 2.  | Das Condições de Participação                 |
| 3.  | Do Credenciamento                             |
| 4.  | Da Abertura da Sessão                         |
| 5.  | Da Proposta de Preços                         |
| 6.  | Da Classificação das Propostas                |
| 7.  | Da Formulação dos Lances                      |
| 8.  | Da Aceitação e Julgamento das Propostas       |
| 9.  | Da Habilitação                                |
| 10. | Do Encaminhamento da Proposta Vencedora       |
| 11. | Dos Recursos                                  |
| 12. | Da Adjudicação e Homologação                  |
| 13. | Do Contrato                                   |
| 14. | Da Vigência do Contrato e da Prorrogação      |
| 15. | Das Obrigações da Contratante e da Contratada |
| 16. | Do Pagamento                                  |
| 17. | Da Repactuação                                |
| 18. | Da Dotação Orçamentária                       |
| 19. | Das Infrações e das Sanções Administrativas   |
| 20. | Das Disposições Gerais                        |

**A N E X O S**

|            |  |
|------------|--|
| ANEXO I    | - Termo de Referência  |
| ANEXO II   | - Modelo de Proposta de Preços   |
| ANEXO III  | - Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação |
| ANEXO IV   | - Modelo de Declaração relativa à proibição do trabalho do menor                       |
| ANEXO V    | - Modelo de Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte                      |
| ANEXO VI   | - Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação                    |
| ANEXO VII  | - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta                          |
| ANEXO VIII | - Modelo de Procuração para prática de atos concernentes ao certame                    |
| ANEXO IX   | - Modelo de Declaração de Trabalho Forçado e Degradante                                |
| ANEXO X    | - Minuta de Ata de Registro de Preços  |
| ANEXO XI   | - Minuta do Contrato de fornecimento   |
| ANEXO XII  | - Folha de dados para elaboração do Contrato   |





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## EDITAL

## PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 124-2020**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020**

**TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

O Município de Cocos, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade Pregão, na forma Presencial, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei n.º 10.520, de 2002, à Lei n.º 9.079, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, à Lei Complementar n.º 123/2006 e Alterações, O Decreto Municipal n.º 045/2018 e subsidiariamente à Lei n.º 8.666/1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data de entrega e abertura dos envelopes: **14 de julho de 2020**

Horário: **08hs00m** - horário local

Endereço: Endereço: Rua Presidente Juscelino, 115 - Centro - Cocos - Bahia.

Credenciamento: das **08hs00m às 08hs10m**, incluso neste interstício o prazo para recebimento de propostas retardatárias.

### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto desta licitação é Contratação de empresa para Registro de preços para futuras e eventuais Aquisições de Materiais para enfrentamento e combate ao COVID 19 neste Município de Cocos - BA, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será subdivida em **LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 2. DOS ORGÃOS PARTICIPANTES

**2.1.** O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde.

**2.2.** São participantes os seguintes órgãos:

**2.2.1.** Fundo Municipal de Saúde;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**2.3.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 e aplicando-se, subsidiariamente o Decreto federal nº 4.488/2018.

**2.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.3.3.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**2.3.4.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**2.4.** Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme no Decreto Municipal n.º 045-2018, de 13 de novembro de 2018.

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

**3.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.499, de 2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

**3.3.** Conforme estabelece o art. 49, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, o LOTE, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



(oitenta mil reais), é de exclusiva participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que comprovarem o enquadramento no momento do credenciamento;

**3.4.** O LOTE, que não atender no mínimo 3 (três) propostas válidas, de empresas enquadradas como ME ou EPP, será aberto para participação das empresas normais, a fim de evitar a repetição do certame;

**3.5.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

**3.5.1.** Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial, salvo se comprovar na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

**3.5.2.** Em dissolução ou em liquidação;

**3.5.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 97, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993;

**3.5.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com o Município, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, e decretos regulamentadores;

**3.5.5.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 9º, inciso V, da Lei n.º 9.605, de 1999;

**3.5.6.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**3.5.7.** Que estejam reunidas em consórcio;

**3.5.8.** Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**3.5.9.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**3.5.10.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/1993.

**3.6.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 4. DO CREDENCIAMENTO

**4.1.** O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.

**4.1.1.** O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

**4.2.** Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

**4.2.1.** O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual deve ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

**4.2.2.** O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

**4.3.** Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

**4.4.** Durante o período disposto em epígrafe para o credenciamento, este será considerado para fins de aceitação de licitantes ou envelopes retardatários, ultrapassado este, não serão mais aceitas licitantes ao certame.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

**5.1.1.** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (*conforme modelo anexo*);

**5.1.2.** Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso (*conforme modelo anexo*), sob pena de não usufruir do tratamento





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



diferenciado previsto na e alterações da Lei Complementar n.º 147/2014 e a Lei Complementar n.º 155/2016;

**5.1.2.1.** O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações da Lei Complementar n.º 147/2014 e a Lei Complementar n.º 155/2016, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

**5.1.3. Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, de que trata a Instrução Normativa n.º 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, (*conforme modelo anexo*);

**5.1.4.** Envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020  
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE  
CNPJ N.º XXXX

ENVELOPE N.º 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020  
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE  
CNPJ N.º XXXX

**5.2.** Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até o prazo previsto para o credenciamento.

**5.2.1.** Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em **invólucro único**, endereçado diretamente à Equipe de Pregão Presencial, com a seguinte identificação:

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS  
EQUIPE DE PREGÃO PRESENCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



SESSÃO EM 14/07/2020 ÀS 08HS00M

**5.2.2.** Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

**5.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

## 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**6.1.** A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

**6.1.1.** As características do objeto de forma clara e precisa, as procedências e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

**6.1.2.** Preço unitário, total por lote, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as necessidades constantes do Termo de Referência.

**6.1.2.1.** No preço cotado deverão estar incluídos todos os serviços e insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

**6.1.2.2.** Nos preços propostos serão considerados os valores unitários dos itens e o valor global de cada item com apenas as 02 (duas) casas decimais após a vírgula, caso haja alguma proposta com as 03 (três) casas decimais está última será desconsiderada sem arredondamentos, e o cálculo será refeito para efeitos de proposta.

**6.1.3.** Prazo de entrega de até 05 (cinco) dias corridos após a emissão de cada pedido.

**6.1.4.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

**6.2.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**7.1.** O Pregoeiro examinará as PROPOSTAS sempre levando em conta as exigências fixadas no item 06 deste Edital;

**7.2.** O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

**7.2.1.** Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

**7.3.** Para análise das propostas e a classificação, tendo em vista a quantidade de itens e também de licitantes, caso seja necessário o Pregoeiro poderá suspender a sessão para o ordenamento das mesmas, e será comunicado em momento oportuno o reinício da mesma em data e hora marcada que será publicado do sítio: [www.cocos.ba.gov.br](http://www.cocos.ba.gov.br).

## 8. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

**8.1.** Será desclassificada a PROPOSTA que:

- 8.1.1.** Deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;
- 8.1.2.** Apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- 8.1.3.** Oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- 8.1.4.** APRESENTAR PREÇO (S) MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEL (IS) ; e
- 8.1.5.** Apresentar preço (s) simbólico (s) ou de valor (es) zero.

**8.2.** A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

## 9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

**9.1.** Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

**9.1.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do LOTE.

**9.2.** O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, com **REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE OS LANCES DE 1% (UM POR CENTO)**, aplicável inclusive em relação ao primeiro.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá linearmente em todos os itens do lote;

**9.3.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

**9.4.** Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.204, de 2007.

**9.4.1.** O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

**9.4.2.** As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos.

**9.4.3.** Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

**9.4.4.** Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

**9.4.5.** Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

**9.4.6.** Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

**9.5.** Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, §2º, da Lei n.º 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**9.5.1.** Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

**9.6.** Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**9.7.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**9.8.** O PREGOEIRO pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas demonstrativas) em que incorrerá para o atendimento do objeto do pregão, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.

**9.9. Os licitantes que apresentarem propostas ou lances verbais inferiores a 50%** (cinquenta por cento) dos valores constantes no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) deverão, OBRIGATORIAMENTE, apresentar as planilhas de custos assinada por contador devidamente registro no conselho competente, comprovando a exequibilidade dos preços apresentados, sob pena de sua proposta ou lance não serem aceitos.

**9.9.1.** O pregoeiro analisará a aceitabilidade da planilha de custo a ser apresentada, devendo fundamentar a decisão que a rejeitar.

**9.10.** A não implantação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente, nos termos do item 9, salvo rasuras que não comprometam partes essenciais

## 10. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**10.1.** Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), seção “Despesas - Gastos Diretos do Governo -





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

**10.1.1.** Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§9º-A e 12, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

**10.1.2.** Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar n.º 123 de 2006, com a conseqüente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

**10.2.** Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

**10.3.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.4.** Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**10.4.1.** Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.5.** No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**10.6.** Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 11. DA HABILITAÇÃO

**11.1.** Aceita a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital, podendo esta comprovação se dar, no que couber, por meio de consulta ao CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES, conforme o caso:

**11.1.1.** Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

**11.2.** Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

### 11.2.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

**a. No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b. No caso de sociedade empresária** ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**c. No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**d. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:** certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

**e. No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no País: decreto de autorização;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



g. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as **alterações ou da consolidação respectiva**;

## 11.2.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

b. **Prova de regularidade com a Fazenda Nacional**, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Nacional, conforme unificação prevista na Portaria do Ministério da Fazenda, n.º 359 de 05 de setembro de 2014, que engloba as Certidão Conjunta Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

c. **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d. **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

e. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** - FGTS, mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

f. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa.

g. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais e/ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal e/ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei

**11.2.2.1.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

## 11.2.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**a. Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

**b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

**Observações:** serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**b.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):**

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**b.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; e
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**b.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 - estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":**

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; e
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;  
Sociedade criada no exercício em curso:
- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**b.4.** O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**b.5.** A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta in loco, no caso de empresas inscritas no CFMC:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**b.6.** O licitante que apresentar índices econômicos inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui **patrimônio líquido** equivalente a **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação.

c. Certidão Negativa de Inidôneos, emitido pelo portal do TCU - Tribunal de Contas da União, pelo endereço <http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacaopublica/licitantes-inidoneas/>.

#### 11.2.4. Relativos à Qualificação Técnica:

- a. **Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de fornecimento similares ao objeto desta licitação.
- b. **Todos os atestados deverão vir acompanhados dos documentos que lhes deram a origem.**

#### 11.2.5. Documentos Complementares





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**a. Declaração**, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital;

**b. Declaração** de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei n.º 9.954/1999, regulamentada pelo Decreto n.º 4.359/2002, conforme modelo anexo a este Edital.

**c. Alvará de Funcionamento e Localização** expedido pela Prefeitura Municipal, sede da empresa licitante.

**11.3.** O licitante que já estiver cadastrado no Certificado de Registro Cadastral - CRC, em situação regular, até o último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

**11.3.1.** Na hipótese de algum documento que já conste do Certificado de Registro Cadastral - CRC estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante deverá apresentar imediatamente documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

**11.3.2.** O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

**11.4.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**11.4.1.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**11.5.** Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

**11.6.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**11.7.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**11.8.** No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**11.9.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**11.9.1.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**11.9.2.** A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

**11.9.3.** A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

**11.9.4.** A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

**11.10.** Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todas os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todas os licitantes presentes.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## 13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

**13.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.

**13.1.1.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**13.1.2.** A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**13.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

## 14. DOS RECURSOS

**14.1.** Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**14.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**14.3.** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

**14.3.1.** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

**14.4.** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.5.** Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

**14.6.** Não serão reconhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas via fac-símile, e-mail ou fora dos prazos legais.

**14.7.** Os recursos deverão ser apresentados junto ao setor de licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Cocos-BA, localizada na Rua Presidente Juscelino, nº 115, centro, Cocos-BA, CEP: 47.680-000, nos dias úteis, nos horários das 07:00 horas às 12:00 horas.

## 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**15.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**15.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**16.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário, o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.1.1.** Podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**16.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

**16.2.1.** Fica a Adjudicatária cientificada que caso seja necessário o envio do documento eletronicamente, em hipótese nenhuma a mesma poderá realizar qualquer alteração no documento.

**16.3.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**16.3.1.** Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

**16.4.** O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

## 17. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**17.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

**17.1.1.** Não é admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata, o prazo total de vigência é de 12 (doze) meses.

## 18. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

**18.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto Municipal nº 045, de 13 de novembro de 2018, e subsidiariamente ao Decreto Federal nº 4.488/2018 conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

## 19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**19.1.** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

**19.1.1.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (inciso 1º, art. 12 do Decreto Municipal n.º 045/2018).

**19.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**19.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**19.3.** Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

**19.4.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**19.4.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**19.5.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**19.5.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**19.6.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**19.7.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 20. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

**20.1.** Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

**20.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º 39, de 13/12/2011.

## 21. DO PREÇO

**21.1.** Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

**21.2.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 045/2018, e subsidiariamente no Decreto Federal n.º 4.488/2018.

## 22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**22.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

## 23. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

**23.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

## 24. DO PAGAMENTO

**24.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da entrega de cada item, e somente após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

**24.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993;

**24.2.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**24.2.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**24.2.2.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas separadamente por **destinação**, tendo em vista, a necessidade de cada Secretaria Municipal, bem como o objetivo de cada produto a ser adquirido, aplicado ou o recurso financeiro recebido, portanto, caso haja algum Item que esteja em Nota Fiscal diversa do seu grupo de origem constante da emissão da Autorização de Fornecimento a mesma será devolvida.

**24.2.3.** Em caso de erro na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is) por parte do fornecedor não cabe nenhuma reclamação em relação ao cancelamento da nota errada, sendo necessário a emissão de outra Nota Fiscal correta

**24.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**24.4.** Antes do pagamento, a Contratante poderá realizar consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**24.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**24.5.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**24.6.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**24.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**24.8.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**24.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**24.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

**24.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**24.12.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa Municipal e cobradas judicialmente.

**24.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**24.14.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**24.15.** A cada recebimento de Nota Fiscal o Município verificará a manutenção dos requisitos de habilitação para comprovação da regularidade e a manutenção das





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



condições habilitatórias constantes do instrumento convocatório, bem como a regularidade perante este Município.

**24.16.** A Contratada não poderá suspender o fornecimento por motivo relacionado à pendência de pagamento devido por parte da Contratante, por tratar-se de bens necessários e de forma iminente.

## 25. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

**25.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**25.1.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**25.2.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**25.3.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 4.488/2018.

## 26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**26.1.** Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

## 27. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**27.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**27.2.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**27.2.1.** Apresentar documentação falsa;

**27.2.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**27.2.3.** Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**27.2.4.** Comportar-se de modo inidôneo;

**27.2.5.** Cometer fraude fiscal;

**27.2.6.** Fizer declaração falsa;

**27.2.7.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**27.3.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**b.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento do CRC, pelo prazo de até cinco anos;

**27.3.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**27.4.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**27.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.794, de 1999.

**27.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**27.7.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.

**27.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**27.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## 28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**28.1.** Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

**28.2.** A impugnação será realizada por petição dirigida ao setor de licitação e protocolada no endereço situado no endereço Rua Presidente Juscelino, 115 – centro – Cocos - Bahia, nos dias úteis, no horário das **07:00** horas às **12:00** horas.

**28.2.1.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas.

**28.2.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

## 29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**29.1.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**29.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**29.3.** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**29.4.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**29.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**29.5.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**29.6.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

**29.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**29.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**29.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

**29.10.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**29.11.** Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

**29.12.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Rua Presidente Juscelino, 115 – centro – Cocos - Bahia, nos dias úteis, no horário das **07:00** horas às **12:00** horas. O Município irá fornecer a íntegra do edital e seus anexos de forma gratuita, bastando apenas o preenchimento do formulário de Protocolo de Recebimento.

**29.13.** Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002

**29.14.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018 e subsidiariamente ao Decreto n.º 4.488/2018, da Lei n.º 9.079 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006, e alterações e da Lei n.º 8.666/1993, subsidiariamente.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**29.15.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro.

Cocos, Bahia, 29 de junho de 2020.

Marcelo de Souza Emerenciano  
Prefeito





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. JUSTIFICATIVA

**1.1.** Justifica-se a compra de maneira a suprir à necessidade urgente de aquisição de materiais para combate e enfrentamento ao COVID 19, dada a realidade que se encontra o nosso país, com um aumento crescente de casos. Além do mais, este município de Cocos - BA, já teve 08 (oito) casos confirmados do novo Coronavírus.

**1.2.** A opção por realizar o certamente por intermédio do Pregão Presencial para o Registro de Preços tem o condão de possibilitar ao Município durante o período máximo de 12 (doze) meses, simplesmente realizar as aquisições conforme as demandas e juntamente com as disponibilidades financeiras.

## 2. OBJETO

**2.1.** A Contratação de empresa para Registro de preços para futuras e eventuais Aquisições de Materiais para enfrentamento e combate ao COVID 19 neste Município de Cocos, conforme especificações e quantidades estimadas estabelecidas abaixo:

| LOTE 01            |   |       |        |          |          |
|--------------------|---|-------|--------|----------|----------|
| ITEM               | MATERIAL  | UNID. | QUANT. | V. UNIT. | V. TOTAL |
| 1                  | ÁLCOOL ETÍLICO, HIDRATADO EM GEL, 70%, CERTIFICADO PELO INMETRO E REGISTRO NA ANVISA, EMBALAGEM COM 5L  | GL    | 200    |          |          |
| 2                  | HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% DE 1 LITRO  | LT    | 200    |          |          |
| 3                  | SABONETE LIQUIDO COM FRAGANCIA AGRADAVEL DE 5 LITROS  | GL    | 150    |          |          |
| <b>VALOR TOTAL</b> |   |       |        |          |          |
| LOTE 02            |   |       |        |          |          |
| ITEM               | MATERIAL  | UNID. | QUANT. | V. UNIT. | V. TOTAL |
| 1                  | AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL - TAMANHO ÚNICO (APROXIMADAMENTE 1,20 COMPRIMENTO X 1,40 LARGURA), CONFECCIONADO EM TNT, 100% POLIPROPILENO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 40G/M <sup>2</sup> , NA COR BRANCA, PUNHO COM RIBANA E ACABAMENTO EM VIÉS NA GOLA, ABERTURA TRASEIRA, FECHAMENTO DE AMARRAR TRASEIRO, PRODUTO NÃO ESTÉRIL. | UNID  | 300    |          |          |
| 2                  | MACACÃO DE SEGURANÇA M - CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO (NÃO TECIDO) LAMINADO, COM FILME DE POLIETILENO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER E PALA DE PROTEÇÃO, ELÁSTICO NO CAPUZ, PUNHO E TORNOZELOS. PARA PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO.  | UNID  | 100    |          |          |
| 3                  | MACACÃO DE SEGURANÇA G - CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO (NÃO TECIDO) LAMINADO, COM FILME DE POLIETILENO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER E PALA DE PROTEÇÃO, ELÁSTICO NO CAPUZ, PUNHO E TORNOZELOS. PARA PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO, MEMBROS SUPERIORES   | UNID  | 100    |          |          |

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

## MUNICÍPIO DE COCOS



|                    | E INFERIORES DO USUÁRIO.  |       |        |          |         |
|--------------------|---|-------|--------|----------|---------|
| 4                  | MACACÃO DE SEGURANÇA GG - CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO (NÃO TECIDO) LAMINADO, COM FILME DE POLIETILENO, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER E PALA DE PROTEÇÃO, ELÁSTICO NO CAPUZ, PUNHO E TORNOZELOS. PARA PROTEÇÃO DO CRÂNIO, PESCOÇO, TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES DO USUÁRIO.   | UNID  | 100    |          |         |
| 5                  | MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM FILTRO, RETANGULAR E COM ELÁSTICO, CONFECCIONADA EM NÃO-TECIDO, COM CLIPE NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO AO ROSTO, NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL E ATÓXICA. CAIXA OU PACOTE COM 50 PEÇAS. A EMBALAGEM DEVE APRESENTAR IDENTIFICAÇÃO DE MARCA, QUANTIDADE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE E REGISTRO NA ANVISA.  | PCT   | 2500   |          |         |
| 6                  | MÁSCARA N95 OU PFF2, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE  | UNID  | 1000   |          |         |
| 7                  | PROTETOR FACIAL- COMPOSTO POR UM VISOR EM POLICARBONATO INCOLOR NO TAMANHO DE 8" COM PROTEÇÃO, UMA TESTEIRA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, SUSPENSÃO COM AJUSTE SIMPLES, TAMBÉM TRANSPARENTE E UM TIRA ABSORVENTE DE SUOR, INCOLOR.   | UNID  | 100    |          |         |
| 8                  | SAPATILHA DESC. PCT. 100  | PCT   | 40     |          |         |
| 9                  | TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL DE TESTA, SEM CONTATO  | UNID  | 10     |          |         |
| 10                 | TOUCA BRANCA DESCARTAVEL C/100 UND  | PCT   | 40     |          |         |
| <b>VALOR TOTAL</b> |   |       |        |          |         |
| <b>LOTE 03</b>     |   |       |        |          |         |
| ITEM               | MATERIAL  | UNID. | QUANT. | V. UNIT. | V.TOTAL |
| 1                  | BOTA EM PVC COR BRANCA FORRADA EM POLIÉSTER, CANO LONGO, COM SOLADO ANTIDERRAPANTE EM PVC E RESISTENTE A ABRASÃO. TAMANHOS VARIADOS (PAR)   | PAR   | 30     |          |         |
| 2                  | SACO PARA OBITO COM ZÍPER G - COBERTURA PARA CADÁVERES, CONSTITUIDA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), OFERECENDO UMA PERFEITA RESISTENCIA MECÂNICA E PROPORCIONANDO A CAPACIDADE NECESSÁRIA Á APLICAÇÃO. O PRODUTO É ISENTO DE SOLDAS, NO ENTANTO OCUPANDO 75% DA SUA SUPERFÍCIE FRONTAL, CORRE ZÍPER DESTINADO A FACILITAR A ACOMODAÇÃO DO CADÁVER NO SEU INTERIOR, COMO TAMBÉM OFERECER PRATICIDADE NO MOMENTO DO FECHAMENTO, O CADAVER E FECHADO POR COMPLETO, EVITANDO O CONTATO DO CORPO COM O MEIO EXTERNO. COR : CINZA TAMANHO : 2,10 X 0,90CM | UNID  | 10     |          |         |
| 3                  | SACO PARA OBITO COM ZÍPER GG - COBERTURA PARA CADÁVERES, CONSTITUIDA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), OFERECENDO UMA PERFEITA RESISTENCIA MECÂNICA E PROPORCIONANDO A CAPACIDADE NECESSÁRIA Á APLICAÇÃO. O PRODUTO É ISENTO DE SOLDAS, NO ENTANTO OCUPANDO 75% DA SUA SUPERFÍCIE FRONTAL, CORRE ZÍPER DESTINADO A FACILITAR A ACOMODAÇÃO DO CADÁVER NO SEU INTERIOR, COMO TAMBÉM OFERECER PRATICIDADE NO MOMENTO DO FECHAMENTO, O CADAVER E FECHADO POR COMPLETO, EVITANDO O CONTATO DO  | UNID  | 10     |          |         |

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

|                            |   |              |               |                 |                |
|----------------------------|---|--------------|---------------|-----------------|----------------|
|                            | CORPO COM O MEIO EXTERNO. COR : CINZA TAMANHO : 2,20 X 1,10CM   |              |               |                 |                |
| 4                          | SACO PARA OBITO COM ZIPER M - COBERTURA PARA CADÁVERES, CONSTITUIDA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBD), OFERECENDO UMA PERFEITA RESISTENCIA MECÂNICA E PROPORCIONANDO A CAPACIDADE NECESSÁRIA Á APLICAÇÃO. O PRODUTO É ISENTO DE SOLDAS, NO ENTANTO OCUPANDO 75% DA SUA SUPERFICIE FRONTAL, CORRE ZIPER DESTINADO A FACILITAR A ACOMODAÇÃO DO CADÁVER NO SEU INTERIOR, COMO TAMBÉM OFERECER PRATICIDADE NO MOMENTO DO FECHAMENTO, O CADAVER É FECHADO POR COMPLETO, EVITANDO O CONTATO DO CORPO COM O MEIO EXTERNO. COR : CINZA TAMANHO : 1,60 X 0,80CM | UNID         | 10            |                 |                |
| <b>VALOR TOTAL</b>         |   |              |               |                 |                |
| <b>LOTE 04</b>             |   |              |               |                 |                |
| <b>ITEM</b>                | <b>MATERIAL</b>   | <b>UNID.</b> | <b>QUANT.</b> | <b>V. UNIT.</b> | <b>V.TOTAL</b> |
| 1                          | CAIXA TERMICA, EM POLIURETANO, ATOXICA, COM ALCA E TAMPA QUE PROMOVA VEDACAO PARA EVITAR VAZAMENTOS, COM TAMPA PREFERENCIALMENTE ACOPLADA E DE FACIL DESLIZE PARA ABERTURA, CONSERVAÇÃO TERMICA ATÉ 24HS . CAPACIDADE DE 34 LITROS.   | UNID         | 10            |                 |                |
| 2                          | OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL MONITOR DE DEDO.   | UNID         | 7             |                 |                |
| 3                          | AMBU - REANIMADOR MANUAL ADULTO   | UNID         | 6             |                 |                |
| 4                          | AMBU - REANIMADOR MANUAL INFANTIL   | UNID         | 6             |                 |                |
| 5                          | APARELHO DE PRESSÃO + ESTETOSCOPIO ADULTO, BRAÇADEIRA EM NYLON COM FECHO EM VELCRO OU METAL, APROVADO PELO INMETRO.   | KIT          | 8             |                 |                |
| <b>VALOR TOTAL</b>         |   |              |               |                 |                |
| <b>LOTE 05</b>             |   |              |               |                 |                |
| <b>ITEM</b>                | <b>MATERIAL</b>   | <b>UNID.</b> | <b>QUANT.</b> | <b>V. UNIT.</b> | <b>V.TOTAL</b> |
| 1                          | DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO   | UNID         | 20            |                 |                |
| 2                          | DISPENSER PARA PAPEL TOALHA   | UNID         | 20            |                 |                |
| 3                          | PUVERISADOR 500ML   | UNID         | 10            |                 |                |
| 4                          | PAPEL TOALHA INTERFOLHA COM 1000 FOLHAS   | PCT          | 250           |                 |                |
| <b>VALOR TOTAL</b>         |   |              |               |                 |                |
| <b>LOTE 06</b>             |   |              |               |                 |                |
| <b>ITEM</b>                | <b>MATERIAL</b>   | <b>UNID.</b> | <b>QUANT.</b> | <b>V. UNIT.</b> | <b>V.TOTAL</b> |
| 1                          | CAPSULA INDICADA PARA TRANSPORTE DE PACIENTES COM DOENÇAS INFECCIOSAS   | UND          | 3             |                 |                |
| <b>VALOR TOTAL</b>         |   |              |               |                 |                |
| <b>VALOR TOTAL - GERAL</b> |   |              |               |                 |                |

**2.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**2.3.** As empresas deverão apresentar a proposta em seus lotes de interesse.

**2.4.** Os bens deverão ter prazo de garantia conforme especificado pelo fabricante.

**2.5.** Os produtos deverão ter, a vencer, o prazo de validade mínimo de 70% do prazo total fixado pelo fabricante. Informamos que no recebimento do produto deverá ser atendido o prazo constante no Termo de Referência e se no item mesmo for omissivo, será observado o percentual estipulado neste item.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

**3.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto Municipal n.º 045/2018.

### 4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

**4.1.** O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, assinatura do instrumento de contrato ou da Autorização de Fornecimento - AutF, se for o caso.

**4.2.** Os bens deverão ser entregues no endereço especificado na ordem de fornecimento, em sua ausência deverá ser entregue na sede do órgão licitante, no endereço Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, no horário das 08h00m às 17h00m horas.

**4.3.** O fornecimento dos produtos, cujos preços serão registrados através da Ata de Registro de Preços, deverão ser solicitados mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento - AutF correspondente.

**4.3.1.** Cada Autorização de Fornecimento - AutF conterá, sucintamente:

- a) Autorização de Fornecimento n.º XXX/2020;
- b) Ata de Registro de Preços n.º XXX/2020 - Pregão Presencial n.º XXX/2020;
- c) Razão Social do Fornecedor, n.º do CNPJ, Endereço, Telefone e e-mail;
- d) Número do Lote ou do Item;
- e) Descrição do produto;
- f) Quantidade solicitada; e
- g) Valor registrado e valor total.

**4.4.** A nota de empenho ou a Autorização de Fornecimento - AutF poderão ser transmitidas à fornecedora por meio de fax ou meio eletrônico, poderá ser emitida mais de uma Autorização de Fornecimento - AutF por mês.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**4.5.** Os produtos deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte. Os volumes contendo os produtos poderão estar ainda, identificados externamente com os dados do destinatário constantes da nota fiscal e o endereço de entrega.

**4.6.** A empresa fornecedora ficará obrigada a atender todas as Autorizações de Fornecimento - AutF emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega delas decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

## 5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

**5.1.** O custo estimado foi apurado a partir de orçamentos provenientes de pesquisas de mercado, mediante consulta aos preços praticados em atas de registro de preços de órgãos públicos e em verificação aos preços já praticados no Município.

## 6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

**6.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 07 (sete) dias do recebimento provisório.

**6.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**6.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**7.1.** A Contratada obriga-se a:

**7.2.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**7.2.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7.2.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 19 e 26 do Código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 9.079, de 1990;

**7.2.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos;

**7.2.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**7.2.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 49 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**7.2.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.2.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**7.2.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**7.2.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**8.1.** A Contratante obriga-se a:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**8.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**8.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**8.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**8.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

**9.1.** Consoante o artigo 45 da Lei n.º 9.794, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

**10.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**10.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

**10.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, dos Decretos Municipais n.º 045/2018 a Contratada que, no decorrer da contratação:

**11.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**11.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**11.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**11.1.4.** Cometer fraude fiscal;

**11.1.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

**11.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 97/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.219/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**11.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**11.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**11.3.1.** Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**11.3.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**11.3.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**11.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

**11.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE CÔCOS



**11.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**11.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**11.8.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**11.9.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

**Prefeitura Municipal de Cocos**

**Equipe de Pregão Presencial**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do Pregão Presencial em epígrafe.

## 1. Identificação do Licitante:

- a. Razão Social:
- b. CNPJ n.º:
- c. Inscrição Estadual:
- d. Endereço completo:
- e. Telefone, fax, e-mail:
- f. Banco, Agência e n.º da conta corrente:

## 2. Condições Gerais da Proposta:

- a. a presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;
- b. o valor do preço unitário e o valor total estão detalhados nesta proposta de preço, nos quais estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, além de sua remuneração, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, contribuições, alvarás, mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, embalagens, transportes, seguros, peças de reposição, materiais/serviços utilizados na manutenção e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

## 3. Pelo presente Termo declaramos e garantimos que:

- a. examinamos cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceitamos todas as condições nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciaremos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- b. cumprimos plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei n.º 9.954, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1999;
- c. em nossa proposta estão incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto licitado, bem como todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o referido objeto;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



d. informaremos a existência de fato superveniente impeditivo de nossa habilitação, caso venha a ocorrer.

#### 4. Condições de Pagamento:

a. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da entrega de cada item, e somente após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

#### 5. Proposta de Preços

*O valor Total do Lote(xx) da proposta perfaz o valor de R\$ XX.XXX,XX (XXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX)/.*

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

---

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA FATO SUPERVENIENTE

A

Prefeitura Municipal de Cocos

Equipe de Pregão Presencial

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020

## DECLARAÇÃO

A empresa ....., inscrita no CNPJ n.º ....., DECLARA, em atendimento ao previsto no edital de **PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020**, no art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, e no item 7.1., inciso IV, da Instrução Normativa MARE n.º 05/1995, a inexistência de fato superveniente impeditivo da sua habilitação.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PROIBIÇÃO DO TRABALHO MENOR

## DECLARAÇÃO DE PROIBIÇÃO DO TRABALHO MENOR

Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei n.º 9.954/99)

A

**Prefeitura Municipal de Cocos**

**Equipe de Pregão Presencial**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020

A empresa....., inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ..... , **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.954, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto n.º 4.359, de 05 de setembro de 2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

XXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.**

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO - MICRO EMPRESA OU EPP

## DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA PEQUENO PORTE

*Modelo de declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.*

A

**Prefeitura Municipal de Cocos**

**Equipe de Pregão Presencial**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020

(razão social da empresa)..... inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no Edital da PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(  ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

(  ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

(  ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**, conforme §1º do art. 19-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por quaisquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

XXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

Obs.: 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A

**Prefeitura Municipal de Cocos**

**Equipe de Pregão Presencial**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020

(razão social da empresa)..... inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no Edital da PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que os envelopes n.º 1 e 2 contêm a indicação do objeto, o preço oferecido e a documentação de habilitação, respectivamente.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO - ELABORAÇÃO INDEPENDENTE

*Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa n.º 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA****A****Prefeitura Municipal de Cocos****Equipe de Pregão Presencial**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020

(Identificação completa do **representante** licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da **empresa** licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020 foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Cocos antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

XXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

---

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO VIII

MODELO DECLARAÇÃO - PROCURAÇÃO PRÁTICA DE ATOS

## MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PRÁTICA DE ATOS

### CONCERNENTES AO CERTAME

A

**Prefeitura Municipal de Cocos**

**Equipe de Pregão Presencial**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020

### CREDECIAL

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade n.º ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o n.º ....., residente à rua ....., n.º ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

*(apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).*

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.**

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

ANEXO IX

DECLARAÇÃO - TRABALHO FORÇADO E DEGRADANTE

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO E DEGRADANTE****A****Prefeitura Municipal de Cocos****Pregoeiro e Equipe de Apoio**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 019-2020

A empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede a \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal, \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, através da presente declaração, DECLARO que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1999.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.**



Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

ANEXO X

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º XXX/2020

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 019-2020****PROCESSO LICITATÓRIO N.º 124-2020****VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXXXXXX** de **XXXX**, O MUNICÍPIO DE COCOS, Estado da Bahia, por intermédio do Município de Cocos, com sede na Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.690-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001-75, neste ato representado pelo Senhor Marcelo de Souza Emerenciano, XXXXXXXX, XXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXX XXXXXX XXXX, XX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, , legalmente investido e no exercício pleno de Secretaria, doravante denominado CONTRATANTE.

Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, da Lei n.º 9.079, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; Decreto Municipal n.º 045-2018; aplicando-se, subsidiariamente, Decreto Federal nº 4.488/2018 a Lei n.º 8.666/1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º XXX-2020, homologado pelo Prefeito Municipal em xxxxx;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos itens/lotes a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, no Município de XXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, cuja proposta foi classificada em XX lugar no certame.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta Ata é a Contratação de empresa para Registro de preços para futuras e eventuais Aquisições de Materiais para enfrentamento e combate ao COVID 19 neste Município de Cocos - BA, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

| Item  | Descrição/<br>Especificação | Marca/<br>Modelo | Unidade | Quantidade<br>Total Estimada | Preço<br>Unitário |
|-------|-----------------------------|------------------|---------|------------------------------|-------------------|
| 01    |                             |                  |         |                              |                   |
| ..... |                             |                  |         |                              |                   |





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

**2.1.** O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde.

**2.2.** São participantes os seguintes órgãos:

**2.2.1.** Fundo Municipal de Saúde;

**2.3.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e do Decreto Municipal n.º 045-2018 e subsidiariamente ao Decreto Federal n.º 4.488/2018, e na Lei n.º 8.666/1993.

**2.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.3.3.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

**2.4.** Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 7º do Decreto Municipal n.º 045-2018.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura não podendo ser prorrogada.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**4.2.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**4.2.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**4.2.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**4.2.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**4.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**4.3.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.4.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**4.5.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

**5.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

**5.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**5.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**5.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**5.1.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**5.1.5.** Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**5.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

**5.2.1.** por razão de interesse público; ou

**5.2.2.** a pedido do fornecedor

**5.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

**6.1.** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

**6.1.1.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação.

**6.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**6.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**6.3.** Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

**6.4.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**6.4.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**6.5.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**6.5.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**6.6.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.7.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

**7.1.** Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 30 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

**7.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º 939, de 13/12/2011.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

**8.1.** Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irremovíveis.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**8.2.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 045-2018, e subsidiariamente no Decreto Federal n.º 4.488/2018

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**9.1.** A Contratada obriga-se a:

**9.2.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**9.2.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**9.2.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**9.2.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 19 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 9.079, de 1990);

**9.2.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

**9.2.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**9.2.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.2.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**9.2.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**9.2.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.2.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

### 9.3. A Contratante obriga-se a:

**9.3.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**9.3.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**9.3.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**9.3.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**9.3.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**9.4.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.5.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 10.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

**10.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**10.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**10.3.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

**11.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do início do mês subsequente ao vencido, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

**11.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderá ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, §3º da Lei n.º 8.666/1993.

**11.2.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**11.2.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**11.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**11.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**11.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.5.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**11.6.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**11.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.8.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**11.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

**12.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**12.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

**12.3.** O representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto Municipal n.º 045-2018 a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**13.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**13.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**13.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**13.1.4.** Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

**13.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**13.1.7.** Fizer declaração falsa;

**13.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**13.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**c.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**d.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento do CRC, pelo prazo de até cinco anos;

**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045-2018, a Contratada que, no decorrer da contratação:

**13.3.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**13.3.2.** Apresentar documentação falsa;

**13.3.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**13.3.4.** Cometer fraude fiscal;

**13.3.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

**13.4.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º97/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.219/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cocos e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**13.4.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.5.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**13.5.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**13.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

**13.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**13.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**13.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**13.10.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1.** Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

**14.2.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços N.º 019-2020 e a proposta da empresa.

**14.3.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002 Decreto Municipal n.º 045-2018 da Lei n.º 9.079/1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006, e alterações e subsidiariamente da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

**14.4.** O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do Município de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Cocos, Bahia, XX de XXXXXXXXXXXX de 2020.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO XI

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

PROCESSO Nº XXXX

CONTRATO Nº XXXX/XXXX

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE XXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCOS, E A EMPRESA XXXX.

O MUNICÍPIO DE COCOS, com sede na Rua Presidente Juscelino, 115 – centro – Cocos - Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº **14.222.012/0001-75**, neste ato representado pelo Sr. Marcelo de Souza Emerenciano, **Prefeito Municipal**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Orgânica Municipal, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor XXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX, e o resultado final do **Pregão nº XXXX/XXXX**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** O contrato tem como objeto a aquisição de [objeto da licitação], visando atender às necessidades do **MUNICÍPIO DE COCOS**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

**1.1.1.** Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão nº XXXX/XXXX**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

**2.1.** O material deverá ser entregue conforme discriminado abaixo:

LOTE 00

| ITEM | DESCRIÇÃO/<br>ESPECIFICAÇÃO | LOCAL | QUANTIDADE<br>E | PRAZO DE<br>ENTREGA |
|------|-----------------------------|-------|-----------------|---------------------|
| 1    |                             |       |                 |                     |





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



|     |  |  |  |  |
|-----|--|--|--|--|
| 2   |  |  |  |  |
| 3   |  |  |  |  |
| ... |  |  |  |  |

**2.1.1.** O prazo de entrega do material será contado a partir da data de assinatura do presente contrato.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**3.1.** A CONTRATADA obriga-se a:

**3.1.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**3.1.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**3.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 19 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 9.079, de 1990);

**3.1.2.1.** Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

**3.1.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**3.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**3.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**3.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**3.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**3.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**4.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:

**4.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**4.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**4.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

**4.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

**5.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**5.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**5.3.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO**

**6.1.** O valor do contrato é de R\$ **XXXX (XXXX)**.

**6.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência do contrato será de **XX (XXXX) dias**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

**8.1.** O prazo para pagamento será de **XX (XXXX) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

**8.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**8.2.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

**8.2.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**8.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**8.4.** Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES e/ou nos *sites* oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**8.5.** Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.5.1.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.6.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**8.7.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.8.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**8.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

## 10. CLÁUSULA DEZ - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do MUNICÍPIO DE COCOS deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:**

**Fonte:**

**Programa de Trabalho:**

**Elemento de Despesa:**

**PI:**

## 11. CLÁUSULA ONZE - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**11.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. CLÁUSULA DOZE - DAS ALTERAÇÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**12.2.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

## **13. CLÁUSULA TREZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

**13.1.1.** inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**13.1.2.** apresentar documentação falsa;

**13.1.3.** comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.4.** cometer fraude fiscal;

**13.1.5.** descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato.

**13.2.** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** multa:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**b.1.** moratória de até **XX% (XXXX por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de **XX (XXXX)** dias;

**b.2.** compensatória de até **XX% (XXXX por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE COCOS**, pelo prazo de até dois anos;

**d.** impedimento de licitar e contratar com O MUNICÍPIO DE COCOS e descredenciamento no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES pelo prazo de até cinco anos;

**e.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**13.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**13.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.794, de 1999.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**13.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do MUNICÍPIO DE COCOS, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do MUNICÍPIO DE COCOS e cobrados judicialmente.

**13.7.** Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

**13.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **14. CLÁUSULA QUATORZE - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**14.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.794, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **15. CLÁUSULA QUINZE - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**15.1.** São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666, de 1993:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no início do serviço;
- V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**VI.** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

**VII.** o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**VIII.** o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

**IX.** a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

**X.** a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

**XI.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

**XII.** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**XIII.** a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

**XIV.** a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**XV.** o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**XVI.** a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

**XVII.** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

**XVIII.** o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**15.2.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**15.3.** A rescisão deste Contrato poderá ser:

**15.3.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

**15.3.2.** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

**15.3.3.** judicial, nos termos da legislação.

**15.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**15.5.** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

**15.5.1.** devolução da garantia;

**15.5.2.** pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

**15.6.** A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

**15.7.** O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**15.7.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**15.7.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.7.3.** Indenizações e multas.

## **16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto Municipal nº 045, de 2018, ao Decreto Federal n.º 4.488/2018, à Lei Complementar nº 123, de 2006, e alterações e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

## **17. CLÁUSULA DEZESSETE - DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

## **18. CLÁUSULA DEZOITO - DO FORO**

**18.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Cocos, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de **XXXX**, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.

\_\_\_\_\_  
Pela CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Pela CONTRATADA





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO XII

FOLHA DE DADOS PARA CONTRATO OU ASSINATURA DA ATA

## Folha de Dados

### Dados da Empresa

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Telefone(s):

Fax:

### Dados da Pessoa que assinará o contrato

Nome Completo:

Endereço Residencial:

Cidade:

CEP:

Cargo:

RG N.º

CPF N.º:

### Contato na empresa

Nome Completo:

Cargo:

Telefone(s):

Fax: ( )

E-mail:

Obs.: Caso a representação seja por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

**Observação:** Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato ou da ata de registro de preços referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE COCOS**



Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020**

**OBJETO**

Registro de preços para futuros e eventuais fornecimentos de carne bovina, frango e peixe, destinados à merenda escolar e demais secretarias do Município de Cocos-Ba.

**CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Poderão participar da presente licitação empresas do ramo que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

**LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

Data: 16 de julho de 2020

Hora: 08h00m

Local: Prefeitura Municipal de Cocos

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos-Ba.

**Marcelo de Souza Emerenciano**  
**Prefeito Municipal**





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****ÍNDICE**

|     |   |
|-----|---|
| 1.  | Objeto  |
| 2.  | Das Condições de Participação                 |
| 3.  | Do Credenciamento                             |
| 4.  | Da Abertura da Sessão                         |
| 5.  | Da Proposta de Preços                         |
| 6.  | Da Classificação das Propostas                |
| 7.  | Da Formulação dos Lances                      |
| 8.  | Da Aceitação e Julgamento das Propostas       |
| 9.  | Da Habilitação                                |
| 10. | Do Encaminhamento da Proposta Vencedora       |
| 11. | Dos Recursos                                  |
| 12. | Da Adjudicação e Homologação                  |
| 13. | Do Contrato                                   |
| 14. | Da Vigência do Contrato e da Prorrogação      |
| 15. | Das Obrigações da Contratante e da Contratada |
| 16. | Do Pagamento                                  |
| 17. | Da Repactuação                                |
| 18. | Da Dotação Orçamentária                       |
| 19. | Das Infrações e das Sanções Administrativas   |
| 20. | Das Disposições Gerais                        |

**A N E X O S**

|            |  |
|------------|--|
| ANEXO I    | - Termo de Referência  |
| ANEXO II   | - Modelo de Proposta de Preços   |
| ANEXO III  | - Modelo de Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação |
| ANEXO IV   | - Modelo de Declaração relativa à proibição do trabalho do menor                       |
| ANEXO V    | - Modelo de Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte                      |
| ANEXO VI   | - Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação                    |
| ANEXO VII  | - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta                          |
| ANEXO VIII | - Modelo de Procuração para prática de atos concernentes ao certame                    |
| ANEXO IX   | - Modelo de Declaração de Trabalho Forçado e Degradante                                |
| ANEXO X    | - Minuta de Ata de Registro de Preços  |
| ANEXO XI   | - Minuta do Contrato de fornecimento   |
| ANEXO XII  | - Folha de dados para elaboração do Contrato   |





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 127-2020**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

O Município de Cocos, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicado fará realizar licitação na modalidade Pregão, na forma Presencial, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei n.º 10.520, de 2002, à Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, à Lei Complementar n.º 123 e Alterações, de 2006, e subsidiariamente à Lei n.º 8.666/1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data de entrega e abertura dos envelopes: 16 de julho de 2020

Horário: 08h00m - horário local

Endereço: Endereço: Rua Presidente Juscelino, nº 115 - Centro - Cocos - Bahia.

Credenciamento: das 08h00m às 08h10m, incluso neste interstício o prazo para recebimento de propostas retardatárias.

## 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto desta licitação é o registro de preços para futuros e eventuais fornecimentos de carne bovina, frango e peixe, destinados à merenda escolar e demais secretarias do Município de Cocos-Ba, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A licitação será subdivida em Itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DOS ORGÃOS PARTICIPANTES

**2.1.** O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

**2.2.** São participantes os seguintes órgãos:

**2.2.1.** Secretaria Municipal de Administração;

**2.2.2.** Secretaria Municipal de Assistência Social;

**2.2.3.** Secretaria Municipal de Infraestrutura;

**2.2.4.** Secretaria Municipal de Educação;





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****2.2.5. Fundo Municipal de Saúde;**

**2.3.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e do Decreto Municipal nº 045/2018 e aplicando-se, subsidiariamente o Decreto nº 7.892/2013 alterado pelo Decreto nº 8.250/2014, que foi alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/2018 e na Lei nº 8.666/1993.

**2.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.3.3.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**2.3.4.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**2.4.** Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme no Decreto Municipal nº 045/2018, de 13 de novembro de 2018.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

**3.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

**3.3.** Conforme estabelece o art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, o item, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que comprovarem o enquadramento no momento do credenciamento;





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**3.4.** O Item, que não atender no mínimo 3 (três) propostas válidas, de empresas enquadradas como ME ou EPP, será aberto para participação das empresas normais, a fim de evitar a repetição do certame

**3.5.** Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

**3.5.1.** Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial, salvo se demonstrar, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica;

**3.5.2.** Em dissolução ou em liquidação;

**3.5.3.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993;

**3.5.4.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com o Município, nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, e decretos regulamentadores;

**3.5.5.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei n.º 9.605, de 1998;

**3.5.6.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**3.5.7.** Que estejam reunidas em consórcio;

**3.5.8.** Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**3.5.9.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**3.5.10.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/1993.

**3.6.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

**4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**4.1.1.** O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

**4.2.** Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

**4.2.1.** O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual deve ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

**4.2.2.** O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

**4.3.** Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

**4.4.** Durante o período disposto em epígrafe para o credenciamento, este será considerado para fins de aceitação de licitantes ou envelopes retardatários, ultrapassado este, não serão mais aceitas licitantes ao certame.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicado no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

**5.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação** (*conforme modelo anexo*);

**5.1.2. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte**, quando for o caso (*conforme modelo anexo*), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na e alterações da Lei Complementar n.º 147/2014 e a Lei Complementar n.º 155/2016;

**5.1.2.1.** O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações da Lei Complementar n.º 147/2014 e a Lei Complementar n.º 155/2016, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

**5.1.3. Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, de que trata a Instrução Normativa n.º 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, (*conforme modelo anexo*);





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



5.1.4. Envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação, separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020  
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE  
CNPJ N.º XXXX

ENVELOPE N.º 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020  
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE  
CNPJ N.º XXXX

5.2. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até o prazo previsto para o credenciamento.

5.2.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em **invólucro único**, endereçado diretamente à Equipe de Pregão Presencial, com a seguinte identificação:

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS  
EQUIPE DE PREGÃO PRESENCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020  
SESSÃO EM 16/07/2020 ÀS 08H00M

5.2.2. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

## 6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

6.1.1. As características do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

6.1.2. Preço total por **Item**, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as necessidades constantes do Termo de Referência.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**6.1.2.1.** No preço cotado deverão estar incluídos todos os serviços e insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

**6.1.2.2.** Nos preços propostos será considerado o valor de cada lote com apenas as 02 (duas) casas decimais após a vírgula, caso haja alguma proposta com as 03 (três) casas decimais está última será desconsiderada sem arredondamentos, e o cálculo será refeito para efeitos de proposta.

**6.1.2.3.** Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total dos itens o Pregoeiro considerará o valor total do item, sanando as devidas falhas.

**6.1.3.** Prazo de entrega de até 05 (cinco) dias corridos após a emissão de cada pedido.

**6.1.4.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

**6.2.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

**7.1.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

**7.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

**7.3.** O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

**7.3.1.** Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

**7.4.** Para análise das propostas e a classificação, caso seja necessário, o Pregoeiro poderá suspender a sessão para o ordenamento das mesmas, e será comunicada em momento oportuno o reinício da mesma em data e hora marcada que será publicado do sítio: [www.cocos.ba.gov.br](http://www.cocos.ba.gov.br).

## 8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

**8.1.** Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do ITEM.**

**8.2.** O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

**8.3.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

**8.4.** Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.204, de 2007.

**8.4.1.** O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

**8.4.2.** As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos.

**8.4.3.** Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

**8.4.4.** Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

**8.4.5.** Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

**8.4.6.** Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

**8.5.** Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**8.5.1.** Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

**8.6.** Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**8.7.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**9.1.** Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações da Lei Complementar n.º 147/2014, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), seção "Despesas - Gastos Diretos do Governo - Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", para verificar se empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar n.º 155, de 2016).

**9.1.1.** Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações da Lei Complementar n.º 147/2014 e a Lei Complementar n.º 155/2016.

**9.1.2.** Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar n.º 123 de 2006, com a conseqüente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

**9.1.3.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação;

**9.2.** Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

**9.3.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**9.4.** Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**9.4.1.** Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**9.5.** No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**9.6.** Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

## 10. DA HABILITAÇÃO

**10.1.** Aceita a proposta do licitante detentor do menor preço, este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital, podendo esta comprovação se dar, no que couber por meio de consulta ao CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES, conforme o caso:

**10.1.1.** Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

**10.2.** Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

### 10.2.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

**a. No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**c. No caso de sociedade empresária** ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d. No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**e. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:** certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

**f. No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**g. No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº. 7.775, de 2012;

**h. No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**i. No caso de empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no País: decreto de autorização;

**j.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## 10.2.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

**a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,** conforme o caso;

**b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual,** relativo ao domicílio ou sede do licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional,** com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Nacional, conforme unificação prevista na Portaria do Ministério da Fazenda, n.º 358 de 05 de setembro de 2014, que engloba a Certidão Conjunta Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual,** do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**e. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal,** do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS,** mediante Certificado de Regularidade do FGTS;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**g. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa.

**h. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais e/ou estaduais relacionados ao objeto licitatório**, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal e/ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.2.2.1.** Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

## 10.2.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

### 10.2.3.1. PESSOA FÍSICA - CPF (Agricultor Familiar, Produtor Rural)

**a. Comprovação de aptidão para o fornecimento** em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**b. Certidão Negativa de Execução Patrimonial ou Ação Cível** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa física, expedida pelo distribuidor do domicílio do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

### 10.2.3.2. PESSOA JURÍDICA - MEI

**a. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou liquidação judicial**, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

### 10.2.3.3. PESSOA JURÍDICA - ME, EPP, EIRELLI, COOP e LTDA

**a. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial**, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

**b. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**b.1.** O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

**b.2.** As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

**b.3.** A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou maior que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta online, no caso de empresas inscritas no Cadastro Municipal de Cocos - CMC:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**b.4.** O licitante enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 10.2.4. Documentos Complementares

**a. Declaração**, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital;

**b. Declaração** de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei n.º 9.854/1999, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358/2002, conforme modelo anexo a este Edital.

**c. Alvará de Funcionamento e Localização** expedido pela Prefeitura Municipal, sede da empresa licitante.

**10.3.** O licitante que já estiver cadastrado no Certificado de Registro Cadastral - CRC, em situação regular, até o último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

**10.3.1.** Na hipótese de algum documento que já conste do Certificado de Registro Cadastral - CRC estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante deverá apresentar imediatamente documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

**10.3.2.** O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

**10.4.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.4.1.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.5.** Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

**10.6.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.7.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.8.** No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**10.9.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**10.9.1.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**10.9.2.** A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

**10.9.3.** A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**10.9.4.** A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

**10.10.** Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todas os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todas os licitantes presentes.

## 11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**11.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**11.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**11.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## 12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

**12.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.

**12.1.1.** A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**12.1.2.** A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**12.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

## 13. DOS RECURSOS

**13.1.** Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**13.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**13.3.** Os recursos deverão ser apresentados junto ao setor de licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Cocos-BA, localizada na Rua Presidente Juscelino, nº 115, centro, Cocos-BA, CEP: 47.680-000. Nos dias úteis nos horários das 07:00 horas às 12:00 horas.

**13.4.** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

**13.4.1.** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

**13.5.** O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.6.** Não serão reconhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas via fac-símile, e-mail ou fora dos prazos legais.

## 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**14.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**15.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário, o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.1.1.** Podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

**15.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**15.2.1.** Fica a Adjudicatária cientificada que caso seja necessário o envio do documento eletronicamente, em hipótese nenhuma a mesma poderá realizar qualquer alteração no documento.

**15.3.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**15.3.1.** Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

**15.4.** O órgão gerenciador encaminhará cópia da Ata aos órgãos participantes, se houver.

## 16. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**16.1.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

**16.1.1.** Não é admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata, o prazo total de vigência é de 12 (doze) meses.

## 17. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

**17.1.** A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto Municipal nº 045/2018, de 13 de novembro 2018, e subsidiariamente ao Decreto nº 7.892/2013 alterado pelo Decreto nº 8.250/2014, que foi alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/2018, conforme previsto na Minuta de Ata anexa ao Edital.

## 18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

**18.1.** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

**18.1.1.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (inciso 1º, art. 12 do Decreto Municipal n.º 045/2018).

**18.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**18.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**18.3.** Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

**18.4.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**18.4.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**18.5.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**18.5.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**18.6.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**18.7.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

## 19. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

**19.1.** Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 45 (quarenta) dias úteis, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

**19.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º 39, de 13/12/2011.

## 20. DO PREÇO

**20.1.** Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irredutíveis.

**20.2.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 045/2018, e subsidiariamente no Decreto n.º 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018.

## 21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

## 22. DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

22.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

## 23. DO PAGAMENTO

23.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da entrega de cada item, e somente após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

23.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderão ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993;

23.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

23.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

23.2.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas separadamente por **destinação**, tendo em vista, a necessidade de cada Secretaria Municipal, bem como o objetivo de cada produto a ser adquirido, aplicado ou o recurso financeiro recebido, portanto, caso haja algum item que esteja em Nota Fiscal diversa do seu grupo de origem constante da emissão da Autorização de Fornecimento a mesma será devolvida.

23.2.3. Em caso de erro na emissão da(s) Nota(s) Fiscal(is) por parte do fornecedor não cabe nenhuma reclamação em relação ao cancelamento da nota errada, sendo necessário a emissão de outra Nota Fiscal correta

23.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

23.4. Antes do pagamento, a Contratante poderá realizar consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

23.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**23.5.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**23.6.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**23.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**23.8.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**23.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**23.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

**23.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**23.12.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa Municipal e cobradas judicialmente.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**23.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**23.14.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**23.15.** A cada recebimento de Nota Fiscal o Município verificará a manutenção dos requisitos de habilitação para comprovação da regularidade e a manutenção das condições habilitatórias constantes do instrumento convocatório, bem como a regularidade perante este Município.

**23.16.** A Contratada não poderá suspender o fornecimento por motivo relacionado à pendência de pagamento devido por parte da Contratante, por tratar-se de bens necessários e de forma iminente.

## 24. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

**24.1.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**24.1.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**24.2.** Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**24.3.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/2018.

## 25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**25.1.** Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

## 26. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**26.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**26.2.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**26.2.1.** Apresentar documentação falsa;

**26.2.2.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**26.2.3.** Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

**26.2.4.** Comportar-se de modo inidôneo;

**26.2.5.** Cometer fraude fiscal;

**26.2.6.** Fizer declaração falsa;

**26.2.7.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**26.3.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**b.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento do CRC, pelo prazo de até cinco anos;

**26.3.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**26.4.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**26.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.

**26.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**26.7.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.

**26.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**26.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**27.1.** Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**27.2.** A impugnação será realizada por petição dirigida ao setor de licitação e protocolada no endereço situado no endereço Rua Presidente Juscelino, nº 115 – centro – Cocos - Bahia, nos dias úteis, no horário das **07:00** horas às **12:00** horas,

**27.2.1.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas.

**27.2.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

## 28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**28.1.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**28.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**28.3.** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**28.4.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**28.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**28.5.1.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**28.6.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

**28.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**28.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**28.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**28.10.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**28.11.** Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

**28.12.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Rua Presidente Juscelino, 115 – centro – Cocos - Bahia, nos dias úteis, no horário das **07:00** horas às **12:00** horas. O Município irá fornecer a íntegra do edital e seus anexos de forma gratuita, bastando apenas o preenchimento do formulário de Protocolo de Recebimento, o qual estará disponível também na íntegra no site oficial do Município, no endereço eletrônico: [www.cocos.ba.gov.br](http://www.cocos.ba.gov.br).

**28.13.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018 e subsidiariamente ao Decreto Federal n.º 7.892/2013, alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018, da Lei n.º 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006, e da Lei n.º 8.666/1993, subsidiariamente.

**28.14.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro.

Cocos-Ba, 29 de junho de 2020.

**Marcelo de Souza Emerenciano**  
**Prefeito Municipal**





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. JUSTIFICATIVA**

1.1. O presente registro de preços visa o fornecimento de carnes, que contribuam na composição do cardápio da merenda escolar, para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do município de Cocos-BA, garantindo melhoria do rendimento escolar, segurança alimentar e nutricional, bem como condições de saúde, sendo que a alimentação é primordial no combate a repetência escolar, pois é cediço que crianças com problemas de alimentação, têm afetada a capacidade de aprendizagem.

1.2. As aquisições solicitadas também são relevantes para dar cumprimento em nosso município a Lei Nº 700 de 22 de Maio de 2018, onde autoriza o poder Executivo Municipal a doar peixes a famílias de baixa renda durante o período da “Semana Santa” e em atendimento às necessidades das demais secretarias no desenvolvimento das suas atividades.

1.3. A opção por realizar o certamente por intermédio do Pregão Presencial para o Registro de Preços tem o condão de possibilitar ao Município durante o período máximo de 12 (doze) meses, simplesmente realizar as aquisições conformem as demandas e juntamente com as disponibilidades financeiras.

**2. OBJETO**

2.1. Registro de preços para futuros e eventuais fornecimentos de carne bovina, frango e peixe, destinados à merenda escolar e demais secretarias do Município de Cocos-Ba, conforme especificações e quantidades estimadas estabelecidas abaixo:

| Item | Especificação   | Unid. | Quant. |
|------|---|-------|--------|
| 1    | Carne bovina in natura, 1ª qualidade, apresentação <b>moída</b>   | Kg    | 10.000 |
| 2    | Carne bovina in natura, <b>Acém</b>   | Kg    | 5.000  |
| 3    | Carne bovina in natura, <b>Alcatra</b>  | Kg    | 5.000  |
| 4    | Carne bovina in natura, <b>tipo Coxão Mole</b>  | Kg    | 5.000  |
| 5    | Carne bovina in natura, tipo <b>figado</b> , apresentação resfriado   | Kg    | 500    |
| 6    | Carne bovina in natura, <b>tipo Músculo</b>   | Kg    | 4.000  |
| 7    | Charque, <b>tipo carne seca dianteiro bovino, características adicionais embalada a vácuo, 1ª qualidade</b> | Kg    | 1.500  |
| 8    | Carne seca bovino   | Kg    | 1.400  |





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



|    |  |    |       |
|----|--|----|-------|
| 9  | <b>Carne frango</b> , tipo inteiro, características adicionais congelado   | Kg | 4.000 |
| 10 | <b>Carne in natura</b> , origem avícola, tipo <b>coxa e sobre coxa de frango</b> , apresentação sem tempero, congelado                       | Kg | 3.000 |
| 11 | <b>Carne in natura</b> , origem avícola, tipo <b>peito de frango</b> , apresentação com osso, congelado                                      | Kg | 2.000 |
| 12 | <b>Peixe in natura</b> , apresentação <b>filé</b> , características adicionais resfriado   | Kg | 800   |
| 13 | <b>Peixe in natura</b> , espécie merluza, tambaqui, apresentação <b>sem espinhas</b> , características adicionais congelado, tamanho grande. | Kg | 7000  |
| 14 | <b>Peixe</b> , espécie <b>surubim, pintado</b> , características adicionais congelado, tamanho médio ou grande                               | Kg | 2000  |

2.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. As empresas deverão apresentar a proposta em seus itens de interesse.

2.4. Os bens deverão ter prazo de garantia conforme especificado pelo fabricante.

2.5. Os produtos deverão ter, a vencer, o prazo de validade mínimo de 70% do prazo total fixado pelo fabricante. Informamos que no recebimento do produto deverá ser atendido o prazo constante no Termo de Referência e se no item mesmo for omissis, será observado o percentual estipulado neste item.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto Municipal n.º 045/2018.

### 4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, assinatura do instrumento de contrato ou da Autorização de Fornecimento - AutF, se for o caso.

4.2. Os bens deverão ser entregues no endereço especificado na ordem de fornecimento, em sua ausência deverá ser entregue na sede do órgão licitante, no endereço Rua Presidente Juscelino, n.º 115, Centro, Cocos-Ba, no horário das 08h00min horas às 17h00min horas.

4.3. O fornecimento dos produtos, cujos preços serão registrados através da Ata de Registro de Preços, deverá ser solicitado mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento - AutF correspondente.

4.3.1. Cada Autorização de Fornecimento - AutF conterá, sucintamente:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



- a) Autorização de Fornecimento n.º XXX/2020;
- b) Ata de Registro de Preços n.º XXX/2020 - Pregão Presencial n.º XXX/2020;
- c) Razão Social do Fornecedor, n.º do CNPJ, Endereço, Telefone e e-mail;
- d) Número do Lote ou do Item;
- e) Descrição do produto;
- f) Quantidade solicitada; e
- g) Valor registrado e valor total.

**4.4.** A nota de empenho ou a Autorização de Fornecimento - AutF poderão ser transmitidas à fornecedora por meio de fax ou meio eletrônico, poderá ser emitida mais de uma Autorização de Fornecimento - AutF por mês.

**4.5.** Os produtos deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte. Os volumes contendo os produtos poderão estar ainda, identificados externamente com os dados do destinatário constantes da nota fiscal e o endereço de entrega.

**4.6.** A empresa fornecedora ficará obrigada a atender todas as Autorizações de Fornecimento - AutF emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega delas decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

## 5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

**5.1.** O custo estimado foi apurado a partir de orçamentos provenientes de pesquisas de mercado, mediante consulta aos preços praticados em atas de registro de preços de órgãos públicos e em verificação aos preços já praticados no Município.

## 6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

**6.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará até 07 (sete) dias do recebimento provisório.

**6.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**6.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 8.078, de 1990;

7.2.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos;

7.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.2.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.2.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.2.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**8.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**8.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**8.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**8.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.3.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

**9. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**9.1.** Consoante o artigo 45 da Lei n.º 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, em caso de risco iminente.

**10. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**10.1.** Nos termos do art. 67 Lei n.º 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**10.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

**10.3.** O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018 a Contratada que, no decorrer da contratação:

**11.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**11.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**11.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**11.1.4.** Cometer fraude fiscal;

**11.1.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

**11.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

**d.** Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**11.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**11.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**11.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**11.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**11.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**11.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

**11.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**11.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**11.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**11.8.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**11.9.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.  
Cocos-Ba, 29 de junho de 2020.

**Marcelo de Souza Emerenciano**  
Prefeito Municipal





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## ANEXO II

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

## A

**Prefeitura Municipal de Cocos**

**Equipe de Pregão Presencial**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do Pregão Presencial em epígrafe.

## 1. Identificação do Licitante:

- a. Razão Social:
- b. CNPJ n.º:
- c. Inscrição Estadual:
- d. Endereço completo:
- e. Telefone, fax, e-mail:
- f. Banco, Agência e n.º da conta corrente:

## 2. Condições Gerais da Proposta:

- a. a presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;
- b. o valor do preço unitário e o valor total estão detalhados nesta proposta de preço, nos quais estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, além de sua remuneração, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, contribuições, alvarás, mão de obra, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, embalagens, transportes, seguros, peças de reposição, materiais/serviços utilizados na manutenção e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

## 3. Pelo presente Termo declaramos e garantimos que:

- a. examinamos cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceitamos todas as condições nele estipuladas e que, ao assinarmos este Termo, renunciamos ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- b. cumprimos plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- c. em nossa proposta estão incluídas todas as despesas referentes à execução do objeto licitado, bem como todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o referido objeto;
- d. informaremos a existência de fato superveniente impeditivo de nossa habilitação, caso venha a ocorrer.

## 4. Condições de Pagamento:

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75      Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

- a. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da entrega de cada item, e somente após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

**5. Proposta de Preços**

\*\*\*\*\* Observação: Cabe aqui na proposta de preços, o licitante transcrever os itens da planilha constante do Termo de Referência, com os itens ao qual deseja realizar proposta.

| ITEM                     | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|--------------------------|---------------|-------|--------|-------------|-------------|
| 1                        | .....         | Kg    | .....  | .....       | .....       |
| 2                        | .....         | Kg    | .....  | .....       | .....       |
| 3                        | .....         | Kg    | .....  | .....       | .....       |
| ....                     | .....         | ....  | .....  | .....       | .....       |
| <b>VAOR TOTAL GLOBAL</b> |               |       |        |             | .....       |

O valor Total do item da proposta perfaz o valor de R\$ XX.XXX,XX (XXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX)/.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º .....

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA FATO SUPERVENIENTE

A

Prefeitura Municipal de Cocos

Equipe de Pregão Presencial

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020

**DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ n.º ....., DECLARA, em atendimento ao previsto no edital de **PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020**, no art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, e no item 7.1., inciso IV, da Instrução Normativa MARE n.º 05/1995, a inexistência de fato superveniente impeditivo da sua habilitação.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º .....

*ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.*





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PROIBIÇÃO DO TRABALHO MENOR

**DECLARAÇÃO DE PROIBIÇÃO DO TRABALHO MENOR***Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei n.º 9.854/99)***A****Prefeitura Municipal de Cocos****Equipe de Pregão Presencial**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020

A empresa....., inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358, de 05 de setembro de 2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º .....

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO - MICRO EMPRESA OU EPP

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA PEQUENO PORTE***Modelo de declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte.*

A

Prefeitura Municipal de Cocos

Equipe de Pregão Presencial

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020

(razão social da empresa)..... inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no Edital da PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;  
 ( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.  
 ( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**, conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por quaisquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
 Cargo na Empresa / Representante  
 Razão Social da Empresa  
 CNPJ n.º .....

Obs.: 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A

Prefeitura Municipal de Cocos

Equipe de Pregão Presencial

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020

(razão social da empresa)..... inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no Edital da PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que os envelopes n.º 1 e 2 contêm a indicação do objeto, o preço oferecido e a documentação de habilitação, respectivamente.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º .....

*ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.*



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## ANEXO VII

## MODELO DE DECLARAÇÃO - ELABORAÇÃO INDEPENDENTE

*Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa n.º 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*

## A

**Prefeitura Municipal de Cocos**  
**Equipe de Pregão Presencial**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020

(Identificação completa do **representante** licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da **empresa** licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020 foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Cocos antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.**





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

ANEXO VIII

MODELO DECLARAÇÃO - PROCURAÇÃO PRÁTICA DE ATOS

**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PRÁTICA DE ATOS  
CONCERNENTES AO CERTAME**

A

Prefeitura Municipal de Cocos

Equipe de Pregão Presencial

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020

**CREDECIAL**

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ..... (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade n.º ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o n.º ....., residente à rua ....., n.º ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

*(apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).*

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º .....

**ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.**





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****ANEXO IX****DECLARAÇÃO - TRABALHO FORÇADO E DEGRADANTE****MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO E DEGRADANTE****A****Prefeitura Municipal de Cocos****Pregoeiro e Equipe de Apoio**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 021-2020

A empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, com sede a \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, inscrição estadual n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal, \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, e inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, através da presente declaração, DECLARO que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Nome Completo  
Cargo na Empresa / Representante  
Razão Social da Empresa  
CNPJ n.º.....

**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.



Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****ANEXO X****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****N.º XXX/2020**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 021-2020**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 127-2020**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXXXXXX** de **XXXX**, O MUNICÍPIO DE COCOS, Estado da Bahia, por intermédio do Município de Cocos, com sede na Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001-75, neste ato representado pelo Senhor Marcelo de Souza Emerenciano, XXXXXXXX, XXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXX XXXXXX XXXX, XX, XXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, , legalmente investido e no exercício pleno de Secretaria, doravante denominado CONTRATANTE.

Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, da Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; Decreto Municipal n.º 045/2018 e Lei Municipal n 496/2007; aplicando-se, subsidiariamente, Decreto n.º 7.892/2013 alterado pelo Decreto n.º 8.250/2014, que foi alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018, a Lei n.º 8.666/1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º XXX/2020, homologado pelo Prefeito Municipal em xxxxx;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos itens/lotes a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, no Município de XXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, cuja proposta foi classificada em XX lugar no certame.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta Ata é a contratação de empresa para registro de preços para futuros e eventuais fornecimentos de carnes bovinas, frangos e peixes destinados a merenda escolar do Município de Cocos e demais Secretarias, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

| Item  | Descrição/<br>Especificação | Marca/<br>Modelo | Unidade | Quantidade<br>Total Estimada | Preço<br>Unitário |
|-------|-----------------------------|------------------|---------|------------------------------|-------------------|
| 01    |                             |                  |         |                              |                   |
| ..... |                             |                  |         |                              |                   |

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

- 2.2.1. Secretaria Municipal de Administração;
- 2.2.2. Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 2.2.3. Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 2.2.4. Secretaria Municipal de Educação;
- 2.2.5. Fundo Municipal de Saúde;

2.3. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 e subsidiariamente ao Decreto n.º 7.892/2013, alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018 e na Lei n.º 8.666/1993.

2.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.3.3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 7º do Decreto Municipal n.º 045/2018.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**4.2.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 4.2.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 4.2.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- 4.2.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 4.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- 4.3.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.4.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**4.5.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**5.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

- 5.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 5.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.1.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.1.5.** Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**5.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

- 5.2.1.** por razão de interesse público; ou





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**5.2.2.** a pedido do fornecedor

**5.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

**6.1.** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

**6.1.1.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação.

**6.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**6.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**6.3.** Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

**6.4.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**6.4.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**6.5.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**6.5.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**6.6.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.7.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º 39, de 13/12/2011.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

8.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 045/2018, e subsidiariamente no Decreto n.º 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.2.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.2.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**9.2.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**9.2.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.2.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.2.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**9.2.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.2.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

### 9.3. A Contratante obriga-se a:

**9.3.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**9.3.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**9.3.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**9.3.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**9.3.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**9.4.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.5.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 10.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

**10.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**10.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**10.3.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

**11.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do início do mês subsequente ao vencido, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

**11.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderá ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, §3º da Lei n.º 8.666/1993.

**11.2.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**11.2.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**11.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**11.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**11.5.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**11.6.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**11.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.8.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**11.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

**12.1.** Nos termos do art. 67 Lei n.º 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**12.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

**12.3.** O representante da administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- 13.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
- 13.1.2.** Apresentar documentação falsa;
- 13.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 13.1.4.** Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 13.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 13.1.7.** Fizer declaração falsa;
- 13.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**13.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- c.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- d.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento do CRC, pelo prazo de até cinco anos;

**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- 13.3.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- 13.3.2.** Apresentar documentação falsa;
- 13.3.3.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.3.4.** Cometer fraude fiscal;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**13.3.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

**13.4.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

**d.** Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cocos e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**13.4.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.5.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**13.5.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**13.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**13.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

**13.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**13.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**13.10.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1.** Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

**14.2.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 021-2020 e a proposta da empresa.

**14.3.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002 Decreto Municipal n.º 045/2018 da Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006, e subsidiariamente da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

**14.4.** O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do Município de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cocos, Bahia, XX de XXXXXXXXXXXXX de 2020.

Marcelo de Souza Emerenciano  
 Prefeito Municipal  
 Município de Cocos  
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75  
 CONTRATANTE

Nome do Representante  
 Cargo na Empresa  
 Empresa Contratada  
 CNPJ n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX  
 CONTRATADA





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****ANEXO XI****MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO**

PROCESSO Nº XXXX

CONTRATO Nº XXXX/XXXX

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE XXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCOS, E A EMPRESA XXXX.

O MUNICÍPIO DE COCOS, com sede na Rua Presidente Juscelino, 115 – centro – Cocos - Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 14.222.012/0001-75, neste ato representado pelo Sr. Marcelo de Souza Emerenciano, **Prefeito Municipal**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Orgânica Municipal, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor XXXX, portador da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX, e o resultado final do **Pregão nº XXXX/XXXX**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O contrato tem como objeto a aquisição de [objeto da licitação], visando atender às necessidades do **MUNICÍPIO DE COCOS**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão nº XXXX/XXXX**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL**

2.1. O material deverá ser entregue conforme discriminado abaixo:

LOTE 00

| ITEM | DESCRIÇÃO/<br>ESPECIFICAÇÃO | LOCAL | QUANTIDADE | PRAZO DE ENTREGA |
|------|-----------------------------|-------|------------|------------------|
| 1    |                             |       |            |                  |
| 2    |                             |       |            |                  |
| 3    |                             |       |            |                  |
| ...  |                             |       |            |                  |





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



2.1.1. O prazo de entrega do material será contado a partir da data de assinatura do presente contrato.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

3.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

3.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

3.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.1.2.1. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

3.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

3.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

3.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

4.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

### 5.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

5.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

5.3. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO**

6.1. O valor do contrato é de R\$ **XXXX (XXXX)**.

6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



7.1. O prazo de vigência do contrato será de **XX (XXXX) dias**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento será de **XX (XXXX) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

8.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

8.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.5. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

8.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO**

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

**10. CLÁUSULA DEZ - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do MUNICÍPIO DE COCOS deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:**

**Fonte:**

**Programa de Trabalho:**

**Elemento de Despesa:**

**PI:**

**11. CLÁUSULA ONZE - DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**11.2.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.3.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. CLÁUSULA DOZE - DAS ALTERAÇÕES**

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**12.2.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

## **13. CLÁUSULA TREZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

**13.1.1.** inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**13.1.2.** apresentar documentação falsa;

**13.1.3.** comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.4.** cometer fraude fiscal;

**13.1.5.** descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato.

**13.2.** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**b. multa:**

**b.1.** moratória de até **XX% (XXXX por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de **XX (XXXX)** dias;

**b.2.** compensatória de até **XX% (XXXX por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE COCOS**, pelo prazo de até dois anos;

**d.** impedimento de licitar e contratar com O MUNICÍPIO DE COCOS e descredenciamento no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES pelo prazo de até cinco anos;

**e.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**13.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**13.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**13.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do MUNICÍPIO DE COCOS, ou deduzidos da garantia, ou





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do MUNICÍPIO DE COCOS e cobrados judicialmente.

**13.7.** Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

**13.9.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **14. CLÁUSULA QUATORZE - MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**14.1.** Consoante o artigo 45 da Lei n.º 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **15. CLÁUSULA QUINZE - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**15.1.** São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no início do serviço;
- V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**IX.** a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

**X.** a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

**XI.** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

**XII.** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**XIII.** a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

**XIV.** a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**XV.** o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

**XVI.** a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

**XVII.** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

**XVIII.** o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**15.2.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**15.3.** A rescisão deste Contrato poderá ser:

**15.3.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

15.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

15.3.3. judicial, nos termos da legislação.

15.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

15.5.1. devolução da garantia;

15.5.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

15.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

15.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

15.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.7.3. Indenizações e multas.

**16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto Municipal nº 004, de 2014, ao Decreto nº 7.892, de 2013, à Lei Complementar nº 123, de 2006, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

**17. CLÁUSULA DEZESSETE - DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

**18. CLÁUSULA DEZOITO - DO FORO**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE CÔCOS



**18.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Cocos, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Município de **XXXX**, **XX** de **XXXX** de **XXXX**.

\_\_\_\_\_  
Pela CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Pela CONTRATADA





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



ANEXO XII

FOLHA DE DADOS PARA CONTRATO OU ASSINATURA DA ATA

## Folha de Dados

### Dados da Empresa

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Telefone(s):

Fax:

### Dados da Pessoa que assinará o contrato

Nome Completo:

Endereço Residencial:

Cidade:

CEP:

Cargo:

RG N.º

CPF N.º:

### Contato na empresa

Nome Completo:

Cargo:

Telefone(s):

Fax: ( )

E-mail:

Obs.: Caso a representação seja por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

XXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXX de 2020.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º .....

**Observação:** Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato ou da ata de registro de preços referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.





Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE COCOS**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106-2020  
TOMADA DE PREÇO Nº 003-2020**

**ADJUDICAÇÃO**

**O Prefeito Municipal de Cocos**, conforme prevê no art. 43, VI, da Lei Federal n.º 8.666/93, adjudica o Processo Administrativo n.º 106-2020, Tomada de Preço n.º 003-2020, em favor da Empresa **CONSTREL CONSTRUÇÃO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** - Inscrita no CNPJ. Nº 05.636.937/0001-71, com sede na Av. 7 de Setembro, SN, Vila Sorriso, Cocos - Bahia, Cep: 47.680-000. Pelo valor global de R\$ 487.188,67 (quatrocentos e oitenta e sete mil cento e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos)

Cocos - BA, 30 de junho de 2020.

*Marcelo de Souza Emerenciano*  
*Prefeito Municipal*





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106-2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº 003-2020****HOMOLOGAÇÃO**

**HOMOLOGO** o Processo Administrativo nº 106-2020, Tomada de Preços nº 003-2020, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais e determino a contratação da Empresa **CONSTREL CONSTRUÇÃO TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** - Inscrita no CNPJ. Nº 05.636.937/0001-71, com sede na Av. 7 de Setembro, SN, Vila Sorriso, Cocos - Bahia, Cep: 47.680-000. Pelo valor global de R\$ 487.188,67 (quatrocentos e oitenta e sete mil cento e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos)

Cocos - BA, 30 de junho de 2020.

*Marcelo de Souza Emerenciano*  
*Prefeito Municipal*





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026-2020**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 014-2020**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 093-2020**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2020, o **MUNICÍPIO DE COCOS**, Estado da Bahia, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001-75, neste ato representado pelo Senhor Marcelo de Souza Emerenciano, brasileiro, médico, portador da Cédula de Identidade n.º 9.129.078-28 SSP-BA e CPF n.º 021.272.047-35, residente e domiciliado nesta cidade de Cocos-BA, legalmente investido e no exercício pleno do mandato de Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**.

Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, da Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; Decreto Municipal n.º 045/2018 e Lei Municipal n.º 496/2007; aplicando-se, subsidiariamente, Decreto n.º 8.250/2014 alterado pelo Decreto n.º 9.488/2018 e a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 014-2020, homologado pelo Prefeito Municipal em 22 de junho de 2020;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **JOSELINO LOPES BOMFIM-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.484.812/0001-07, com sede na Rua Anizio Veiga, nº 570, centro, CEP: 47.680-000, no Município de Cocos-BA, neste ato representada pelo Sr. Joselino Lopes Bomfim, portador da Cédula de Identidade n.º 01486628947 SSP-BA e CPF n.º 004.946.295-41, doravante denominada **CONTRATADA**, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta é o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de limpeza destinados as Secretarias e Departamentos do Município de Cocos, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

| Item | Descrição  | Unid. | Quantidade | Preço Unitário | Total     |
|------|--|-------|------------|----------------|-----------|
| 02   | <b>Álcool etílico</b> , aspecto físico líquido límpido, incolor, volátil, teor alcoólico mínimo de 92° gl, grau de pureza mínimo de 70% p/p inpm, característica adicional anidro, absoluto de 1 Lt. <b>Cx c/ 12 unidades.</b> | Cx    | 1.000      | 59,90          | 59.900,00 |

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

## MUNICÍPIO DE COCOS



|    |   |       |        |       |           |
|----|---|-------|--------|-------|-----------|
| 03 | <b>Álcool etílico hidratado</b> , antisséptico, em gel, não aromatizado, límpido, 70% inpm, de 500g<br><b>Cx c/ 12 unidades.</b>  | Cx    | 500    | 71,95 | 35.975,00 |
| 10 | <b>Creme dental</b> , composição básica com flúor ativo de (1100 ppm), sabor tutti-frutti, tipo infantil, embalagem 90 g.   | Unid. | 1.300  | 4,25  | 5.525,00  |
| 13 | <b>Creme para pentear</b> , fórmula enriquecida com Queratina e Óleo de Argan, ajuda a manter a hidratação dos fios, sem deixá-los oleosos, reduzindo o frizz e o volume - embalagem 300 ml.  | Unid. | 150    | 6,96  | 1.029,00  |
| 15 | <b>Desinfetante 500 ml</b> - Princípio ativo mínimo 0,50 % - embalagem <b>caixa com 12 unidades</b>   | Caixa | 1.000  | 20,00 | 20.000,00 |
| 22 | <b>Escova roupa</b> , material corpo madeira, tratamento superficial envernizado, material cerdas sintético, cor cerdas amarela.  | Unid. | 200    | 1,55  | 310,00    |
| 23 | <b>Esponja limpeza</b> , material espuma / fibra sintética, formato retangular, abrasividade mínima / média, aplicação utensílios e limpeza em geral, características adicionais <b>dupla face</b> , comprimento mínimo 100 mm, largura mínima 71 mm. | Unid. | 2.200  | 0,48  | 1.056,00  |
| 28 | <b>Guardanapo de papel</b> , material celulose, largura 22, comprimento 22, cor branca, tipo folhas dupla - embalagem com 50 unidades.  | Unid. | 900    | 1,07  | 963,00    |
| 32 | <b>Mamadeira</b> , material policarbonato, capacidade 240 ml, cor azul e/ou rosa, material bico látex atóxico e antialérgico, temperatura esterilização 125.  | Unid. | 600    | 5,00  | 3.000,00  |
| 42 | <b>Pente de cabelo</b> , material plástico, modelo com cabo, <b>dentes grossos</b> , tamanho grande, tipo dentes separados  | Unid. | 200    | 2,00  | 400,00    |
| 43 | <b>Pente de cabelo</b> , material plástico, modelo sem cabo, <b>dentes finos</b> , tamanho grande, tipo dentes próximos, finalidade alisar fios, dimensões 18 cm x 3 mm.  | Unid. | 200    | 2,00  | 400,00    |
| 47 | <b>Pregador de roupa</b> , características adicionais, material madeira - <b>embalagem com 12 unidades.</b>   | Pcte. | 150    | 1,00  | 150,00    |
| 51 | <b>Sabão pó</b> , aplicação lavar roupas e limpeza geral, aditivos alvejante e amaciante, tensoativo biodegradável, odor campestre - <b>embalagem unidades de 500 g</b>   | Unid. | 10.000 | 2,73  | 27.300,00 |
| 52 | <b>Amaciante para roupa</b> , em frasco de 2 litros. Composição: Tensoativo cationônico, espessante, sequestrante, conservantes,  | Unid. | 500    | 4,00  | 2.000,00  |

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

## MUNICÍPIO DE COCOS



|    |  |       |     |      |          |
|----|--|-------|-----|------|----------|
|    | corante, cloreto de cetil e trimetil amônio e água.  |       |     |      |          |
| 62 | <b>Talco infantil</b> , testado dermatologicamente, apresentação frasco aplicador com 200 g  | Unid. | 150 | 9,00 | 1.350,00 |
| 65 | <b>Torneira</b> , material corpo PVC, diâmetro 1/2, aplicação <b>filtro d'água</b> de barro, cor bege/preta.   | Unid. | 250 | 3,30 | 825,00   |
| 66 | <b>Vassoura</b> , material cerdas <b>náilon</b> , material cabo madeira, comprimento cepa 30, comprimento mínimo cerdas 8 cm, características adicionais com cabo, aplicação limpeza em geral. | Unid. | 650 | 4,62 | 3.000,00 |
| 68 | <b>Vassourinha</b> , material cerda náilon, material cabo madeira, aplicação <b>limpeza sanitário</b> , com suporte.   | Unid. | 250 | 5,00 | 1.250,00 |
| 69 | <b>Vela de filtro</b> , material cerâmica microporosa, comprimento 26, diâmetro 6, características adicionais fixador de plástico e borracha de vedação.                                       | Unid. | 500 | 3,96 | 1.980,00 |

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

- 2.2.1. Secretaria Municipal de Administração;
- 2.2.2. Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 2.2.3. Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 2.2.4. Secretaria Municipal de Agricultura;
- 2.2.5. Secretaria de Meio Ambiente;
- 2.2.6. Secretaria Municipal de Educação;
- 2.2.7. Fundo Municipal de Saúde;

2.3. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 e subsidiariamente ao Decreto nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/2018 e na Lei n.º 8.666/1993.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**2.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.3.3.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

**2.4.** Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 7º do Decreto Municipal n.º 045/2018.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**4.2.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**4.2.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**4.2.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**4.2.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**4.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**4.3.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.4.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**4.5.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

**5.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

**5.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**5.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**5.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**5.1.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**5.1.5.** Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**5.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

**5.2.1.** por razão de interesse público; ou

**5.2.2.** a pedido do fornecedor

**5.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

**6.1.** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

**6.1.1.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**6.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**6.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**6.3.** Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

**6.4.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**6.4.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**6.5.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**6.5.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**6.6.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.7.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

**7.1.** Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

**7.1.1.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º 39, de 13/12/2011.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

**8.1.** Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

**8.2.** As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 045/2018, e subsidiariamente no Decreto n.º 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**9.1.** A Contratada obriga-se a:

**9.2.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**9.2.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**9.2.1.1.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**9.2.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**9.2.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

**9.2.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**9.2.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.2.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.2.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**9.2.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.2.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

### 9.3. A Contratante obriga-se a:

**9.3.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**9.3.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**9.3.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**9.3.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**9.3.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**9.4.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.5.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

**10.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

**10.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**10.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**10.3.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

**11.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do início do mês subsequente ao vencido, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

**11.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderá ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º da Lei n.º 8.666/1993.

**11.2.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**11.2.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**11.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**11.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.5.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**11.6.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

12.3. O representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- 13.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
- 13.1.2.** Apresentar documentação falsa;
- 13.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 13.1.4.** Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 13.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 13.1.7.** Fizer declaração falsa;
- 13.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**13.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento do CRC, pelo prazo de até cinco anos;

**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- 13.3.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- 13.3.2.** Apresentar documentação falsa;
- 13.3.3.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.3.4.** Cometer fraude fiscal;
- 13.3.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

**13.4.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

**b.1.** Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cocos e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**13.4.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.5.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**13.5.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**13.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**13.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

**13.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**13.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**13.10.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

**14.2.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 014-2020 e a proposta da empresa.

**14.3.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002 Decreto Municipal n.º 045/2018 da Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006, e subsidiariamente da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

**14.4.** O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do Município de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cocos-Ba, 29 de junho de 2020.

**MUNICÍPIO DE COCOS-BA**  
**CNPJ: 14.222.012/0001-75**  
**CONTRATANTE**

**JOSELINO LOPES BOMFIM-ME**  
**CNPJ: 07.484.812/0001-07**  
**CONTRATADA**

Rua Presidente Juscelino, n.º 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027-2020**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 014-2020**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 093-2020**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2020, o **MUNICÍPIO DE COCOS**, Estado da Bahia, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001-75, neste ato representado pelo Senhor Marcelo de Souza Emerenciano, brasileiro, médico, portador da Cédula de Identidade n.º 9.129.078-28 SSP-BA e CPF n.º 021.272.047-35, residente e domiciliado nesta cidade de Cocos-BA, legalmente investido e no exercício pleno do mandato de Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**.

Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, da Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; Decreto Municipal n.º 045/2018 e Lei Municipal n.º 496/2007; aplicando-se, subsidiariamente, Decreto n.º 8.250/2014 alterado pelo Decreto n.º 9.488/2018 e a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 014-2020, homologado pelo Prefeito Municipal em 22 de junho de 2020;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **JOSÉ FRANCISCO VASCONCELOS-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 97.455.976/0001-90, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 706, centro, CEP: 47.680-000, no Município de Cocos-BA, neste ato representada pelo Sr. José Francisco Vasconcelos, portador da Cédula de Identidade nº 03.636.425 87 SSP-BA e CPF nº 438.693.785-49, doravante denominada CONTRATADA, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O objeto desta é o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de limpeza destinados as Secretarias e Departamentos do Município de Cocos, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

| Item | Descrição   | Unid.    | Quantidade | Preço Unitário | Total    |
|------|---|----------|------------|----------------|----------|
| 04   | <b>Bateria não recarregável</b> , tipo alcalina, voltagem <b>9 V</b> , aplicação aparelho eletro-eletrônico (não importada)     | Unidades | 200        | 9,22           | 1.844,00 |
| 05   | <b>Bota segurança</b> , material pvc - cloreto de polivinila, acabamento interior com meia de poliéster, material sola borracha | Pares    | 100        | 34,00          | 3.400,00 |

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

## MUNICÍPIO DE COCOS



|    |  |       |       |       |           |
|----|--|-------|-------|-------|-----------|
|    | antiderrapante, cor branca, tamanhos variados, tipo cano longo, uso serviços gerais  |       |       |       |           |
| 06 | <b>Cera polimento</b> piso, composição básica polímeros acrílicos e ceras especiais, superfícies indicadas lajotão, <b>cerâmica</b> , azulejos, características adicionais anti-derrapante, apresentação líquida - <b>embalagem cx. Com 12 unidades</b>  | Caixa | 150   | 38,77 | 5.815,50  |
| 07 | <b>Copo</b> para água <b>200 ml</b> , plástico reforçado, fabricado com polipropileno, descartável, higiênico produzido conforme norma ABNT n.º- NBR. 14865. Apresentar amostra - <b>embalagem com 2.500 unidades</b>  | Caixa | 1.000 | 74,00 | 74.000,00 |
| 08 | <b>Copo</b> para cafezinho <b>50 ml</b> plástico reforçado fabricado com polipropileno, descartável, higiênico (cx c/ 50) produzido conforme norma ABNT n.º- NBR. 14865. Apresentar amostra - <b>embalagem cx. Com 5.000 unidades</b>  | Caixa | 300   | 66,80 | 20.040,00 |
| 09 | <b>Cotonete</b> , haste flexível com pontas de algodão higiênico anti-germes <b>cx C /75 und</b>   | Caixa | 500   | 1,28  | 640,00    |
| 11 | <b>Creme hidratante</b> , composição lipossomado de aloé vera, ceramidas, outros componentes vitaminas a, c, e, características adicionais antialérgico, sem odor - <b>embalagem pote de 200 g</b>   | Unid. | 80    | 5,00  | 400,00    |
| 12 | <b>Creme para assaduras</b> - composição Dexpantenol ou Vitamina B5 (pomada e solução a 5%), embalagem 30 g  | Unid. | 250   | 7,85  | 1.962,50  |
| 17 | <b>Desodorizador sanitário</b> , composição paradiclóro benzeno, essência e corante, peso líquido 35 g, aspecto físico <b>tablete sólido</b> , características adicionais suporte plástico para vaso sanitário   | Unid. | 450   | 1,00  | 450,00    |
| 18 | <b>Odorizador de ar</b> , essência lavanda/jasmim, apresentação aerosol, aplicação aromatizador ambiental, características adicionais não contenha CFC   | Unid. | 350   | 5,70  | 1.995,00  |
| 20 | <b>Detergente</b> , composição tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno sulfonato de sódio, aplicação remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, aroma natural, características adicionais contém tensoativo biodegradável - <b>embalagem com 24 unidades.</b> | Caixa | 1.000 | 21,79 | 21.790,00 |
| 21 | <b>Escova dental</b> , material cerdas náilon, material cabo plástico, tipo cabo reto, formato   | Unid. | 600   | 1,63  | 978,00    |

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

## MUNICÍPIO DE COCOS



|    |   |       |       |       |           |
|----|---|-------|-------|-------|-----------|
|    | cabeça retangular, com cantos arredondados, aplicação <b>infantil</b> , características adicionais cabo ligeiramente flexível, características adicionais comprimento 16cm, 4 fileiras tufo, total 28 tufos, tipo cerdas macia, da mesma altura, extremidades arredondadas. |       |       |       |           |
| 24 | <b>Esponja limpeza</b> , material lã de aço carbono, formato retangular, abrasividade mínima, aplicação limpeza geral, comprimento mínimo 150, largura mínima 50, peso líquido mínimo 65, espessura mínima 0,30 - embalagem <b>com 08 buchas</b> .                          | Pcte. | 2.200 | 0,83  | 1.826,00  |
| 25 | <b>Flanela</b> , material flanela, comprimento 50, largura 30, cor <b>amarela</b> - embalagem pacote com 06 unidades.   | Pcte. | 500   | 10,45 | 5.225,00  |
| 27 | <b>Fósforo</b> , material corpo madeira, tipo curto - <b>embalagem com 10 caixinhas</b> .   | Caixa | 250   | 2,30  | 575,00    |
| 29 | <b>Isqueiro</b> portátil – Origem Nacional  | Unid. | 400   | 2,34  | 936,00    |
| 31 | <b>Luva borracha</b> , material <b>látex</b> natural, tamanhos variados, características adicionais: aveludada internamente e antiderrapante, uso doméstico, cano curto.  | Par   | 450   | 3,78  | 1.701,00  |
| 33 | <b>Pá coletora lixo</b> , material coletor alumínio zincado, material cabo madeira, comprimento cabo 80 cm, comprimento 28 cm, largura 28 cm, aplicação limpeza.  | Unid. | 250   | 4,50  | 1.125,00  |
| 35 | <b>Pano limpeza</b> , material 100% algodão, <b>atoalhado</b> , características adicionais acabamento cozido e alvejado sem mercerização e, aplicação limpeza de <b>louças</b> , cor branca.  | Unid. | 500   | 2,73  | 1.365,00  |
| 36 | <b>Pano</b> limpeza, material 100% algodão, comprimento <b>80</b> , largura <b>50</b> , características adicionais: <b>chão</b> , cor branca, espessura grossa.   | Unid. | 2.000 | 3,30  | 6.600,00  |
| 37 | <b>Pano</b> limpeza, material 100% algodão, comprimento <b>80</b> , largura <b>55</b> , características adicionais: <b>chão</b> , cor branca, espessura grossa  | Unid. | 1.000 | 3,30  | 3.300,00  |
| 38 | <b>Papel alumínio</b> , material alumínio, comprimento 7,50 m, largura 40 cm, apresentação rolo   | Unid. | 200   | 2,62  | 524,00    |
| 39 | <b>Papel filme</b> , material PVC - cloreto de polivinila, comprimento 100, largura 29 cm, apresentação rolo, aplicação doméstica   | Rolo  | 200   | 1,98  | 396,00    |
| 41 | <b>Papel higiênico</b> , material celulose virgem ou aparas <b>excelente qualidade</b> , comprimento 40   | Fardo | 500   | 29,69 | 14.845,00 |

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

## MUNICÍPIO DE COCOS



|    |  |       |       |       |           |
|----|--|-------|-------|-------|-----------|
|    | m, largura 10 cm, tipo folha simples, cor branca, características adicionais macio, alta absorção - <b>embalagem 64 rolos.</b>   |       |       |       |           |
| 48 | <b>Rodo</b> , material cabo madeira, material suporte madeira, comprimento <b>suporte 40 cm</b> , cor suporte e cabo natural, quantidade borrachas: 2.   | Unid. | 900   | 4,33  | 3.897,00  |
| 49 | <b>Rodo</b> , material cabo madeira, material suporte madeira, comprimento <b>suporte 60 cm</b> , cor suporte e cabo natural, quantidade borrachas: 2.   | Unid. | 750   | 5,43  | 4.072,50  |
| 53 | <b>Sabonete</b> , aspecto físico sólido, peso 90 g, tipo com perfume, formato ovalado, cor branca, aplicação pele normal.  | Unid  | 1.500 | 0,80  | 1.200,00  |
| 54 | <b>Saco plástico p/ lixo 100 litros</b> para acondicionamento de resíduos sólidos, 0,05 micras de espessura na cor preta ou branca resistente e reforçado. Dentro das normas da ABNT 9.191 <b>embalagem com 10 unidades.</b> | Pcte. | 4.500 | 2,08  | 9.360,00  |
| 57 | <b>Saco plástico p/ lixo 50 litros</b> para acondicionamento de resíduos sólidos, 0,05 micras de espessura na cor azul ou branca resistente e reforçado. Dentro das normas da ABNT 9.191 <b>embalagem com 10 unidades.</b>   | Pcte. | 4.500 | 2,08  | 9.360,00  |
| 63 | <b>Toalha de papel</b> , material papel, tipo <b>folha dupla picotada</b> , quantidade toalha 60, comprimento 22,50, largura 21,50, cor branca - embalagem fardo com 12 pacotes com 2 unidades cada.                         | Fardo | 450   | 33,00 | 14.850,00 |
| 64 | <b>Toalha de papel</b> , material papel, tipo folha simples, quantidade toalha 120, comprimento 22, largura 27, cor branca, embalagem fardo com 12 pacotes com 2 unidades cada.  | Fardo | 550   | 34,00 | 18.700,00 |

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

2.2.1. Secretaria Municipal de Administração;

2.2.2. Secretaria Municipal de Assistência Social;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



2.2.3. Secretaria Municipal de Infraestrutura;

2.2.4. Secretaria Municipal de Agricultura;

2.2.5. Secretaria de Meio Ambiente;

2.2.6. Secretaria Municipal de Educação;

2.2.7. Fundo Municipal de Saúde;

2.3. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 e subsidiariamente ao Decreto n.º 7.892/2013, alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018 e na Lei n.º 8.666/1993.

2.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.3.3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 7º do Decreto Municipal n.º 045/2018.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**4.2.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**4.2.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**4.2.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**4.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**4.3.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.4.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**4.5.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

**5.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

**5.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**5.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**5.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**5.1.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**5.1.5.** Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**5.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

**5.2.1.** por razão de interesse público; ou





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



5.2.2. a pedido do fornecedor

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

6.1.1. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º 39, de 13/12/2011.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

8.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 045/2018, e subsidiariamente no Decreto n.º 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.2.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**9.2.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

**9.2.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**9.2.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.2.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.2.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**9.2.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.2.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**9.3. A Contratante obriga-se a:**

**9.3.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**9.3.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**9.3.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**9.3.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**9.3.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**9.4.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.5. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os bens serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.

10.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

10.3. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do início do mês subsequente ao vencido, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderá ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º da Lei n.º 8.666/1993.

11.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

11.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sites oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**11.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.5.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**11.6.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**11.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.8.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**11.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rua Presidente Juscelino, n.º 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**12.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**12.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

**12.3.** O representante da administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

**13.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

**13.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**13.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**13.1.4.** Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

**13.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**13.1.7.** Fizer declaração falsa;

**13.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**13.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**b.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento do CRC, pelo prazo de até cinco anos;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018, a Contratada que, no decorrer da contratação:

**13.3.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**13.3.2.** Apresentar documentação falsa;

**13.3.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**13.3.4.** Cometer fraude fiscal;

**13.3.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

**13.4.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:

**b.1.** Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

**c.1.** Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

**d.** Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cocos e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**13.4.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.5.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**13.5.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**13.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

**13.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**13.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**13.10.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1.** Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

**14.2.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 014-2020 e a proposta da empresa.





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**14.3.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002 Decreto Municipal n.º 045/2018 da Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006, e subsidiariamente da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

**14.4.** O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do Município de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cocos-Ba, 29 de junho de 2020.

**MUNICÍPIO DE COCOS-BA**  
**CNPJ: 14.222.012/0001-75**  
**CONTRATANTE**

**JOSÉ FRANCISCO VASCONCELOS-ME**  
**CNPJ: 97.455.796/0001-90**  
**CONTRATADA**





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028-2020

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 014-2020**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 093-2020**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2020, o **MUNICÍPIO DE COCOS**, Estado da Bahia, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001-75, neste ato representado pelo Senhor Marcelo de Souza Emerenciano, brasileiro, médico, portador da Cédula de Identidade n.º 9.129.078-28 SSP-BA e CPF nº 021.272.047-35, residente e domiciliado nesta cidade de Cocos-BA, legalmente investido e no exercício pleno do mandato de Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**.

Nos termos da Lei n.º 10.520/2002, da Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; Decreto Municipal n.º 045/2018 e Lei Municipal n 496/2007; aplicando-se, subsidiariamente, Decreto nº 8.250/2014 alterado pelo Decreto nº 9.488/2018 e a Lei Federal n.º 8.666/1993, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 014-2020, homologado pelo Prefeito Municipal em 22 de junho de 2020;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual aquisição dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **WIRES CARLOS NERIS NOGUEIRA DE COCOS-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.166.470/0001-25, com sede na Rua Bom Jesus, nº 193, centro, CEP: 47.680-000, no Município de Cocos-BA, neste ato representada pelo Sr. José Carlos Rodrigues Nogueira, portador da Cédula de Identidade nº 5.163.674 SSP-BA e CPF nº 498.869.595-68, doravante denominado CONTRATADA, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta é o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de limpeza destinados as Secretarias e Departamentos do Município de Cocos, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

| Item | Descrição  | Unid. | Quantidade | Preço Unitário | Total |
|------|--|-------|------------|----------------|-------|
| 01   | <b>Água Sanitária</b> , composição <b>Hipoclorito de Sódio e Água</b> , teor de cloro ativo 2,00% a 2,5% p/p, uso para lavagem de roupas, limpeza de vidros, louças, porcelanas, mármore, plásticos e cerâmicas, desinfecção de pias, vasos sanitários e ralos, desinfecção de frutas, verduras e legumes, combate à | Caixa | 1.200      |                |       |

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

## MUNICÍPIO DE COCOS



|    |   |       |       |  |  |
|----|---|-------|-------|--|--|
|    | larva do mosquito da dengue - embalagem <b>cx. c/ 12 unidades.</b>  |       |       |  |  |
| 14 | <b>Desinfetante 1000 ml</b> - Princípio ativo mínimo 0,50 % - embalagem <b>caixa com 12 unidades.</b>   | Caixa | 1.000 |  |  |
| 16 | <b>Desodorante infantil</b> , testado dermatologicamente, hipoalérgico, embalagem 100 ml.   | Unid. | 150   |  |  |
| 19 | <b>Detergente Ácido</b> para remoção de sujeiras inorgânicas encardidos de terra, excesso de rejunto e calcificações dos seguintes pisos: cerâmicas, azulejos, ardósia, sanitários. Diluição: Limpeza Leve -> 1 parte para 15 partes de água, Limpeza Pesada -> 1 parte para 8 partes de água - embalagem 01 litro. | Unid. | 500   |  |  |
| 26 | <b>Flanela</b> , material flanela, comprimento 50, largura 30, cor <b>branca</b> - embalagem pacote com 06 unidades.  | Pcte. | 500   |  |  |
| 30 | <b>Limpa-vidro</b> , aspecto físico líquido, composição lauril éter, sulfato de sódio, características adicionais pulverizador com gatilho, validade mínima 3 anos.   | Unid. | 300   |  |  |
| 34 | <b>Palito</b> , material madeira, formato roliço, comprimento 6 cm, aplicação higiene <b>dental</b> - embalagem <b>caixa com 100 unidades.</b>  | Caixa | 150   |  |  |
| 40 | <b>Papel higiênico</b> , material celulose virgem ou aparas <b>excelente qualidade</b> , comprimento 30 m, largura 10 cm, tipo folha dupla, cor branca, características adicionais macio, absorvente e homogêneo - embalagem fardo com 16 pacotes de 04 rolos.  | Fardo | 1.000 |  |  |
| 44 | <b>Pilha</b> , tamanho <b>grande</b> , tipo alcalina, tensão 1,5, características adicionais não recarregável, Modelo D.  | Unid. | 180   |  |  |
| 45 | <b>Pilha</b> , tamanho <b>palito</b> , tipo alcalina, modelo AAA.   | Unid. | 150   |  |  |
| 46 | <b>Pilha</b> , tamanho <b>pequena</b> , tipo alcalina, modelo AA.   | Unid. | 100   |  |  |
| 50 | <b>Sabão barra</b> , composição básica água, pigmento, coadjuvante, emoliente, seqüestrante, peso 200 g, formato retangular, cor azul - <b>embalagem pacotes de 05 unidades.</b>  | Pcte. | 2.000 |  |  |
| 55 | <b>Saco plástico p/ lixo 15 litros</b> para acondicionamento de resíduos sólidos, 0,05 micras de espessura na cor azul ou branca resistente e reforçado. Dentro das normas da   | Pcte. | 3.500 |  |  |

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

## MUNICÍPIO DE COCOS



|    |  |       |       |  |  |
|----|--|-------|-------|--|--|
|    | ABNT 9.191 <b>embalagem com 10 unidades.</b>   |       |       |  |  |
| 56 | <b>Saco plástico p/ lixo 30 litros</b> para acondicionamento de resíduos sólidos, 0,05 micras de espessura na cor azul ou branca resistente e reforçado. Dentro das normas da ABNT 9.191 <b>embalagem com 10 unidades.</b> | Pcte. | 3.500 |  |  |
| 58 | <b>Shampoo</b> , tipo neutro, aplicação <b>infantil</b> , cabelos normais, características adicionais banho sem lágrimas - embalagem 200 ml  | Unid. | 300   |  |  |
| 61 | <b>Solução limpadora</b> (detergente) de uso geral, apresentação líquida, embalagem 500 ml, composição: alquil benzeno, sulfonato de sódio, solvente, coadjuvantes, conservante, sequestrante, corante, fragrância e água. | Cx.   | 80    |  |  |
| 67 | <b>Vassoura</b> , material cerdas <b>piaçava</b> , material cabo madeira, material cepa madeira, comprimento cepa 17 cm, comprimento cerdas 13 cm.   | Unid. | 300   |  |  |
| 70 | <b>Filtro de Barro</b> , descrição técnica: Produto atóxico, carenagem em cerâmica, cabeça em cerâmica, cuba de cerâmica, armazena 12 litros.  | Unid. | 200   |  |  |

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

- 2.2.1. Secretaria Municipal de Administração;
- 2.2.2. Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 2.2.3. Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 2.2.4. Secretaria Municipal de Agricultura;
- 2.2.5. Secretaria de Meio Ambiente;
- 2.2.6. Secretaria Municipal de Educação;
- 2.2.7. Fundo Municipal de Saúde;

2.3. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 e

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



subsidiariamente ao Decreto nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/2018 e na Lei n.º 8.666/1993.

**2.3.1.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3.2.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.3.3.** Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

**2.4.** Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 7º do Decreto Municipal n.º 045/2018.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura não podendo ser prorrogada.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**4.2.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**4.2.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**4.2.2.** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**4.2.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**4.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**4.3.2.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**4.4.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**4.5.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

**5.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

**5.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**5.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**5.1.3.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**5.1.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**5.1.5.** Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**5.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

**5.2.1.** por razão de interesse público; ou

**5.2.2.** a pedido do fornecedor

**5.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

**6.1.** Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

**6.1.1.** O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação.

**6.2.** O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**6.2.1.** Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

**6.3.** Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

**6.4.** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**6.4.1.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**6.5.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

**6.5.1.** É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**6.6.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.7.** Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º 39, de 13/12/2011.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

8.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 045/2018, e subsidiariamente no Decreto n.º 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto Federal n.º 9.488/2018.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.2.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.2.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

9.2.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.2.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**9.2.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**9.2.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.2.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

### 9.3. A Contratante obriga-se a:

**9.3.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**9.3.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**9.3.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**9.3.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**9.3.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**9.4.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.5.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

**10.1.** Os bens serão recebidos:

**a.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

**b.** Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua conseqüente aceitação, que se dará no prazo máximo fixado no Termo de Referência.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**10.1.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**10.2.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

**10.3.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

**11.1.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do início do mês subsequente ao vencido, após a devida conferência e liberação do órgão solicitante e/ou fiscalizador.

**11.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) poderá ser efetuados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º da Lei n.º 8.666/1993.

**11.2.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

**11.2.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

**11.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.4.** Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

**11.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.5.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**11.6.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**11.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.8.** A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**11.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

**12.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**12.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

**12.3.** O representante da administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000

CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto Municipal n.º 045/2018 a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- 13.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
- 13.1.2.** Apresentar documentação falsa;
- 13.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 13.1.4.** Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 13.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 13.1.7.** Fizer declaração falsa;
- 13.1.8.** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**13.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento do CRC, pelo prazo de até cinco anos;

**13.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 045/2018, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- 13.3.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- 13.3.2.** Apresentar documentação falsa;
- 13.3.3.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.3.4.** Cometer fraude fiscal;
- 13.3.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

**13.4.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75      Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS**

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Cocos, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cocos e descredenciamento no CRC pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



**13.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

**13.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

**13.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.9.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Certificado de Registro Cadastral - CRC.

**13.10.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1.** Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.

**14.2.** Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 014-2020 e a proposta da empresa.

**14.3.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002 Decreto Municipal n.º 045/2018 da Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006, e subsidiariamente da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

**14.4.** O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do Município de Cocos - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cocos-Ba, 29 de junho de 2020.

**MUNICÍPIO DE COCOS-BA**  
**CNPJ: 14.222.012/0001-75**  
**CONTRATANTE**

**WIRES CARLOS NERIS NOGUEIRA DE COCOS-ME**  
**CNPJ: 23.166.470/0001-25**  
**CONTRATADA**

Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75      Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092-2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023-2020****ADJUDICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Cocos-BA, Marcelo de Souza Emerenciano, no uso de suas atribuições legais e, conforme previsto no art. 43, VI da Lei Federal nº 8.666/93, resolve adjudicar o objeto da contratação em favor da empresa **MINAS INTERAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.460.233/0001-70, situada na Rua Três, nº 152, Vila Pardal, CEP: 39.467-000, Juvenília-MG, pelo valor global de R\$ 17.200,00 (dezesete mil e duzentos reais).

Cocos - BA, 12 de maio de 2020.

*Marcelo de Souza Emerenciano*  
*Prefeito Municipal*





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093-2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024-1-2020****ADJUDICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Cocos-BA, Marcelo de Souza Emerenciano, no uso de suas atribuições legais e, conforme previsto no art. 43, VI da Lei Federal nº 8.666/93, resolve adjudicar o objeto da contratação em favor da empresa **QUALIMED MEDICINA INTEGRADA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.109.773/0001-20, com sede na Avenida Visconde de Queiroz, SN, Q5, L5, Sala 01, centro, Peixe-TO, CEP: 77.460-000, pelo valor global de R\$ 17.450,00 (dezesete mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Cocos - BA, 18 de maio de 2020.

*Marcelo de Souza Emerenciano*  
*Prefeito Municipal*





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 092-2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 023-2020****HOMOLOGAÇÃO**

**HOMOLOGO** o Processo Administrativo n.º 092-2020, Dispensa de Licitação n.º 023-2020, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais e determino a contratação da empresa **MINAS INTERAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.460.233/0001-70, situada na Rua Três, n.º 152, Vila Pardal, CEP: 39.467-000, Juvenília-MG, pelo valor global de R\$ 17.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais).

Cocos - BA, 12 de maio de 2020.

*Marcelo de Souza Emerenciano*  
*Prefeito Municipal*





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 093-2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 024-1-2020****HOMOLOGAÇÃO**

**HOMOLOGO** o Processo Administrativo n.º 093-2020, Dispensa de Licitação n.º 024-1-2020, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais e determino a contratação da empresa **QUALIMED MEDICINA INTEGRADA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.109.773/0001-20, com sede na Avenida Visconde de Queiroz, SN, Q5, L5, Sala 01, centro, Peixe-TO, CEP: 77.460-000, pelo valor global de R\$ 17.450,00 (dezesete mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Cocos - BA, 18 de maio de 2020.

*Marcelo de Souza Emerenciano*  
*Prefeito Municipal*





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****EXTRATO DE CONTRATO Nº 075-1-2020**

**ESPÉCIE/Nº:** Dispensa de Licitação nº 023-2020 - **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações vigentes - **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 092-2020 - **CONTRATANTE:** Município de Cocos-BA - CNPJ: 14.222.012/0001-75 - **CONTRATADA:** Minas Interação Eireli – CNPJ: 17.460.233/0001-70- **OBJETO:** Locação de tendas e sanitários destinadas à montagem de barreiras sanitárias para o enfrentamento da pandemia do coronavírus - **VALOR GLOBAL:** R\$ 17.200,00 (dezesete mil e duzentos reais) - **VIGÊNCIA:** 12 de maio de 2020 a 12 de agosto de 2020 - **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.05.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10.122.032.2329 – Enfrentamento das ações necessárias ao combate do Coronavírus (COVID – 19) - 3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - 14 – Fonte - 10.301.030.2032 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - 02 – Fonte – **LOCAL E DATA:** Cocos-BA, 12 de maio de 2020 – **Cleuton Domingues de Souza** – **Secretário Municipal de Saúde.**

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****EXTRATO DE CONTRATO Nº 075-1-2020**

**ESPÉCIE/Nº:** Dispensa de Licitação nº 023-2020 - **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações vigentes - **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 092-2020 - **CONTRATANTE:** Município de Cocos-BA - CNPJ: 14.222.012/0001-75 - **CONTRATADA:** Minas Interação Eireli – CNPJ: 17.460.233/0001-70- **OBJETO:** Locação de tendas e sanitários destinadas à montagem de barreiras sanitárias para o enfrentamento da pandemia do coronavírus - **VALOR GLOBAL:** R\$ 17.200,00 (dezesete mil e duzentos reais) - **VIGÊNCIA:** 12 de maio de 2020 a 12 de agosto de 2020 - **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.05.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10.122.032.2329 – Enfrentamento das ações necessárias ao combate do Coronavírus (COVID – 19) - 3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - 14 – Fonte – **LOCAL E DATA:** Cocos-BA, 12 de maio de 2020 – **Cleuton Domingues de Souza** – **Secretário Municipal de Saúde.**

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
CNPJ n.º 14.222.012/0001-75

Telefone: (77) 3489.1041





Estado da Bahia

**MUNICÍPIO DE COCOS****EXTRATO DE CONTRATO N.º 090-1-2020**

**ESPÉCIE/N.º:** Dispensa de Licitação n.º 024-1-2020 - **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações vigentes - **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º:** 093-2020 - **CONTRATANTE:** Fundo Municipal de Saúde - CNPJ: 11.951.872/0001-51 - **CONTRATADA:** Qualimed Medicina Integrada Ltda-ME – CNPJ: 28.109.773/0001-20 - **OBJETO:** Prestação de serviços de diagnóstico por imagens com o fornecimento de um equipamento de raio-x e reveladora/processadora em regime de comodato, destinado ao Hospital Municipal São Sebastião de Cocos, que serão prestados nas condições estabelecidas neste termo de contrato - **VALOR GLOBAL:** R\$ 17.450,00 (dezesete mil, quatrocentos e cinquenta reais) - **VIGÊNCIA:** 19 de maio de 2020 a 18 de julho de 2020 - **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.05.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 10.301.030.2032 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - 02 - Fonte– **LOCAL E DATA:** Cocos-BA, 19 de maio de 2020 – **Clewton Domingues de Souza** – **Secretário Municipal de Saúde.**

**Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000**  
**CNPJ n.º 14.222.012/0001-75**

**Telefone: (77) 3489.1041**





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## EXTRATO DE CONTRATO Nº 132-2020

**ESPÉCIE/Nº:** Tomada de Preços nº 003-2020 - **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93 - **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 106-2020 - **CONTRATANTE:** Município de Cocos-BA - CNPJ: 14.222.012/0001-75 - **CONTRATADA:** Constrel – Construção, Terraplanagem e Pavimentação Ltda - CNPJ: 05.636.937/0001-71 - **OBJETO:** Contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia referente à pavimentação em paralelepípedos da Rua Gerolina Neves dos Santos e complemento das Ruas Joaquim Moreira Barros e Hermes Trimigestus, Bairro Vila Sorriso, neste Município, mediante celebração de Contrato de Repasse OGU nº 885929/2019 – Operação 1064419-16, conforme condições estabelecidas no edital e anexos - **VALOR GLOBAL:** R\$ 487.188,67 (quatrocentos e oitenta e sete mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos) - **VIGÊNCIA:** 30 de junho de 2020 a 27 de outubro de 2020 - **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.06.00 – GERENC. DAS AÇÕES DA SECRET. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA - 15.451.035.1022 – Calçamento Vias Públicas na Sede e Zona Rural - 4.4.9.0.51.00.00 - Obras e Instalações - 24 - Fonte – **LOCAL E DATA:** Cocos-Ba, 30 de junho de 2020 - **Marcelo de Souza Emerenciano – Prefeito Municipal.**

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
 CNPJ n.º 14.222.012/0001-75                      Telefone: (77) 3489.1041







Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE CÔCOS**



**CLÁUSULA QUINTA (Publicação e Controle):** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município de Cocos, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 02 (duas) vias de igual teor, para um só e mesmo efeito de direito.

Cocos-BA, 25 de junho de 2020.

**MUNICÍPIO DE CÔCOS-BA**  
**CNPJ: 14.222.012/0001-75**  
**CONTRATANTE**





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



## 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

*Apostilamento para inclusão de dotação orçamentária ao contrato nº 241-2017.*

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE COCOS-BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, registrado no CNPJ sob o nº 14.222.012/0001-75, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.951.872/0001-51, neste ato legalmente representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Clewton Domingues de Souza, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG 09607788-37 e CPF 015.953.765-77, residente e domiciliado em Cocos - BA, CEP 47.680-000.

**CONTRATADA: ISMENIA LOPES VIANA-ME**, registrada no CNPJ sob o nº 20.549.566/0001-84, situada à Rua Cel. Clemente Araújo Castro, nº 97, sala 01, Santa Maria da Vitória-BA, CEP 47.640-000, representada neste ato pela Srª. Ismênia Lopes Viana, inscrita no CRM-BA sob o nº 02694, portadora do CPF nº 842.716.985-04 e RG nº 410 1236116 SSP-TO.

**INSTRUMENTO VINCULANTE:** Processo Administrativo nº 139-2017, Inexigibilidade de Licitação nº 026-2017.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos em clínica geral, em regime de ambulatório na Unidade Básica de Saúde Dona Lió, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e em regime de plantões no Hospital Municipal São Sebastião, sendo 04 plantões de 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis e 04 (quatro) plantões de 12 (doze) horas, em dias úteis, para atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cocos.

**FUNDAMENTO:** Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8.666/93.

**OBJETIVO:** Inclusão da dotação orçamentária abaixo, conforme o orçamento fiscal vigente.

**02.05.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**10.301.030.2027 – Gestão das Ações de Atenção Básica à Saúde**  
 3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
 55 – Fonte

Cocos-BA, 05 de maio de 2020.

*Marcelo de Souza Emerenciano*  
*Prefeito Municipal*

Rua Presidente Juscelino, 115, Centro, Cocos, Bahia, CEP 47.680-000  
 CNPJ nº 14.222.012/0001-75 Telefone: (77) 3489.1041



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/298B-38F4-B6F2-412A-D361> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 298B-38F4-B6F2-412A-D361



### Hash do Documento

5821e245d15960c4b97ff21d9e6a3f921ca3e97d26803b7eb387bd0aeae940b

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/06/2020 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 30/06/2020 16:48 UTC-03:00